

EDITORIAL

Collor,
cabo eleitoral
da direita

Finalmente, o presidente da República, Fernando Collor de Mello, decidiu assumir publicamente seu engajamento na campanha eleitoral. Foi o que se evidenciou em discurso por ele pronunciado, dia 29, na capital alagoana. Ao anunciar distribuição de verbas e a nova etapa do Proálcool, em ato com fins eleitoreiros, Collor não teve cerimônias de fazer cabala de votos: "O presidente da República precisa do apoio de deputados federais e senadores" (...) "Na hora em que forem depositar o seu voto na urna, pensem se aquele deputado, se aquele senador, não vai hostilizar o presidente da República", alertou Collor.

Na verdade, o presidente confessa agora o que já estava claro para os opositoristas conseqüentes, e a **Classe** já tinha advertido em edições passadas. Ele e o esquema do poder no qual se sustenta estão fazendo pesados investimentos nas eleições deste ano e por isso há vários meses encontram-se em plena ação. Por muito tempo, Collor tentou dissimular seu envolvimento na luta eleitoral, pesar de magistrado, apresentar-se como neutro na disputa. Mas, a aproximação dos momentos decisivos obriga-o a rasgar o véu e sair país a fora na busca de votos para seus apaniguados.

O governo revela, assim, clareza de objetivos políticos. Quer a todo custo consolidar seu poder para viabilizar um projeto a longo prazo. Para isso necessita de uma forte bancada no Congresso Nacional e de governadores estaduais afinados com suas posições. Na sua alça de mira estão a continuidade de um plano antipopular e antinacional, a revisão constitucional de 1993 e a sucessão presidencial. Não é à toa que já se fala na alteração dos dispositivos da Carta Magna no que se refere à eleição do presidente da República. O sistema do poder montado em torno de Collor trabalha antecipadamente visando a reeleição.

Para viabilizar tal estratégia, Collor só tem um caminho: criar uma bancada de deputados e senado-

res conservadores e de direita e levar ao poder estadual representantes de velhas e novas oligarquias que ele possa manipular com negociatas políticas e fisiologismo.

É por isso que as forças democráticas e progressistas não podem se equivocar. Collor pretende um resultado nas urnas de 3 de outubro que lhe possibilite reconstruir uma espécie de "centrão". Sabe que a criação de um pólo democrático mais forte, com a eleição de deputados e senadores democratas e progressistas, inverterá a situação criada desde a sua posse, quando a iniciativa legislativa ficou absolutamente concentrada nas mãos de Executivo, devido ao recurso exorbitante à Medida Provisória. Um Congresso que tivesse uma expressiva bancada oposicionista seria um freio à sua escalada autoritária e entreguista.

Do mesmo modo, por mais que se proclame "moderno" e "renovador", o governo central só concretizará seus planos se se apoiar na velha direita que vier a se instalar nos governos estaduais. Por isso, Collor depende da eleição de gente como Gilberto Mestrinho, João Castelo, Paulo Maluf, Antônio Carlos Magalhães, Joaquim Roriz, Iris Resende, Nelson Marhezan, Joaquim Francisco e outros que, aberta ou disfarçadamente, apóiam o governo federal e são por ele beneficiados com sustentação política e financeira para fins eleitorais.

Desse modo, as próximas eleições constituem um capítulo de uma longa história que se resume num impasse nacional; está o povo brasileiro chamado a se pronunciar pela manutenção de um Congresso reacionário e de velhas oligarquias no poder ou pela inversão da correlação de forças, que permita avançar na luta pela liberdade, a soberania nacional e a justiça social. Nas últimas semanas da campanha, o dever da força oposicionistas de caráter democrático, popular, e progressistas é esclarecer o eleitorado e orientá-lo a fazer uma escolha correta.



Rio oposicionista

Maria Dolores*

Seguindo a tradição, vivenciada até nos duros tempos da ditadura militar, os fluminenses já revelaram sua tendência de votar maciçamente na oposição às elites, escolhendo Brizola para governar o Rio de Janeiro.

Dentro do presente quadro nacional, a eleição de Brizola tem o significado de abrir um clarão da resistência popular ao governo autoritário de Fernando Collor.

Por isso, é necessário e possível a vitória já no primeiro turno. Para tanto a coligação Povo Unido (PDT, PCdoB, PCB, PV e dissidentes do PMDB) precisa insistir em bater em três teclas.

1 — Nítida e firme oposição ao governo Collor e às forças políticas que lhe dão sustentação no Estado do Rio de Janeiro.

2 — Debate e ampla difusão do programa da resistência democrática e popular ao governo Collor e de medidas que tirem o país do atoleiro em que se encontra.

3 — Ampla mobilização popular que propicie a politização do povo.

No Rio de Janeiro, a direita aposta em duas candidaturas — Nelson Carneiro e Ronaldo Cezar Coelho. A candidatura do PT, de Jorge Bittar, pela divisão que provoca nas forças populares, objetivamente auxilia a direita.

tardiamente. Somente agora realizam-se os primeiros grandes comícios. Revela-se uma certa tendência em parte do eleitorado a não querer votar nos candidatos proporcionais. A população anda desencantada com os políticos, que na sua grande maioria legislam em causa própria. Ela tem razão. É assim que atuam os políticos das classes dominantes.

Mas não serve à democracia e à luta popular a posição absenteísta ou em favor do voto nulo.

O Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas vão continuar existindo e elaborando leis. Ou mudamos sua composição elegendo maior número de deputados compromissados com o povo ou permanecerá a maioria de representantes dos poderosos legislando contra o povo e contra a soberania nacional.

É preciso ajudar a população a encontrar um caminho de não apenas votar mas de votar certo. É preciso urgentemente mudar a face do Congresso e das Assembleias Legislativas, elegendo quem já provou que atua em defesa dos direitos do povo, tais como Edmilson e Jandira (candidatos do PCdoB a deputados federais) e Dilcéia e Gilberto (candidatos a estaduais).

A campanha propriamente dita começou nacional

Rio é trincheira anti-Collor

Carlos Henrique Vasconcelos*

A cada dia que passa a campanha eleitoral no Rio de Janeiro assume contornos mais nítidos, em relação à importância política estratégica que desempenha no quadro nacional. A possibilidade de eleger Leonel Brizola no primeiro turno, o que vem sendo reforçado pelo seu equilíbrio nas pesquisas, e uma grande bancada de parlamentares para a Câmara Federal e a Assembleia Legislativa, além do senador Darcy Ribeiro para o Senado, pela Coligação Povo Unido é um prognóstico dos mais alvissareiros para a luta democrática e progressista no Brasil.

Tradicional reduto oposicionista, o Rio de Janeiro sempre manteve a característica de se contrapor, anteriormente, aos ditadores militares de plantão em Brasília, e, atualmente, aos que se mostram traidores do povo e reacionários. Desde a campanha presidencial, o eleitorado fluminense deu o seu "aviso" de que não aceitaria novos "imperadores". Votou maciçamente em Brizola no primeiro turno e, como este não logrou passar para o segundo turno, despejou seu voto em Lula, garantindo-lhe 70 por cento da votação.

Na presente campanha eleitoral, a tendência se mantém. Na prática, o referencial oposicionista nacional se consolida no Rio de Janeiro. Constrói-se uma resistência democrática e popular, que é compartilhada pelos partidos que integram a coligação (PDT, PCdoB, PV e PCB). Fortalece-se uma oposição ao governo Collor e seus planos entreguistas, com a finalidade de evitar que a política econômica do país continue a ser elaborada no exterior, pelo FMI e demais banqueiros internacionais, impedir que a limitada democracia reinante sofra um retrocesso ao autoritarismo e para que ocorra uma revitalização econômica do país, com crescimento, salários dignos e uma vida aceitável para o povo.

Apesar dessa perspectiva, a campanha eleitoral ainda não se coloca no centro das preocupações da população. A bem orquestrada campanha da burguesia, de desmoralização dos políticos (todos, sem exceção), de caracterização dos parlamentares como m. rajás e descomprometidos com o povo e a omissão dos meios de comunicação em relação aos deputados com atuação destacada em defesa dos interesses populares e dos trabalhadores, são fatores que contribuem para a desmobilização da campanha.

O que se vê no Rio de Janeiro é uma grande disposição dos eleitores em votar no candidato majoritário, mas deixar em branco o voto nos candidatos proporcionais. Nesse sentido, o PCdoB vem tocando reuniões amplas, com membros de direções inter-



A candidatura de Jandira tem dado demonstração de força



Edmilson Valentim está a um passo da reeleição

mediárias e do Regional e, principalmente, com pessoas de massa, com a finalidade de mobilizar as áreas de atuação do Partido para a conquista desse eleitorado descrente.

Conjugando a campanha de rua com os programas de rádio e TV, no horário do TRE, os militantes já começam a sentir uma certa receptividade para com os candidatos comunistas. Com criatividade, sintonia com os problemas conjunturais e muito desprendimento, os programas eleitorais começam a cumprir um papel importante na campanha. Edmilson Valentim e Jandira Feghali, para deputado federal, e Dilecia Nahon e Gilberto Lobato, para deputado estadual, possuem amplas chances de se elegerem, dependendo tão somente da capacidade do Partido em assimilar o momento da campanha e explorar o potencial eleitoral existente.

Programação Diversificada

Muitas são as atividades de campanha dos candidatos do PCdoB, sendo que a maioria abandona o estilo tradicional e implementa criativamente novas iniciativas. Festas com a presença de candidatos, shows, panfletagens em trens, terminais de ônibus, portas de fábrica e nas feiras-livres são também realizadas com a presença de carros de som que apresentam os "jingles" musicais das candidaturas, as quais possuem grande receptividade.

No último dia 24, no centro do Rio, foi inaugurado um comitê de campanha que literalmente ganhou as ruas. Deixou-se o ambiente fechado do prédio para os móveis e colocou-se cadeiras, mesinhas e som na rua, onde todos puderam curtir um pagode apresentado por um grupo musical



Brizola pode liquidar a fatura no 1º turno

da periferia e outras atrações. O presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, e o dirigente Renato Rabelo estiveram presentes, além do candidato a vice-governador pela Coligação Povo Unido, o advogado Nilo Batista.

Antes, os candidatos já haviam realizado o que se denominou de "Trenhata", ou seja, panfletagem nos trens em movimento, das linhas da Central do Brasil e de Leopoldina. Também foram feitos arrastões por feiras dos bairros de Acari e da Leopoldina, bem como no município de Duque de Caxias. Durante essas mobilizações centenas de contatos são conquistados para a campanha, o que tem demonstrado o potencial de militância que existe e que é preciso ficar atento no decorrer do período de campanha. Uma outra promoção que tem cha-

federal Jandira Feghali. Ela tem realizado apresentações em duo de bateria e violão, com o cantor e compositor Carlos Lyra, nas universidades fluminenses. A bordo de sua bateria, Jandira mostra a mesma competência que demonstra na tribuna da Assembleia Legislativa, empolgando as massas e dando o seu recado político.

Edmilson Valentim tem se caracterizado como um dos poucos candidatos que frequenta quase que diariamente as portas de fábricas, onde divulga suas propostas e conversa com a peãozada. Junto a ele, Gilberto Lobato também expõe seus objetivos na Assembleia Legislativa. Ambos ainda circulam permanentemente nos bairros populares e favelas, onde têm conseguido um grande apoio. A candidata a deputada estadual Dilecia Nahon tem caracterizado sua campanha pela identificação dela com os problemas das massas populares, em particular da Baixada Fluminense, local em que se destaca como a principal candidata de esquerda da região.

* Correspondente no RJ

PCdoB manifesta pesar na morte de Arinos

Por ocasião do falecimento do senador Afonso Arinos no último dia 28 de agosto, o presidente nacional do PCdoB enviou um telegrama de condolências à sua família.

Consternado com a notícia do falecimento de Afonso Arinos, eminente jurista parlamentar, crítico, constituinte, destacada figura da vida nacional, transmito meus pesames a sua esposa e família.

Centro de Documentação e Memória
Fundação João Amazonas
Presidente nacional do PCdoB

Provocações da direita no PR e GO

No Paraná a direita, ligada ao Palácio do Governo, distribui panfletos de provocação política tentando atribuí-los ao PCdoB. E em Goiás realiza atos de vandalismo.

A polarização política no Paraná tem gerado um clima de grande disputa nesta campanha eleitoral. De um lado, o candidato de Álvaro Dias, Roberto Requião (PMDB) lançando mão de uma campanha anticomunista aberta para desgastar Richa e isolar o PCdoB e, de outro, a Frente Paraná Democrático (PSDB, PCdoB, PCB, PDT e setores do PMDB) com Richa a defender o resgate da democracia e da participação popular no Paraná.

O fato que acirrou a campanha no Estado ocorreu dia 23 de agosto. Animados após o vitorioso congresso da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, quase mil jovens saíram às ruas da capital numa vibrante passeata exigindo ensino público e gratuito de qualidade. Foram duramente reprimidos ao final da manifestação, o que criou um grande desgaste ao governo do Estado (ver box).

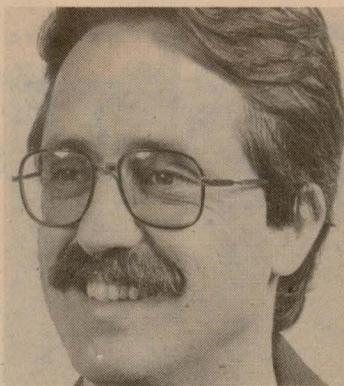
A violência contra os estudantes ganhou espaço na imprensa nacional e local, pois há exatos dois anos o governo Álvaro Dias reprimia com bombas, tiros, cacetetes e cavalaria milhares de professores que protestavam em frente ao Palácio Iguacu.

Este acontecimento, pedra no sapato de Requião, vinha exigindo que o PMDB fizesse durante esta campanha o discurso demagógico pela educação. Mas a "Folha de S. Paulo" já publicara há duas semanas que os gastos de Dias com a propaganda eram de 800 milhões de cruzeiros até o final do ano enquanto que para a educação não passavam de 120 milhões.

Reação direitista

A reação do governo foi acusar os comunistas pela "baderna" dos estudantes. Álvaro Dias foi ao horário do TRE do PMDB para responsabilizar o PCdoB pela "busca de uma vítima para chorar" e o PSDB de haver "patrocinado" a manifestação materialmente.

Não satisfeito, acabou ainda saindo por fax do Palácio Iguacu um panfleto apócrifo "assinado" por **A Classe Operária** e um tal Comando Geral de Ação, no qual um logotipo da **Classe**, já em desuso, foi utilizado. O panfleto incitava a população a "transformar as ruas em praças de guerra" e defendia a violência como forma de luta, com o claro objetivo de confundir a opinião pública e criar dificuldades a Richa e ao PCdoB. O panfleto foi enviado por fax do Comitê de Roberto Requião para a Agência Estado, que procurou o PCdoB.



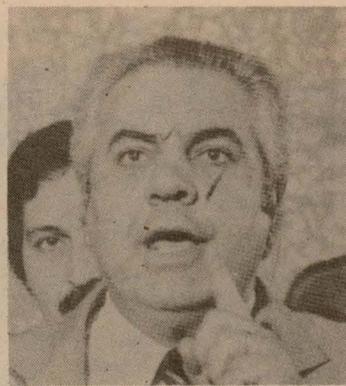
Aldo: "Direita teme avanço da Coligação Popular".

Assim, o PCdoB pôde impedir que a trama se concretizasse e está cobrando na Justiça a responsabilidade do governador (ver nota da Direção Regional do PCdoB nesta página)

Ainda no debate pela televisão entre os candidatos, Roberto Requião (PMDB) acusou Richa de fazer uma "aliança oportunista com o PCdoB que apóia Saddam Hussein na invasão do Kuwait". Também isto Requião terá que provar agora na Justiça. O discurso do candidato peemedebista, já se sabe, é anticomunista. Por esse motivo, Richa, Scalco (vice), o PDT e o PCdoB vêm ocupando o espaço da televisão para desmascarar a trama anticomunista, denunciando a violência contra os estudantes e o caráter do governo Álvaro Dias.

Tentativa de isolamento

O objetivo de Requião é o isolamento do PCdoB e a não eleição do



O Palácio Iguacu em pânico com o crescimento da candidatura de Richa

sindicalista Paulo Aguilera como deputado estadual. É claro que o alvo principal de sua campanha é Richa, com quem disputa palmo a palmo a preferência do eleitorado. O PMDB faz uma campanha ofensiva com bons resultados, enquanto que Richa permanece numa postura defensiva.

A mudança da estratégia da campanha da Frente Paraná Democrático tem sido defendida pelo PCdoB. Ousadia, clareza nas posições, postura de ataque, esta tem sido a argumentação do partido. O primeiro turno é decisivo, portanto não usar a munição certa pode custar caro à Frente.

Em crescimento

A candidatura de Aguilera cresce no Estado. Vem reunindo, principalmente no interior, importantes adesões. Na capital a campanha ainda enfrenta muitas dificuldades, apesar da manutenção de diversas equipes em

mutirões diários em bairros, portas de fábricas, das estatais e repartições públicas.

O grande desafio dos comunistas e dos aderentes à candidatura de Aguilera é dar volume à campanha a deputado estadual.

Verifica-se um descontentamento das massas e uma frustração ascendente com o governo Collor bem como os políticos em geral.

Vandalismo

Em Goiânia, a sede do Diretório Regional do PCdoB foi arrombada no dia 28 de agosto. Os invasores deixaram no local uma carta agressiva atacando o senador Iram Saraiva, candidato da Coligação Popular ao governo do Estado de Goiás, e roubaram máquina fotográfica, projetor de slide, amplificador de som, materiais gráficos e o popular boneco "PCdoBão", que aparece na campanha do PCdoB na televisão.

No dia seguinte, na cidade de Itaiporã, um Juiz Eleitoral, exorbitando sua autoridade, deu voz de prisão ao senador Iram Saraiva quando este fazia campanha na cidade. Em Anápolis, a Polícia Federal prendeu o carro de som da campanha de Aldo Arantes (PCdoB) e André Campos (PSDB). Na opinião de Aldo Arantes, "é um ato de agressão não apenas contra o PCdoB, mas contra a candidatura de Iram Saraiva, porque é a única capaz de derrotar os conservadores". (das sucursais)

Governo reprime estudantes no Paraná

No último dia 23 Curitiba virou uma praça de guerra. Três mil estudantes de mais de 20 escolas públicas estaduais tomavam conta das ruas do anel central da cidade, reivindicando uma escola pública de qualidade, meio passe escolar e denunciando a política educacional dos governos Álvaro Dias e Collor de Mello, quando foram arbitrariamente e violentamente agredidos pela Polícia Militar, com bombas de efeito moral, gás lacrimogênio, cacetetes e cães.

As manifestações em defesa da escola pública foram marcadas pelo 9º Congresso da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas — UMESC — realizado no dia 18 de agosto com a presença de 300 delegados e que elegeu a nova diretoria da entidade, encabeçada pelo estudante do Colégio Estadual do Paraná e da UJS, Leandro Schilipske

A concentração para a passeata começou às 9 da manhã em frente ao Colégio Estadual onde diversas escolas das regiões norte e central da cidade se aglutinaram. Num clima de alegria, luta, garra e irreverência, os estudantes faziam ecoar por todo o centro os gritos em torno de suas

bandeiras. Raul Seixas foi lembrado através da paródia "É, seu Collor, Vê se te orienta, assim desta maneira o estudante não te aguenta". Fazia um ano da morte do querido cantor da juventude brasileira.

Ao chegar na Boca Maldita, onde já se concentravam vários colégios, a passeata foi para a esquinas das marechais, o maior ponto de confluência de automóveis do centro.

"Queríamos ser ouvidos, criar um fato que repercutisse na cidade e por isto interrompemos a espinha dorsal do sistema de trânsito", contou Fábio Barros, presidente do Grêmio do Colégio Estadual.

Logo após o ato, em que falaram estudantes, Umesc, Upes, Ubes, professores e pais que lembravam das lutas trabalhistas, a polícia iniciou o tumulto, alegando mentirosamente que o ato era inconstitucional e que iria dissolvê-lo, mesmo que fosse pelo uso da força, tudo nos moldes da ditadura militar.

"As tentativas de prisão das lideranças (muitos militantes da UJS) os estudantes responderam de forma corajosa e solidária.

A luta desigual — de um lado o batalhão

de choque e de outro, estudantes, acabou por ferir dezenas de jovens na faixa de 14 a 19 anos, que reagiram com o que encontraram pela frente: paus, pedras, malas escolares.

A população envolveu-se na luta, ao lado da juventude. Pedestres, lojistas, camelôs, informados com a violência, ajudaram a colocar a polícia a correr. Uma demonstração de que a união do povo é capaz de vencer os poderosos.

O governo estadual tratou de espalhar as notícias mais mentirosas após a manifestação. O governador Álvaro Dias foi até responsável pelos comunistas pelos acontecimentos. Inverteu a ordem dos fatos, passando pela televisão o filme de trás para frente, ou seja, primeiro as pedras que fizeram os policiais correrem no final da manifestação, e após as violências.

Mas os estudantes do Paraná, que estavam decididos a derrotar o governo Álvaro Dias nas urnas saíram desta luta mais convencidos disto. E prepararam um grandioso congresso estadual da UPES para este final de semana, bem como da UBES. "O tempo não pára" como disse Cazuzu, e a moçada está firme para continuar lutando. (André Larroca, coordenador estadual da UJS).

Nota de esclarecimento Sobre os panfletos apócrifos

O Partido Comunista do Brasil vem a público denunciar e prestar esclarecimentos sobre o panfleto apócrifo distribuído nesta sexta-feira, 24.08.90 em Curitiba e entregue à imprensa estadual e nacional como sendo de sua autoria.

1. O panfleto não foi produzido ou distribuído pelo Partido Comunista do Brasil, tão pouco pelo seu órgão oficial nacional "A Classe Operária" como se tenta fazer compreender utilizando o seu antigo logotipo, hoje em desuso; também desconhecemos o chamado "Comando Geral de Ação" que assina o documento apócrifo.

2. O documento tenta fazer uma maldosa ligação entre o PCdoB e manifestações realizadas por estudantes em Curitiba nesta quinta-feira, 23.08.90, reprimidas pela Polícia Militar.

Consideramos tais manifestações justas na defesa do ensino público e gratuito. Para a passeata dos secundaristas, foi até legítimo e público, enquanto a violência foi o elemento que deu caráter de governo do senhor Álvaro Dias.

que não suporta contestações.

3. Denunciamos que a cópia do tal panfleto, que chegou às mãos da direção do PCdoB, teve origem na Secretaria da Comunicação Social do Palácio Iguacu.

Desconhecemos as causas deste fato, embora saibamos que o desespero bate às portas dos setores governistas diante da perspectiva de uma derrota eleitoral nas eleições estaduais que se avizinham.

Para o PCdoB atos indignos como a distribuição de panfletos apócrifos, tentando jogar a opinião pública contra o partido, e seus militantes é próprio dos que não conseguem conviver com a democracia e buscam caminhos escusos para atingir seus objetivos.

De fato não nos intimidaremos diante de atos que o próprio povo condena.

O PCdoB luta por liberdade e pela democracia e não recuará na busca destes objetivos, através da ação aberta e legítima de seus militantes — prestigiados pela população e nas entidades em que atuam.

Comitê Regional do PCdoB no Paraná

Força total na campanha em SP

Fotos: Carmem Elias

A União Democrática Popular, coligação dos partidos progressistas (PT, PCdoB, PSB e PCB), entra na reta final da disputa das eleições de 3 de outubro em São Paulo com força total. Com o engajamento de cada vez mais militantes e simpatizantes, fortifica-se o exército de pessoas empenhadas em eleger Plínio de Arruda Sampaio ao governo e Eduardo Matarazzo Suplicy ao Senado Federal.

Apesar de todas dificuldades enfrentadas, a participação dos comunistas na campanha eleitoral em São Paulo tem sido satisfatória. O comitê de campanha do vereador Aldo Rebelo, candidato a deputado federal, está articulando o lançamento de um manifesto de apoio com a adesão de artistas, intelectuais e personalidades de renome nacional. Outro evento já confirmado, é o "Encontro com Aldo Rebelo no Bar Café Piu-Piu", onde estarão presentes desde os candidatos majoritários da coligação apoiada pelo PCdoB, até lideranças sindicais, do movimento popular, estudantil, artistas e intelectuais que apoiam o candidato comunista.

Além desses eventos, Aldo Rebelo tem participado de programas de TV, inúmeros debates e palestras em universidades e escolas secundaristas, e feito constantes visitas às portas de fábricas. "Com o significativo aumento da militância nesta reta final de campanha, podemos alterar a correlação de forças", diz Aldo. Confiante na obtenção de bons resultados, ele considera que "na medida em que as massas, os trabalhadores e o povo despertem para esta eleição, as candidaturas de Plínio de Arruda Sampaio ao governo estadual e de Suplicy ao Senado, tendem a ganhar força, se projetar e tomar uma dimensão maior. E nós devemos compreender que certas batalhas são definidas em cima da hora. Em São Paulo e no Brasil em geral existe ainda uma certa expectativa do povo em relação à luta eleitoral, e com os ativistas da União Democrática Popular interferindo mais na campanha em São Paulo, a possibilidade de vitória cresce bastante", conclui o candidato comunista.

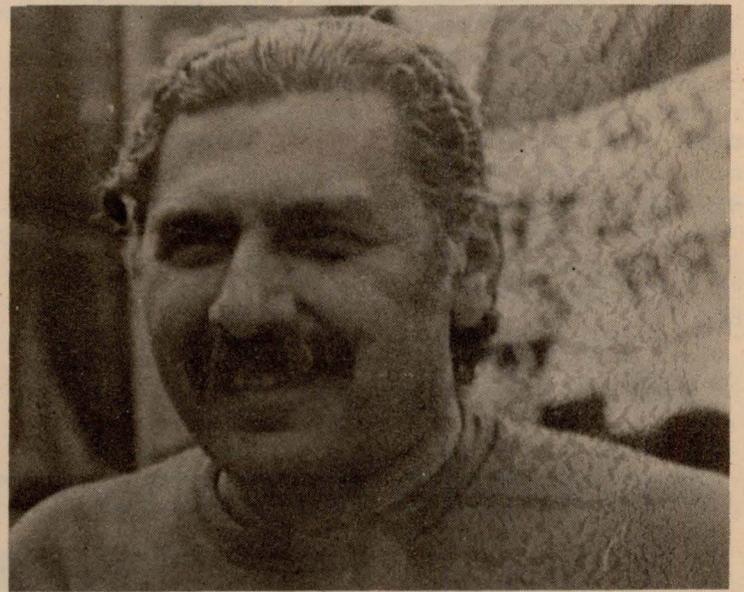


Na opinião de Aldo, a UDP cresce no momento decisivo

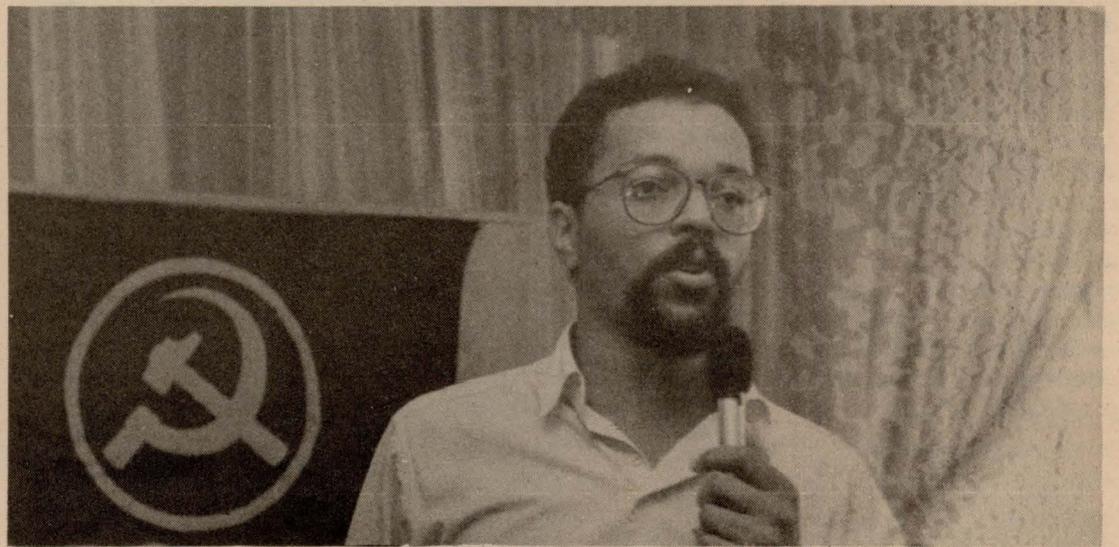
As candidaturas de Jamil Murad e João Bosco a deputados estaduais por São Paulo também intensificam suas campanhas. O comitê da candidatura de João Bosco realiza a "Festa do Expresso 65.222" e lança um manifesto de apoio de lideranças do movimento negro, com a assinatura de importantes personalidades do Estado. Além disso, João Bosco está presente em manifestações de portas de fábricas, debates e comícios em diversas cidades.

Jamil Murad tem como característica principal de sua campanha o grande apoio conseguido junto ao movimento sindical e da área da saúde, de onde ele é oriundo. "Temos recebido o apoio de amplos setores de ativistas sindicais, muitos deles ligados a outras correntes políticas além do PCdoB, mas que reconhecem na nossa atuação uma representação digna para o povo paulista. Na área da saúde especificamente é comum as pessoas se lembrarem da nossa participação como sindicalista, na luta por melhores salários, melhores condições de trabalho e atendimento à população", afirma Jamil.

Para se ter uma idéia da força da candi-



Jamil: candidatura forte nos meios sindicais de São Paulo



Bosco conta com a adesão do movimento negro

datura de Jamil Murad junto ao movimento sindical em São Paulo, seu comitê de campanha está preparando diversos jornais específicos para cada categoria e com declarações de apoio dos principais sindicalistas das seguintes categorias: metroviários, aeroviários, trabalhadores da Saúde, traba-

lhadores da Sabesp/Cetesb, entre outros. Jamil Murad tem estado presente às portas de fábricas, assembleias de categorias e comícios.

A partir de agora, está na ordem do dia, em São Paulo, o empenho total da militância para eleger os candidatos Plínio de

Arruda Sampaio ao governo de São Paulo, João Herman a vice, Eduardo Matarazzo Suplicy ao Senado e colocar os candidatos comunistas na Assembléia Legislativa estadual e na Câmara dos Deputados em Brasília, fazendo avançar assim, a luta rumo ao socialismo. (Rogério Siqueira.)

Campanha cresce no ES

"É importante fazer uma bancada progressista no Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa para impedir que Collor entregue o Brasil às multinacionais", disse o deputado estadual e candidato à reeleição, pelo PCdoB, João Martins, em sua intervenção no comício realizado no dia 25 de agosto em Cachoeiro do Itapemirim, no sul do estado do Espírito Santo.

João Martins, que vem obtendo amplo apoio dos trabalhadores, do movimento popular e dos intelectuais capixabas, ressaltou ainda a importância da eleição do candidato da Frente Democrática Capixaba (PDT, PCdoB, PSB e PTB), Albuíno Azeredo. "Ele tem grande experiência como técnico e agora como político conseguiu obter apoio das forças democráticas e progressistas de Estado", observou João Martins.

O candidato do PCdoB a deputado federal, Iran Caetano, afirmou em sua intervenção no mesmo comício que "é necessário os trabalhadores tomarem conhecimento das mentiras do 'Zé Sabonete', como é conhecido o candidato de Collor ao governo do estado, e senador José Inácio Ferreira. "Ele é corresponsável", disse Iran, "por todas as manobras de Collor contra o povo, porque pressiona os parlamentares a votarem a favor de suas medidas provisórias".

Antes de Iran Caetano, o candidato a governador da Frente Democrática Capixaba, Albuíno Azeredo, disse para as dez mil pessoas presentes ao comício que José Inácio faz campanha prometendo que em seu governo o Estado receberá verbas federais mas, segundo Albuíno, "como sena-

dor ele nada fez pelo desenvolvimento do Estado".

Mas foi o governador Max Mauro que fez a denúncia mais cantudente durante o comício. Segundo ele, o candidato a vice-governador na chapa de José Inácio, o deputado federal e latifundiário, Pedro Ceolin, já foi acusado de ter ligações com a UDR e o crime organizado. "Essa é a gente que está querendo governar o nosso Estado", disse Mauro.

Esta denúncia e principalmente a manobra de José Inácio durante a votação do veto presidencial à lei salarial podem levar a uma queda de seu índice nas pesquisas. Ao contrário, a candidatura de Albuíno Azeredo vem registrando sensível crescimento.

(Clóves Geraldo)

Candidatos comunistas têm chances de vitória no Ceará

No último dia 26, uma carreta com centenas de veículos pelas principais avenidas e orla marítima de Fortaleza, marcou a arrancada da campanha da Frente Ceará Popular (PT, PCdoB, PSB e PCB).

Esta atividade ocorreu na sequência de uma série de atos de massas que vêm sendo realizados na capital cearense, onde se concentra 27% do eleitorado do estado.

Os candidatos da Frente Ceará Popular, para deputada federal, e Inácio Arru-

da, para deputado estadual, figuram entre os candidatos com reais possibilidades de se eleger. O PCdoB, tanto na capital como no interior, vem conquistando ampla adesão popular. Na reta final da campanha, os comunistas pretendem concentrar esforços na conquista do voto da juventude, dos comerciantes, funcionários de estatais e sobretudo da classe operária. A candidata a deputada federal, Gilse Avelar, intensifica sua campanha especificamente entre as mulheres. (Luís Carlos Paes)

Bomfim empolga eleitorado

A eleição em Alagoas, onde dois grupos "colloridos" se engalfinham disputando os favores dos governos estadual e federal, é um verdadeiro campo de guerra, no qual a Frente Popular (PT, PCdoB, PSB e PCB) afronta os currais do coronelismo, o poderio econômico, e o clientelismo oficial e as pressões de toda ordem sobre o funcionalismo público, além da demagogia do próprio Collor, que despeja dinheiro e influência para eleger seus seguidores no Estado.

A Frente Popular, além disso, enfrenta as dificuldades próprias de uma campanha com escassa sustentação financeira. Ainda

assim, o esforço da militância faz diversas candidaturas progressistas e populares superarem essas dificuldades e avançarem com perspectivas de colher bons resultados.

Esforço coletivo

A campanha de Eduardo Bomfim (PCdoB) para deputado estadual é um exemplo disso. Ela une criatividade, arrojo e o esforço coletivo dos militantes, simpatizantes e amigos para ir se consolidando e crescendo em todo o Estado, e já desponta como uma das que têm melhor aceitação na disputa por uma vaga na Assembléia Legislativa.

Bomfim já conta com núcleos de apoio em dois terços dos municípios do interior alagoano. Foi um trabalho paciente de arregimentação e convencimento, que resultou na conquista de lideranças populares — algumas mesmo filiadas a outros partidos que resolveram apoiar Bomfim por sua atuação como deputado estadual (de 1982 a 1986), como constituinte nota 10 e congressista atuante nos últimos quatro anos.

A campanha de Bomfim no horário eleitoral gratuito no Rádio na TV também vem dando resultados muito bons, principalmente junto ao eleitorado independente

de capital e das maiores cidades. Seu desempenho na TV repercutiu junto ao eleitorado. Ao lado das falas de Bomfim aparecem "Clips" através dos quais o eleitor relembra a vida pública do candidato comunista, cuja trajetória política é respeitada até pelos adversários.

O resultado começa a ser evidenciado nos apoios e adesões espontâneas, nas caminhadas pelos bairros e cidades do interior, nos comícios. No dia 26 de agosto, domingo, uma carreata, considerada a maior já feita nesta campanha, em apoio a Bomfim pelas praias de Maceió encheu a orla da cidade com animação, bandeiras

e a simpatia dos banhistas em relação à candidatura. "O crescimento é evidente, está no rosto das pessoas e anima a militância a ser ainda mais arrojada", explica Bomfim. "A população sente necessidade de fortalecer a oposição, sente que é preciso haver vigilância e denúncia em cima do pessoal de Collor. Por isso é possível eleger uma bancada combativa de oposição na Assembléia, capaz de manter o senso crítico e evitar que o Estado caia em mãos de um novo monopólio político", disse o candidato.

(Plínio Lins)

Animado comício em Sergipe

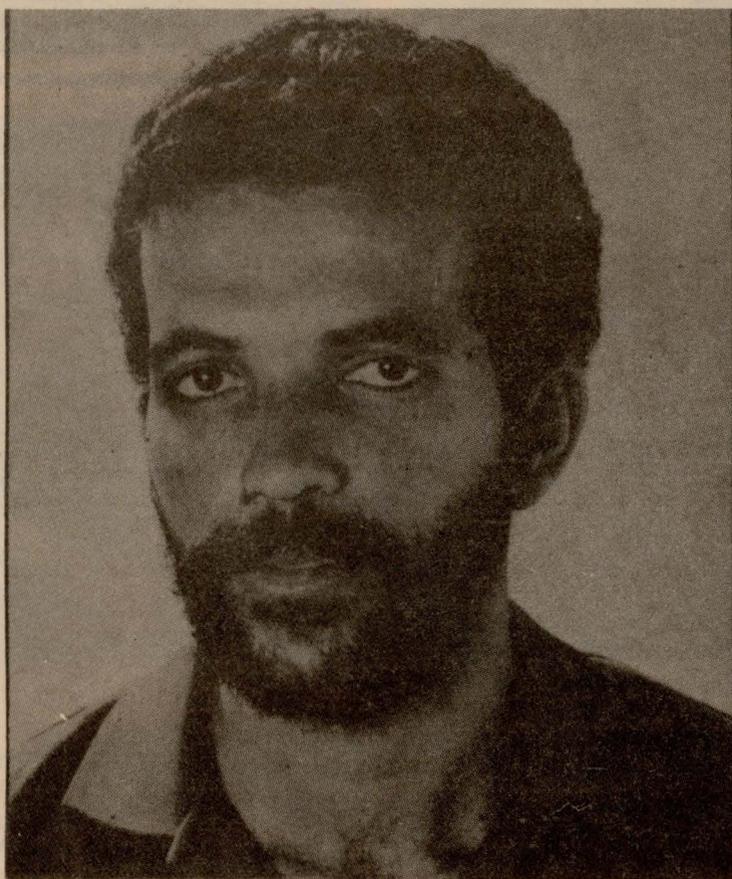
A capital sergipana, Aracaju, viveu no dia 24 da agosto um emocionante momento da campanha eleitoral. Apesar da forte chuva que caiu durante toda a noite, cerca de 5 mil pessoas ocuparam a Praça Dom Thomas, no bairro Siqueira Campos, o mais popular de Aracaju, para assistir ao grande comício promovido pela Frente Sergipe Popular (FSP), formada pelo PCdoB, PT, PSB e PV. No palanque, lideranças nacionais, como Dynéas Aguiar, da Executiva Nacional do PCdoB, Luís Inácio Lula da Silva, presidente nacional do PT, e os candidatos majoritários da chapa da FSP, José Eduardo Dutra (PT), candidato a governador, Bosco Rolemberg (PCdoB), candidato a vice e o concorrente ao Senado pelo PSB, Clóvis Barbosa.

Contra o "acordão"

O comício marcou a grande virada na campanha da FSP rumo às eleições de 3 de outubro. As forças progressistas do estado enfrentam nesta campanha o chamado "acordão", que reúne numa mesma coligação o que há de mais retrógrado na política sergipana — o ex-ministro João Alves Filho e o senador Albano Franco. Numa demonstração de que está disposto a lutar contra estas forças oligárquicas que há anos dominam a política no Estado o povo foi à praça e participou do maior comício promovido até agora nesta campanha.

Em seu discurso, Dynéas Aguiar, da Executiva Nacional do PCdoB, ressaltou a combatividade do seu partido, "que sempre lutou pela unidade das forças democráticas e progressistas na formação de alianças que apontem para o caminho das transformações econômicas, políticas e sociais." O dirigente comunista conclamou a militância dos quatro partidos que compõem a FSP a "darem uma demonstração de força, ganhando o voto do povo trabalhador".

A combatividade e a garra dos trabalhadores sergipanos foram a motivação do discurso do candidato a vice-governador, Bosco Rolemberg. Ele disse que "a classe operária sergipana, que foi às ruas protestar contra o sucateamento das estatais, que luta em defesa das riquezas minerais do país e que defende o desenvolvimento com independência, saberá dizer ao governo Collor que em Sergipe ele encon-



O comício de Aracaju marcou o crescimento da campanha de Edvaldo

trar uma firme barreira, formada também por homens do campo, estudantes e a população em geral". Ele acrescentou que, votando na Frente Sergipe Popular o povo demonstrará seu repúdio aos representantes das classes dominantes.

José Eduardo Dutra, candidato ao governo pela FSP, destacou que os candidatos do "Acordão", responsáveis no Estado pela eleição de Collor, "não conseguirão arrefecer o espírito de luta do povo sergipano, que dirá sim às propostas da FSP."

O presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, defendeu a formação de uma forte bancada progressista no Congresso Nacional, "que possa fazer frente ao governo Collor".

O comício da FSP foi um momento importante também para o fortalecimento da candidatura comunista à Assembléia Legislativa. A militância do PCdoB encheu a praça com bandeiras do partido e material de propaganda do candidato Edvaldo Nogueira. (Niura Belfort)



Bomfim faz uma campanha forte em todo o Estado de Alagoas

Na Paraíba, um programa avançado

O candidato ao governo da Unidade Progressista Paraibana, que forma a Frente Paraíba Popular (PT — PCdoB — PSB e PCB), Genival Veloso de França, esteve participando no último dia 14, na Câmara Municipal de Campina Grande (Casa de Félix Araújo), de uma sessão especial para discussão do Programa de Governo da Frente.

A iniciativa partiu do líder do Partido Comunista do Brasil na Câmara, vereador Ivam Freire, que através de requerimento à Mesa Diretora, abriu espaço para a discussão das propostas das forças progressistas, junto aos camponeses.

Com o plenário completamente lotado, o médico Genival Veloso, juntamente com Emília Correia Lima, que formam a chapa majoritária, discutiram desde a questão do analfabetismo, que assola a Paraíba com o percentual de 40%, à questão que vem sendo a meta prioritária da campanha progressista: a terra.

O candidato progressista atacou o Governo Collor de Melo, repudiando o arrocho salarial, o desemprego e a recessão. "Em quatro meses, o Governo está estancando o crescimento em maneiras fascistas, sua verdadeira cora", sentenciou. Ele elogiou a atuação

do PCdoB na campanha. "Sinto-me honrado em ter na nossa Frente, o Partido Comunista do Brasil, que de maneira extraordinária vem mudando os rumos da Paraíba".

A Campanha do FPP foi construída através da unidade do movimento operário, sindical, comunitário e de todo o movimento social organizado. Isso difere das demais campanhas, que representam os interesses dos grandes latifundiários, empreiteiros e empresários. A Frente vem defendendo um governo de massas, que seja capaz de enfrentar o imperialismo e o capitalismo. (Correspondente na Paraíba)

Chapa das mulheres cresce na BA

Pedro Augusto Pereira*

Milton Mendes

Lotar com mais de 5 mil pessoas a Concha Acústica de Itapetinga, principal cidade da região da pecuária baiana em um município de traços marcadamente conservadores, com-

provou o já inquestionável crescimento da campanha da chapa da Frente Popular na Bahia. Na sexta-feira da semana passada, dia 24, Lídice, Salete e Bete, ao lado dos candidatos

André Dusek/Agil



Lídice faz campanha de combate à reação do Estado

a deputado federal e estadual do PCdoB, do PSB e PCB, empolgaram o povo de Itapetinga no primeiro grande comício da "chapa das mulheres". Proporcionaram uma manifestação popular brilhante que deixou ainda mais clara a demarcação de campos em relação às candidaturas das elites e fez avançar o processo de conquista do coração dos baianos que essas três bravas, combativas e competentes mulheres vêm promovendo no Estado.

"Nós não temos trio elétrico, nós não temos camisetas nem brindes para distribuir, mas vocês estão aqui a nos ouvir com esta emocionante atenção. Isto é que nos faz acreditar, nos dá a certeza de que a Bahia não será enganada por esses falsos salvadores da pátria", disse Lídice à multidão. Afirmou ainda estar convencida de que o eleitorado, a pouco mais de um mês da eleição de 3 de outubro, começava a enxergar na Frente Popular "a verdadeira alternativa para dar um basta à dominação das velhas oligarquias na política baiana, aderindo à proposta de se estabelecer uma nova ética na forma de fazer política e de governar, defendida pela nossa chapa".

O sucesso do comício de Itapetinga, realçado pelo fato de ser o primei-



Reeleger Haroldo é a prioridade dos comunistas baianos

ro da Frente Popular, entusiasmou a militância em todo o Estado ao ser exibido no horário eleitoral gratuito na televisão. Com a participação destacada do PCdoB, que tem dois vereadores — Gilson de Jesus e Antonio Rocha — e um deputado estadual — Luiz Nova — no município, o comício atraiu líderes políticos e populares de toda a região, inclusive de outros partidos, como o PMDB.

Propostas claras e seriedade atraem adesões

Embalada pelas ações de rua — um novo ato foi organizado pelos bancários em Salvador, deslançando a campanha salarial com a presença de Lídice e Bete Wagner, candidata ao Senado e bancária do Banco do Brasil — a chapa continua participando de debates promovidos por sindicatos e entidades do movimento popular e democrático. Ao mesmo tempo, vai superando com criatividade a falta de recursos financeiros para enfrentar a milionária campanha dos principais adversários, os ex-ministros e ex-governadores Antônio Carlos Magalhães, do PFL, em aliança com vários partidos de direita, e Roberto Santos, do PMDB, em coligação de centro-direita com o PSDB.

A passagem de 2% para 4% na última pesquisa eleitoral realizada pela DataFolha na Bahia — um crescimento de 100% — embora numericamente não conduza à empolgação, revela, na avaliação da direção da campanha, dois aspectos importantes: de um lado, a necessidade de se enfrentar com maior determinação a falta de recursos para amplificar a divulgação da chapa às amplas massas do interior, e de outro o acerto da orientação da propaganda no horário gratuito na televisão.

Comentaristas políticos já nos colocam como um oásis no mar de lama e baixarias em que se transformou a propaganda dos candidatos e candidatas na TV. Sem recursos técnicos

para grandes produções, optamos pela conversa franca com o eleitorado, com apresentação de propostas claras, e pelas denúncias sérias e bem fundamentadas, sem descer ao nível das acusações pessoais — analisa Julieta Palmeira, secretária de Propaganda do Diretório Regional do PCdoB e uma das coordenadoras da Comissão de Propaganda da Frente. Esta postura tem despertado atenção e atraído adesões espontâneas à campanha da "chapa das mulheres".

Não se pode chamar nem de acusação o que temos feito. Na verdade, estamos preocupados em despertar uma considerável parcela do eleitorado que parece não estar fazendo bem a relação entre os candidatos do PFL e do PMDB com o governo Collor, do qual são aliados, e além disso, não se pode esquecer que os dois já foram governadores e são responsáveis pelo estado de calamidade pública em que vive o nosso Estado, comenta Lídice, informada por recentes pesquisas — uma realizada por um grupo da Universidade Federal da Bahia, outra pela Datafolha que revelaram estar o governo Collor e sua política de arrocho salarial e desemprego rejeitados por 62% da população de Salvador, uma contradição ante os índices eleitorais dos candidatos apoiados pelo presidente, 46% e 21% na última consulta no Estado.

Intensificar a denúncia dessa relação "collorida" e reforçar o aspecto de ser a verdadeira alternativa da unidade da esquerda e das setores populares e progressistas da Bahia para enfrentar os candidatos das elites e das velhas oligarquias políticas baianas são os desafios que se colocam para a campanha da Frente Popular. Com reais possibilidades de crescimento, a "chapa das mulheres" entra no último mês de campanha disposta a brigar por uma vaga no segundo turno da eleição.

Haroldo intensifica campanha

As dificuldades da esquerda nas eleições de outubro em todo o país não são menores na Bahia. A desesperança e a descrença que vem empurrando o voto de protesto dos brasileiros para direita na maioria dos estados assume aqui um caráter ainda mais trágico. Ao colocar na liderança das pesquisas de opinião o ex-ministro e ex-governador Antonio Carlos Magalhães, um dos mais destacados personagens do passado de autoritarismo e corrupção que dominou a política brasileira durante a ditadura militar e entra numa fase de "modernidade" não menos pernicioso ao país, o eleitor baiano revela um outro aspecto preocupante: a frustração por ter apostado em mudanças não realizadas, frustração que aumenta a medida em que se agravaram as condições de vida da população a cada governo.

Com quatro candidatos a deputado estadual e buscando a reeleição do atual líder da bancada federal, Haroldo Lima, o PCdoB, em aliança na Frente Popular com o PSB e o PCB, enfrenta o quadro desfavorável à esquerda com otimismo e disposição. Compreende a importância de assegurar uma convivência política solidária e franca com os partidos coligados e enfatiza a necessidade de facilitar as condições de crescimento da chapa

majoritária.

— A presença de Lídice na cabeça da chapa como candidata a governadora, aumenta nossa responsabilidade na aliança. Com Bete para o Senado, e Salete, para vice, a "chapa das mulheres" tem tudo para crescer. Aliamos a novidade, o aspecto moderno e revolucionário da consolidação da presença da mulher na política, com os referenciais particulares das candidatas, três mulheres respeitadas e prestigiadas na sociedade pela intensa e permanente ligação que têm com os movimentos populares e democráticos na Bahia — analisa Péricles de Souza, presidente regional do PCdoB.

Eleger Bancada de Luta

O deputado federal Haroldo Lima, candidato prioritário do partido na eleição, intensifica a campanha na capital e no interior e não perde o otimismo. Com sete candidatos à Câmara dos Deputados, cinco dos quais — Fernando Santana, do PCB, Frederico Pinto, Pedral Sampaio, Domingos Leonelli e Abigail Feitosa do PSB — disputando ao lado de Haroldo em condições mais ou menos semelhantes, a Frente Popular esforça-se para ampliar a votação da chapa majoritária de forma a assegurar um coeficiente eleitoral que assegure a eleição

de uma grande bancada de esquerda.

— Aos poucos estamos conseguindo desmistificar o discurso da direita que, com o controle absoluto dos meios de comunicação e com a conivência absurda da Justiça Eleitoral, vem tentando enganar o povo, apresentando o seu candidato como "salvador da Bahia" — constata Haroldo Lima, ao avaliar o crescimento da campanha da Frente. O deputado do PCdoB entrou de corpo inteiro na disputa. Intensifica as viagens ao interior, mantém a campanha em portas de fábrica, vai a debates, não descuidada dos contatos políticos para ampliar a aliança em torno da Frente.

Para a direção do PCdoB, colocar Haroldo Lima entre os candidatos mais votados da esquerda é tarefa prioritária, assumida por todo o partido. Ao mesmo tempo, busca-se assegurar a reeleição dos deputados estaduais Luiz Nova e Vandilson Costa, e eleger a presidente da APLB/Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Maria José Rocha (com reais chances de ficar entre os primeiros) e o vereador de Feira de Santana, Messias Gonzaga (colocado em 3º lugar na preferência do eleitorado, somente em Feira de Santana), para a Assembleia Legislativa da Bahia (P.A.P.).

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
* correspondente na Bahia

Bancários saúdam a primavera com setembro negro para patrões

O tradicional poder de paralisação da categoria bancária promete muita dor de cabeça aos banqueiros. Agarados aos termos da Medida Provisória 211, planejam ignorar o teor das reivindicações dos bancários e impor reajustes irrisórios, de provocação. Segundo o próprio ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Almir Pazzianotto, a Medida Provisória 211 ressuscita, disfarçadamente, o efeito suspensivo, que adia o pagamento das sentenças trabalhistas. Até a Procuradoria Geral da República já se prepara para arguir, isto é, censurar a inconstitucionalidade da MP 211 junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo informações do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que é filiado à CUT, a próxima greve poderá ter o maior índice de adesão dos últimos anos. Durante a passeata que reuniu cerca de 3 mil trabalhadores bancários, o presidente do sindicato de São Paulo, Gilmar Carneiro, disse que "se os banqueiros não aumentarem a proposta de 40% e 50%, vamos parar tudo". A categoria exige o pagamento de 288% para recuperar seus defasados salários.

Reunificação da categoria

Nos dias 24, 25 e 26 de agosto, foi realizado o II Congresso do Departamento Nacional dos Bancários da CUT (DNB-CUT). O evento aconteceu em São Paulo e se constituiu num fórum máximo de organização de uma a gigantesca pressão contra os patrões. Diversas teses foram apresentadas e debatidas. A Corrente Sindical Classista da CUT (CSC), apresentou sua tese, que teve a aprovação da plenária em seus pontos fundamentais.

Na avaliação da conjuntura, a constatação de que é preciso formar um movimento de resistência ao governo, unindo os trabalhadores e os setores progressistas da sociedade. Foi aprovada também a participação nas eleições deste ano, denunciando os candidatos da burguesia e fazendo um grande esforço para eleger os candidatos comprometidos com a luta dos trabalhadores.

Na estratégia da campanha salarial, foi aprovada a luta pela reunificação da categoria bancária, culminando com uma greve unificada, respeitando algumas particularidades. Foi constatado na prática que greve por banco não é o caminho para derrotar

os banqueiros e o governo. Outro ponto positivo é a aprovação da busca pela unificação dos bancários com as demais categorias em luta para dar uma resposta mais enérgica ao governo.

É hora de greve

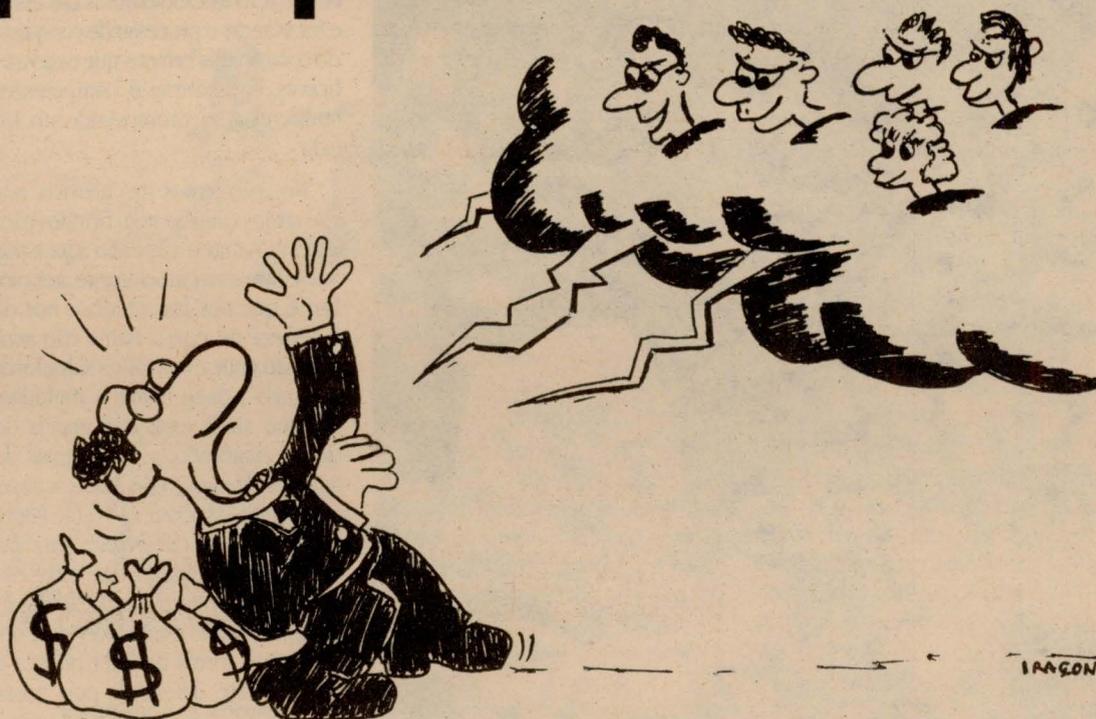
O congresso, que teve 406 delegados de todo o país, deliberou sobre a greve da categoria, tirando como data indicativa da paralisação geral, unificada, o dia 12 próximo. A decisão baseia-se na situação dramática da categoria bancária. Enquanto os bancários ganham salários de fome (um escriturário ganha hoje Cr\$ 11 mil brutos), os banqueiros obtêm os maiores lucros da história, se mantêm intransigentes nas negociações. A reposição dos 288% pedida pela categoria fundamenta-se no ICV do Dieese, como também o piso mínimo.

Por cima da ponte

A lucratividade do setor financeiro chega a ser uma coisa escandalosa: Bradesco 5,7 bilhões de cruzeiros, Unibanco, 2,1 bilhões; Real 3,3 bilhões; Nacional 1,3 bilhão; Bamerindus 2,0 bilhões; Itaú 4,8 bilhões e assim por diante. Os banqueiros atuam em todos os setores da economia, prejudicando enormemente a população. Enquanto os bancos construíam as agências mais luxuosas do mundo, 3 milhões de brasileiros foram morar debaixo da ponte. O déficit habitacional no Brasil é de 12 milhões e 500 mil moradias. 33 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de miséria.

A **Corrente Sindical Classista** da CUT participou do congresso e deu uma grande contribuição nos debates, interferindo de forma decisiva nas resoluções. A CSC participou com 11% dos delegados do congresso e foram eleitos para a executiva do DNB-CUT, composta de 15 membros, Álvaro Gomes, presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia e Edson Louzada, o presidente do Sindicato dos Bancários de Taubaté - SP. Para suplência da executiva foi eleito Reginaldo Lira, presidente do Sindicato dos Bancários de Alagoas. Para o Conselho diretivo a CSC elegeu 5 efetivos mais 5 suplentes.

O salto organizativo do congresso foi bastante positivo e coloca a categoria bancária num outro patamar.



O salário é nosso

Petroleiros de todo o país decidiram no dia 28, em assembleias regionais, não aceitar a contra proposta de 83% de reajuste salarial, oferecida pela Petrobrás. Está portanto consolidada a posição de manter a greve por tempo indeterminado, marcada para o dia 4. A direção da Petrobrás avalia que os funcionários não deverão aderir em massa à paralisação, temendo que o dissídio da categoria tenha julgamento desfavorável no TST, como aconteceu aos eletricitários.

A greve dos petroleiros soma-se à dos bancários e eletricitários, caracte-

rizando o "setembro negro", anunciado pela CUT. A Central Única tem 9 sindicatos petroleiros associados a seu quadro. Ao todo, no país, são 19 os sindicatos da categoria, portanto, a central conta com um força importante, ainda mais juntando as outras duas categorias. Ao que tudo indica, a coisa pode ficar realmente preta para os patrões e governo, porque para os trabalhadores já está e já basta. É hora de dar um cala a boca no ministro da Infra-estrutura, Ozires Silva, que se antecipou à Justiça e avaliou que se a greve for para o TST, será julgada "com certeza" abusiva. Ozires

pede que os petroleiros não partam para a greve sem antes negociar.

Alheios à hipocrisia do governo, que só quer "negociar" impondo reajustes ridículos e parciais, a categoria conta agora com uma adesão extremamente significativa para sua greve geral. Trata-se de 60 mil trabalhadores dos setores de fertilizantes, petroquímica e mineração, que decidiram unificar suas lutas com a dos 59 mil funcionários da Petrobrás. Os novos aderentes trabalham na Petromisa, Petroquisa, Petrofértil e em empresas particulares ligadas às três companhias.

Curtas

Trabalhadores da Indústria de Anigem Têxtil da Amazônia (CATA), entraram em greve no dia 6 de agosto. Foram 7 dias de reivindicações de melhores condições de trabalho, com reposição de 120% das perdas salariais que, segundo a presidente do sindicato dos trabalhadores, Terezinha Vitorino de Souza, chegam a 216%. Além disso os trabalhadores reivindicam a readmissão de 400 funcionários e estabilidade de 6 meses.

★★★

"Foi uma importante vitória". Assim se manifestou o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, Domingos Sales, ao comentar a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), aprovando uma reposição salarial de 204% para os trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus.

A decisão do TRT não contemplou totalmente as reivindicações dos trabalhadores, mas também não concordou com a proposta patronal. Os trabalhadores conseguiram ainda uma reposição de três meses.

★★★

No dia 27, os metroviários de São Paulo decidiram em assembleia cancelar a greve "ioiô", marcada para o dia seguinte, prevenindo volta ao trabalho alternadamente. A possibilidade desta greve assustou a direção do Metropolitan. Apresentaram uma contra-proposta de 66,5% e, finalmente, a categoria aceitou. O menor reajuste, era de Cr\$ 15,2 mil.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A casa da "Besta-fera"

Irasson Cordeiro Lopes

O episódio da manutenção do veto presidencial à Lei 5.340, que previa o repasse dos índices inflacionários aos salários mais baixos, confirma que o Senado da República serve de abrigo ao reacionarismo. Ao se submeter à vontade do Palácio do Planalto, ao lobby dos patrões e principalmente a seus interesses mesquinhos, senadores fisiológicos correm um sério risco diante das urnas. A Central Única dos Trabalhadores e seus filiados já denunciam nos estados os parlamentares que traíram os interesses dos assalariados.

O não aos trabalhadores, deixando seus salários à mercê de um arrocho infernal, sem precedentes, deixa-nos a vista, no mínimo dois aspectos: o primeiro é que o Senado marca-se como uma casa contra o Brasil proletário, besta-fera devoradora das ambições de progresso do povo. Uma reserva, um freio, para preservar o Brasil elitista. O senil Senado da República mostra-se fiel a sua origem (veja matéria nesta página). O segundo aspecto é que a luta política está exigindo do movimento sindical mais e mais organização, com mobilizações de grande contingente de trabalhadores do campo e da cidade, politizados contra a prática do governo Collor de combater a inflação através dos salários. Tudo está subindo. **A inflação sofreu uma queda, mas foram os salários que se esborracharam.** Isso sem contar que a tendência tem sido de aumento do índice inflacionário. Prova disso está na reavaliação do governo quanto à expectativa inflacionária deste mês. Dos 9% previstos, passou-se a 9,5%. Além disso, os índices do IPC da Fipe, que são considerados pelo governo, apresentam nos últimos meses os seguintes números: maio - 8,53%; junho - 11,70%; julho - 11,31%.

A pretensão da política econômica do governo é, com a contenção do poder de compra da população, frear o consumo acelerado e obrigar as empresas a aumentar menos. Só que isso é um fiasco, não funciona. As empresas continuam aumentando e os trabalhadores sendo vitimados com tal receita.

Derrubada essencial

No primeiro dia do esforço concentrado no Congresso Nacional durante a discussão do veto de Collor à lei salarial do Congresso, o clima estava para articulações. Na véspera, Collor ameaçava na TV com a recessão e desemprego, caso o veto fosse derrubado. Os jornais da grande imprensa como O Globo, Correio Braziliense e Jornal da Tarde difundiam declarações atribuídas ao Dieese de que a derrubada do veto à lei salarial seria prejudicial aos trabalhadores. O diretor técnico licenciado do Diap, Ulisses Riedel, emitiu uma nota considerando essencial a derrubada do veto, argumentando que "a Medida



A Câmara comemorou a vitória que mais tarde o Senado anulou

Provisória 199 só pode interessar ao poder econômico e nunca aos trabalhadores, porque institucionaliza a perda salarial passada e futura, corrigindo os salários pela média da inflação do período. Corresponde, pois, a um plano inclinado permanente de perdas salariais. Representa um verdadeiro assalto ao bolso dos trabalhadores."

O governo Collor, os patrões, o ministro do TST, Almir Pazzianotto, procuraram iludir a opinião pública, divulgando a tese distorcida de que a MP 199 seria melhor que a lei salarial aprovada pelo Congresso. Assim, também exerceu pressão sobre o Congresso o posicionamento do presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais, Cesar Valente, que publicamente ameaçou os deputados que votassem contra o veto de não receberem ajuda financeira dos empresários em suas campanhas. Além de assumir a **prática ilegal** de financiar campanhas de parlamentares, representou a **voz patronal** a favor do veto e pelo arrocho dos salários dos trabalhadores.

Presença Sindical

Sindicalistas de todos os estados, representantes de vários sindicatos como a Frente Sindical das Federações de Trabalhadores de São Paulo, da Sabesp, dos bancários de Taubaté-SP, professores de São Paulo, da Indústria Paulista de Alimentação, Metalúrgicos de Pindamonhangaba-SP, médicos do Rio de Janeiro, entre outros, correram os gabinetes dos parlamentares colhendo as assinaturas de apoio para divulgar em seus estados.

A liderança do PCdoB teve um papel decisivo na articulação da oposição, reali-

zando com os demais líderes uma reunião na véspera da votação, com o objetivo de traçar uma tática conjunta no processo de derrotar o veto presidencial à lei salarial.

Fruto da articulação da oposição, da pressão dos sindicalistas, a sessão do primeiro dia foi adiada, pois o quórum de 330 foi considerado apertado para a vitória da oposição. A sessão no dia seguinte estaria com maior número de parlamentares.

Líderes de oposição foram à tribuna, combatendo o veto presidencial. O PCdoB, o PDT, o PT, o PSB, PCB e PMDB deixaram clara a **atitude impopular** do governo Collor, que em sua campanha afirmou que os trabalhadores **não** pagariam o preço do processo inflacionário.

Os líderes governistas, num ato de covardia, nem sequer foram à tribuna defender o veto presidencial diante dos trabalhadores nas galerias.

Pressão Geral

No segundo dia do esforço concentrado, foram reativadas as iniciativas dos sindicalistas e do manifesto proposto pelo PCdoB aos parlamentares. Os sindicalistas, em grupos, conseguiram em torno de 200 assinaturas de parlamentares comprometidos em votar contra o veto presidencial.

Durante a sessão foi atingido um quórum de 405 deputados e de 64 senadores. Em plenário, as lideranças da Câmara do PCdoB, PDT, PT, PSB, PMDB, PCB, PSDB e PL se pronunciaram contra o veto. No Senado as lideranças do PDT, PT, PSB, PMDB, PSDB foram contra o veto, enquanto as do PDS, PRN e do governo foram a favor do veto.

Na votação secreta, a Câmara conseguiu derrotar o governo com 265 votos contra 125, isto é, com 17 votos a mais do que

o necessário. Foram 15 as abstenções. A vitória da oposição foi comemorada pelos trabalhadores nas galerias, que gritavam: "trabalhador unido, jamais será vencido!" Porém, ao terminar a votação no Senado, o veto foi mantido, porque foram 34 votos contra (eram necessários 38) e 24 a favor do veto, com duas abstenções.

Vitória derrotada

A vitória na Câmara foi fruto de mobilização dos trabalhadores e sindicalistas e da ação unitária dos partidos de oposição

considerando ser este um período pró-eleitoral. No Senado porém a derrota dos trabalhadores com a manutenção do veto mostrou o caráter conservador desta casa, além do que, somente 1/3 destas vagas serão renovadas nestas eleições. Houve, portanto, **submissão** do Senado ao presidente Collor. Os trabalhadores nas galerias repudiaram a atitude dessa casa, gritando: "Greve geral!" e "Fora daqui o FMI!"

Em seguida, seria votado o projeto-de-lei da conversão da Medida Provisória 199 que, com a manutenção do veto presidencial anterior, representaria um certo avanço na situação salarial dos trabalhadores. Porém, foi adiada a sessão para o dia seguinte, quando os parlamentares governistas não compareceram ao plenário para votar o projeto-de-lei de conversão da MP 199, inviabilizando a definição do projeto neste dia.

Pressão capixaba

No Espírito Santo, desde o dia 21 de agosto, a Corrente Sindical Classista (CSC) da CUT montou na Praça Oito, em Vitória, um painel estadual de votação da lei salarial. Os capixabas acompanharam a posição dos deputados federais e senadores com grande expectativa. A maioria ainda não fazia uma clara ligação do líder de Collor no Senado e candidato a governador no estado, José Ignácio Ferreira.

O presidente da CSC, Pedro Lisboa, em entrevista aos veículos de comunicação: "aqui no Espírito Santo, José Ignácio mente dizendo estar ao lado do povo, mas em Brasília ele manobra contra os trabalhadores." A repercussão do painel foi grande. A CSC pretende mantê-lo na Praça Oito até a segunda quinzena de setembro.

Um reforço ao reacionarismo

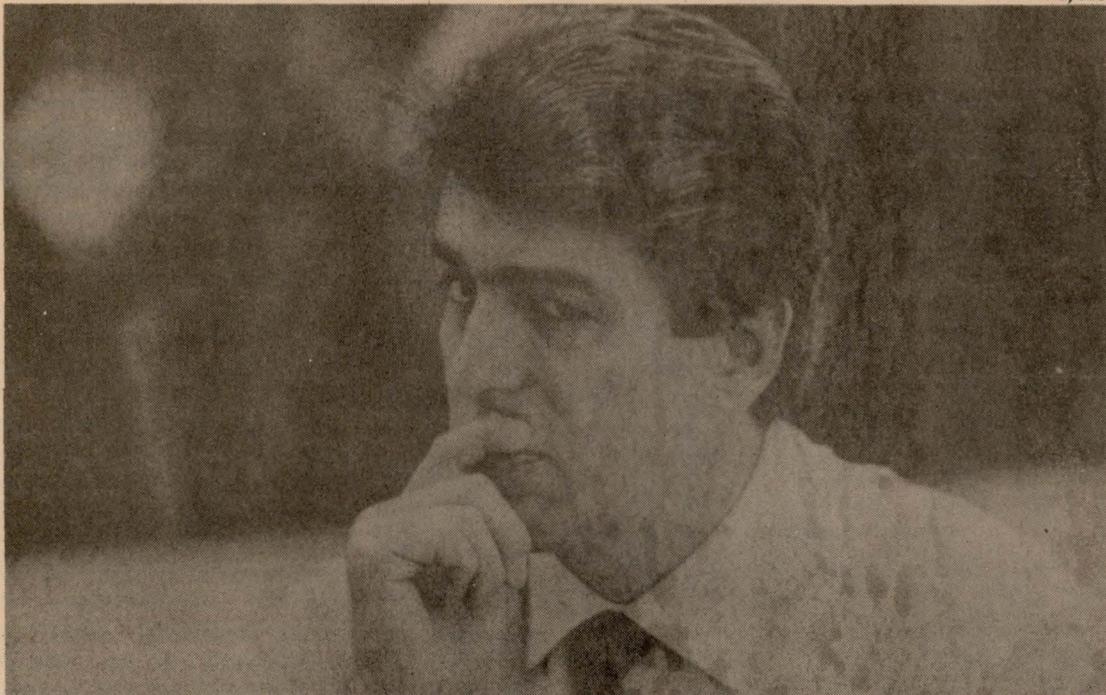
A história do Senado da República ajuda-nos a compreender a sua tradição de esteio das idéias retrógradas. Sob a constituição imperial de 1824, de feição liberal, inspirada nas cartas francesa e norueguesa, só em 1826 é que foi instalada a primeira Assembleia Geral. Esta implantava, então, o sistema bicameral. Era composto pelo Senado Vitalício e de uma Câmara de Deputados — eletivos e temporários.

O Senado congregava os representantes do conservadorismo e mesmo alguns saudosistas do absolutismo. A Câmara era menos maleável às pressões do poder "moderador", que era atributo exclusivo do Imperante Regente I. Qualquer semelhança com o presente, não é mera coincidência.

Para a Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 1986, o PCdoB propôs suprimir o Senado Federal. Infelizmente, a maioria conservadora da Assembleia abortou essa idéia. Eis o trecho dos argumentos do Partido, justificando sua proposta: "As funções atuais do Senado são perfeitamente realizáveis pelo Congresso Nacional, unicameral. No que respeita à atividade legislativa, o Senado tem atribuições idênticas às da Câmara Federal, sendo, entretanto, eleito de forma desigual, isto é, pelo voto majoritário, enquanto a Câmara o é pelo voto proporcional, mais democrático. Nada justifica a existência de dupla câmara legislativa. O Senado, na realidade, serve apenas de reforço, ao reacionarismo legislativo".

O terceiro olho de Magri

Matuili Mayezo



Sem luz própria no governo, Magri caminha para o bloco do "eu sozinho"

Durante a longa greve dos eletricitários, a maior carga de evidência ficou para o ministro Magri. Como ex-presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, é natural que todos o procurassem. Sobre sua posição frente ao movimento da categoria, desconversou: "tenho dois olhos, um de sindicalista e um de ministro". Possivelmente, Magri, seguidor do sindicalismo de resultados, busque agora, tal qual um religioso hindú, o terceiro olho, o da alma, aquele que procura a libertação das realidades dolorosas, como a da situação salarial da categoria a qual pertenceu e que novamente dá as costas.

A greve dos eletricitários do sistema Eletrobrás, que no dia do seu julgamento, 28 de agosto, completava 28 dias, promete ainda muitos choques entre grevistas e governo. Na sessão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), presidida por seu ministro Marcelo Pimentel (aquele mesmo que julgou abusiva a greve dos metalúrgicos da CSN), a "surpresa": a greve foi julgada abusiva. Vale lembrar que ao longo das últimas semanas de agosto, corriam comentários a boca pequena — em Brasília, de que uma vitória do governo no tribunal representaria uma derrota do governo não em um ministério, mas em dois.

Na roda de fogo, além do ministro Ozires Silva (as estatais são ligadas a sua pasta) entra também o chamuscado ministro do Trabalho, Antonio Magri. E mais: nos bastidores do poder corre o boato, talvez não muito maldoso, de que o ministro Pimentel trocaria sem relutância o TST pelo Ministério do Trabalho.

À margem dos poderes da República, os eletricitários tocam sua luta a nível nacional de forma afinada. O que motivou a paralisação foi a reivindicação de 256% de reposição salarial, referente às perdas sofridas desde a última data-base do setor elétrico — novembro de 1989. No entanto,

sempre coerente, o ministro Ozires Silva prossegue desafinando. Faz ouvidos moucos à penúria salarial dos eletricitários e avisa que o governo não negocia com trabalhadores em greve, só voltando ao trabalho. Referindo-se à posição do governo em não retomar o diálogo com o comando de greve, Ozires disse que os eletricitários é que deixaram a mesa de negociação.

Na verdade, o que vem se passando com as categorias profissionais mais poderosas e que têm direções combativas, é a busca de ações preventivas contra o governo anti-Hobbin Hood de Collor. Em assembleias em vários estados, a categoria decidiu pela greve como forma de pressão. Para os trabalhadores consolida-se a suspeita de que um governo essencialmente privatista quer é mesmo inviabilizar qualquer estatal, justificando assim a sua venda. E se as coisas estão neste pé, bom mesmo é escapar da rasteira e, tal qual os eletricitários, bater duro. Se não se mobiliza os trabalhadores contra aqueles que tiram dos pobres e dão para os ricos, apanha-se mais que mulher de malandro.

A trama de Tuma

Ao longo da greve, com ocupações pelos eletricitários de subestações em vários estados, blecaute de uma hora em Salvador, manifestações no Piauí, Rio de Janeiro e Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo etc., o que alardeou tanto ao governo como aos sindicalistas, foi o blecaute em Brasília.

As luzes se apagaram no dia 20 e permaneceram assim por mais de 15 horas. Foi a vez do governo descer às trevas. E as articulações obscuras não faltaram. Chamaram o Tuma.

Romeu Tuma, diretor-geral da Polícia Federal, tratou rapidamente de apresentar um relatório sobre a greve dos eletricitários em sete estados onde há suspeita de sabotagem. Para o delegado, "há indícios de participação de comando de membros de sindicatos regionais". Tuma

disse ainda que há provas que incriminam eletricitários de Goiás e Bahia. O que se vê, mas não se diz, é que em qualquer episódio de paralisação de trabalhadores a nível nacional ou de algum setor estratégico, está o esforço concentrado das hostes militares da área de informações em ajudar o governo a desmoralizar os movimentos grevistas. Para isso, valem-se de vários expedientes. Um deles, a Polícia Federal.

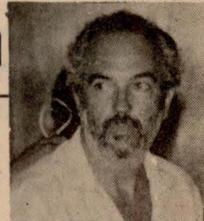
Choque elétrico

Um dos pontos da discórdia entre os sindicatos eletricitários e a Eletrobrás está no acordo coletivo do ano passado, que vale até novembro que vem. O comando de greve explica que o acordo prevê o pagamento do "gatilho" de 30% sempre que a inflação atingir este índice. Do outro lado da briga, o governo, a estatal e o ministro Pimentel, afirmam que o acordo foi cumprido rigorosamente e que o "gatilho" foi estipulado somente até julho.

Ao que tudo indica, os eletricitários não estão dispostos a esperar por decisões da Justiça. Não é por nada não, apenas porque já não é surpresa a balança desta pender mais para os interesses do governo. E há um cheiro de pólvora no ar. Eletricitários da Bahia já fizeram assembleia e decidiram que não acatarão a decisão do TST. Detalhe: esta decisão foi tomada antes (dia 28) do julgamento. "Não acataremos a decisão seja ela qual for", advertia o diretor do sindicato (Sinergia), José Bittencourt Barreto Filho. Para ele, tem que haver primeiro uma negociação da Eletrobrás com o comando nacional da greve. Se a posição do conjunto da categoria for de não acatar a decisão da Justiça, mais de 55 mil eletricitários chocados com os efeitos salariais do Plano Collor poderão voltar às ruas, deixar o país às escuras, dando um poderoso choque elétrico na indiferença dos ministros de Collor e da Justiça do Trabalho. (ICL).

Questão de Ordem

Edson Ruiz



Os operários e a crise do "socialismo"

Pedro Pozenatto*

Em qualquer debate, congresso ou encontro de trabalhadores, especialmente de sindicato operário, um tema se impõe pela sua força, atualidade e importância: a questão do Leste Europeu, do socialismo como ciência. Os trabalhadores e operários de todo o mundo têm sido sacudidos pelos históricos acontecimentos do Leste Europeu, cuja origem, considerando a ciência da luta de classes, deu-se na União Soviética a partir de 1956, com desfecho no XX Congresso do Partido Comunista.

Carcomido sistema

São fenômenos novos na sua forma, mas os conteúdos são velhos porque ressuscita o capitalismo em países outrora socialistas como a URSS. Conduzido de forma hábil e camuflada desde o início até agora pela corrente política já desmascarada dos revisionistas, esta volta ao capitalismo trás conseqüências trágicas para o proletariado de todo o mundo. Em cima de uma traição revisionista, a burguesia deflagrou uma campanha internacional anticomunista com o objetivo central de desviar a classe operária da revolução e do socialismo. No bojo desta campanha, mercenários da grande imprensa e da literatura reacionária tentam, de forma mentirosa, impor como novo o já carcomido sistema capitalista.

Uma questão profunda

A tarefa que está na ordem do dia é analisar e combater os desvios cometidos, procurar solucioná-los, respondendo aos novos desafios teóricos e práticos — pois o socialismo é uma experiência completamente diferente dos sistemas sociais que têm como base a exploração e a opressão de uma classe sobre a outra.

Diante disso, nenhum operário consciente pode silenciar, vacilar ou omitir-se. A questão-chave do momento é não cair no embuste patrocinado pela burguesia, através dos meios de comunicação. Precisamos ter opinião própria, de classe; reiterar que o **socialismo é a saída para os povos do mundo.**

Quem merecia cair

Como não poderia deixar de ser, o assunto Leste Europeu foi tema polêmico durante o segundo congresso dos trabalhadores metalúrgicos da região de Caxias do Sul-RS, realizado recentemente. Outras forças políticas que compõem a direção do sindicato, notadamente do PT, tentaram semear confusão entre os operários ao fazer um jogo de palavras sobre o socialismo, cuja essência é a negação do socialismo.

Em determinado trecho de sua tese, o PT afirma que "o exemplo do Leste Europeu vai possibilitar a organização do povo para a construção de uma verdadeira sociedade socialista, que estes países, pela experiência acumulada, não aceitarão o retrocesso ao capitalismo e sim a construção, de fato, de uma sociedade socialista". Diz ainda que "esta reação poderá colocar perspectivas para a tomada do poder e construção de uma verdadeira sociedade socialista".

No nosso entendimento, é incorreto e inverídico afirmar que o que caiu foi o socialismo. Na verdade, os oportunistas escondiam-se camuflados de socialistas. Por isso, as massas combateram inimigos mascarados numa mobilização valente, não contra o verdadeiro alvo (o retrocesso capitalista) mas contra o socialismo inexistente, pondo por terra quem merecia cair.

* diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, representante nacional da Corrente Sindical Classista da CUT.

O país colocado em leilão

Antonio Martins

As forças populares não podem se iludir. As dimensões reais do programa de privatização lançado pelo governo são imensamente superiores ao que pode ter transparecido após a divulgação da primeira lista de empresas postas à venda. E o projeto de Collor precisa ser enfrentado sem demora, pois nele se concentra grande parte das chances de sucesso de uma saída conservadora para a crise.

O movimento popular reagiu com apatia quando o presidente Collor assinou, no último dia 16, os dois decretos que dão início prático ao Programa Nacional de Desestatização. A CUT e os sindicatos mais fortes, enredados em campanhas salariais intermináveis, sequer manifestaram-se de forma aberta. E mesmo a propaganda das coligações progressistas na televisão, que poderia ter servido de instrumento de denúncia poderoso, pouco se deteve no assunto, na maioria dos Estados.

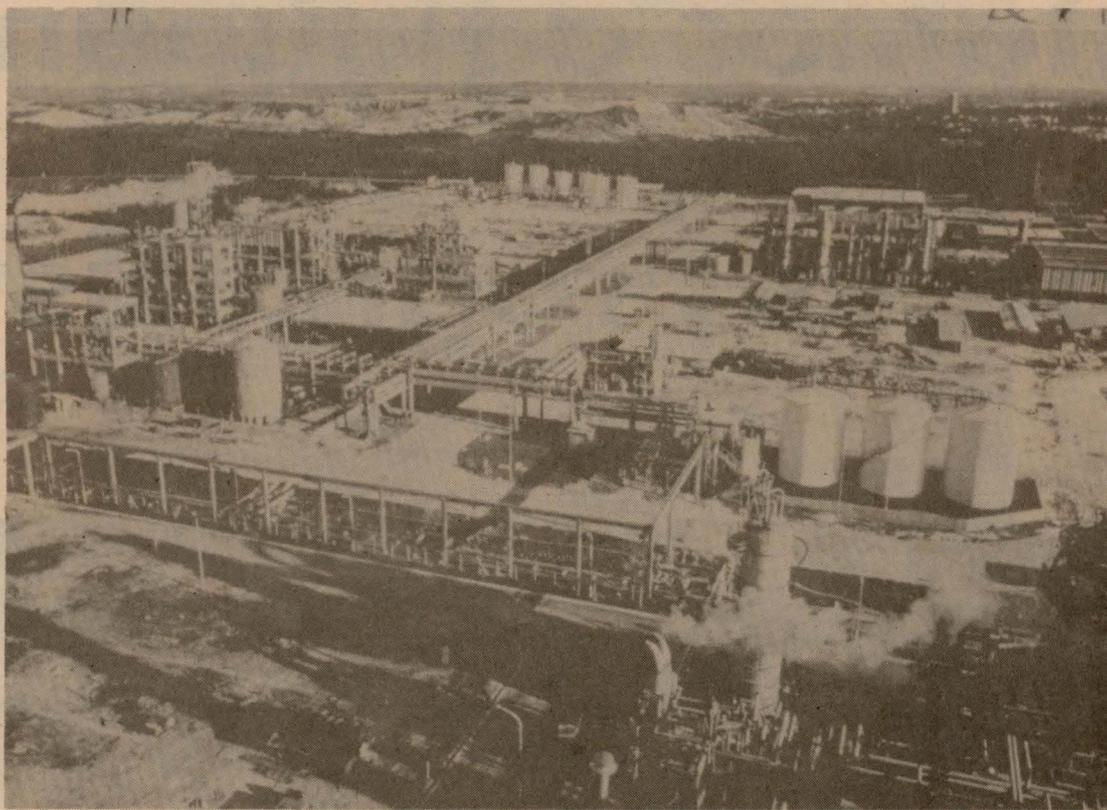
É possível que a ação de Collor tenha sido encarada com espírito de rotina. Afinal de contas, dirão alguns militantes sindicais, no passado homens como o próprio presidente Sarney anunciaram repetidas vezes seu propósito de vender empresas públicas, e as iniciativas quase sempre redundaram em fracasso. Melhor cuidar das reivindicações "concretas" dos trabalhadores, ou limitar-se à crítica à recessão e ao desemprego na TV, que enveredar por temas que são áridos para muitos, e sobre os quais-pesa, para piorar, a força de uma avassaladora propaganda "neo-liberal".

Quem raciocinar ou agir desta maneira, porém, acabará causando certamente um prejuízo de proporções notáveis à luta do povo. Primeiro, porque a própria extensão e a urgência com que o governo pretende agir agora não o têm qualquer paralelo nas ações anteriores. Um dos dois decretos assinados por Collor no dia 16 coloca à venda, num único golpe, 13 empresas, entre as quais duas grandes siderúrgicas — a Usiminas e a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) —, a Mafersa e a participação da Petrobrás Química (Petroquisa) nos pólos petroquímicos de Camaçari e de Triunfo, e na Copene, uma empresa-gigante do setor. Os editais de privatização, anunciou-se, serão publicados pela imprensa já nos primeiros dias de setembro, e num prazo de um a três meses a contar de então as companhias à venda terão seus patrimônios avaliados, indo em seguida a leilão.

Primeiras privatizações são só "a ponta do iceberg", reconhece governo

O erro dos que subestimam a importância dos atos do governo, contudo, é ainda mais grave por um segundo motivo. Apesar de sua importância inédita, a própria série de privatizações anunciada no dia 16 não representa mais que o tímido início de um processo cujas dimensões ainda são imprevisíveis, mas cujo eventual sucesso é essencial para que se concretizem os planos de superar a crise econômica em que o país está mergulhado através de uma saída conservadora.

O economista Eduardo Modiano, que além de dirigir o BNDES é agora o presidente da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, foi o primeiro a afirmar durante a própria cerimônia em



Pólo Petroquímico de Camaçari. A Petrobrás venderá a participação que detém nele, iniciando a privatização de Collor.

que se anunciou o nome das primeiras empresas colocadas à venda, que a operação que representava "apenas a ponta de um iceberg". E isto tornou-se especialmente claro para todos os que tiveram o cuidado de ler com atenção o segundo decreto assinado por Collor em 16/8. Composto de exatos 47 artigos, ele exprime, com riqueza de detalhes e peso de diploma oficial, a extensão dos objetivos pretendidos pelo governo em sua cruzada privatizadora.

E as primeiras conclusões podem ser obtidas já a partir da leitura dos artigos 2º e 3º que definem o universo de empresas passíveis de serem transferidas à iniciativa privada. Praticamente todo o patrimônio estatal fica, segundo estes artigos, sujeito a venda, conforme calculou mais tarde o jornalista Joelmir Betting após o exame acurado da questão. Segundo os cálculos de Joelmir, das 176 estatais hoje em funcionamento, nada menos que 124 poderão ser privatizadas, se vigorar o disposto no decreto. Excluem-se apenas as 52 que exercem atividades definidas na Constituição como de competência exclusiva do Estado.

45 bilhões de dólares, para privatizar em massa as estatais

A idéia de que o governo planeja desfazer-se de uma parcela do patrimônio público antes inimaginada fica porém mais clara quando se examina, um pouco mais adiante, outro artigo do decreto — o de número 38. Fala-se aí das "formas de pagamento" que poderão ser empregadas para aquisição das estatais. É um ponto que provocou nos últimos meses intensos debates, mesmo no interior do governo, por motivos facilmente compreensíveis. É evidente que quanto mais amplas forem as formas de pagamento mais empresas serão passadas aos particulares.

A decisão final, como seria possível pre-

ver desde o início, foi a mais favorável possível às privatizações. Isso porque um dos incisos do artigo — o de número 3, em sua alínea a — estabelece que todos os depósitos que foram congelados em poder do Banco Central quando da decretação do Plano Collor e que equivalem a 45 bilhões de dólares poderão ser utilizados sem qualquer desconto para a compra das estatais. Fica claro agora que, conforme alertaram na época os analistas mais lúcidos, um dos objetivos essenciais do que a direita chamava de "confisco das poupanças privadas" era precisamente criar condições que permitissem em uma transferência maciça dos bens do Estado para os particulares.

Tal hipótese, aliás, foi ficando cada vez mais clara nos dias que se seguiram à edição do decreto. Em 18 de agosto, Eduardo Modiano concedeu entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo" em que revelou que o governo planeja transferir à iniciativa privada não apenas as empresas públicas, mas também o direito de explorar serviços de infra-estrutura. Modiano exemplificou dizendo que aeroportos, correio, geração de energia, portos e vias de transporte — tudo isso é visto pela administração Collor como objeto de privatização. Algum tempo depois a ameaça foi confirmada por Vamilton Tadini, diretor de infra-estrutura do BNDES. Ele informou que tinha sido encarregado por Modiano de "desatar o nó institucional" que ainda impede a operação. E apenas quatro dias depois o próprio Modiano retornava às manchetes econômicas dos jornais, agora para anunciar que a Comissão Diretora do Programa de Desestatização estava prestes a divulgar nova lista de empresas vendáveis, e que esta incluiria companhias como a Acesita, a Embraer, a Cosipa e o Lloyd Brasileiro. Incluiria ainda, sempre segundo as declarações de Modiano, o Banco Meridional, o que tem por objetivo "ampliar a estratégia privatista para outros setores".

Ameaçadas de venda, empresas sofrem também sufocamento econômico

A medida que o tempo passava foi ficando claro outro aspecto da estratégia oficial. Além de divulgar seguidas relações de empresas privatizáveis, a administração Collor passou a emitir sinais de que levaria as companhias públicas a um autêntico sufocamento. Em 18/8, Eduardo Teixeira, secretário-executivo do Ministério da Fazenda comunicou que ele começaria pelo arrocho dos preços cobrados pelas estatais. A inflação acumulada a partir do dia 15 de março já chegou à casa dos 33%, mas o maior aumento de preços concedido desde então a uma empresa do Estado não ultrapassou 18%. A defasagem média é de 30%. No entanto, Teixeira garantiu que todos os pedidos de reajuste em tramitação em seu ministério seriam *indeferidos*, e que o governo promoveria uma elevação de preços e tarifas de no máximo 10%. Dias depois, o chefe do Departamento de Administração e Preços, outro órgão do Ministério da Fazenda, confirmou a opção pelo arrocho, mesmo reconhecendo que ela causaria graves dificuldades financeiras e de investimentos para as estatais.

Como se a divulgação de seguidas listas de privatização, o oferecimento de condições cada vez mais favoráveis aos seus eventuais compradores e o estrangulamento impiedoso das companhias públicas ainda não fossem suficientes, em 19/8 o governo criou mais uma facilidade para a transferência do patrimônio estatal à iniciativa privada. Nesta data, uma nova reunião da Comissão Diretora do Programa de Desestatização decidiu nada menos que a própria privatização das privatizações. Eduardo Modiano encarregou-se mais uma vez de tornar público o sentido da decisão. Ele explicou que o BNDES — vale dizer, o Estado, proprietário das estatais — abriria mão, a partir daquele momento, de estabelecer as condições para venda de suas empresas. Este serviço

passaria a ser feito por companhias de consultoria *particulares*. Elas terão poder de avaliar o patrimônio das estatais postas à venda, fixar o preço de suas ações, decidir se os funcionários terão ou não direitos especiais de compra das mesmas e até mesmo resolver se o capital das empresas oferecidas à iniciativa privada será pulverizado entre milhares de acionistas ou transferido a um único capitalista ou grupo de capitalistas. As empresas particulares, portanto fixarão o preço e a forma através da qual o patrimônio do povo será vendido para empresas nacionais ou estrangeiras, cabe ressaltar. O artigo 3º do segundo decreto assinado por Collor em 16/8 é meridianamente claro a este respeito. Ele reza que capitalistas externos poderão adquirir até 40% do capital das empresas privatizadas — ou ainda mais, desde que autorizados "por autorização legislativa". Em condições normais, contudo, até mesmo esta autorização poderá ser dispensada por multinacionais que eventualmente desejem apoderar-se de companhias antes pertencentes ao povo. Se um único grupo estrangeiro adquirir 40% das ações de qualquer estatal, bastará que 21% das ações restantes sejam "pulverizadas" para que o acionista externo passe a ser na prática o controlador da empresa. Agindo assim a multinacional em questão ganhará duplamente, pois assumirá o controle de uma empresa brasileira sem necessidade de comprar a maioria de suas ações...

Ampla facilidade para que capital externo torne-se proprietário

Vale chamar a atenção, por fim, para um ponto contido no artigo 1º do decreto assinado por Collor em 16/8. Ao relacionar os objetivos do Programa Nacional de Desestatização, o governo admite, embora em mau português, que entre eles está a "redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público". Visto isoladamente, parece uma pretensão admirável. Mas à luz de tudo o que se discutiu até aqui, parece ficar cada vez mais evidente a exatidão de uma outra tese sustentada antes das eleições presidenciais por alguns estudiosos da economia brasileira. No acaso concreto de nosso país, a privatização expressa, mais do que "uma política ditada pela tendência neo-liberal" em voga, uma das grandes esperanças de sucesso de uma saída conservadora para a crise. Ela representaria, se concretizada antes que as forças progressistas pudessem impedi-la, a possibilidade de transformar em patrimônio real a imensa montanha de títulos públicos acumulados ao longo dos últimos anos pelos grandes grupos privados brasileiros graças aos juros estratosféricos pagos pelo Estado. Ela representaria, portanto, a consolidação de uma imensa riqueza que foi acumulada pela burguesia num período em que a economia marcou passo, mas que ainda conserva a forma frágil de papel. Ela poderia resultar, segundo creem os conservadores, num acúmulo de capital de enormes proporções, e dar fôlego para um novo surto de desenvolvimento capitalista, em condições de empobrecimento material ainda maior dos trabalhadores.

Por tudo isso, ela merece ser combatida com vigor e sem demora pelas forças políticas que ainda reclamam a condição de progressistas.

Iram Saraiva

"Estamos aglutinando as forças progressistas"

Por Luciana Bento e Afrânio Andrade

Walter Peixoto



Iram à frente de manifestação promovida pela Coligação Popular. A campanha em Goiás vai assumindo caráter de massas.

Classe — Como está definido o quadro da sucessão estadual em Goiás?

Iram Saraiva — Esta eleição está demonstrando bastante nitidez. De um lado está o conservadorismo, aqueles que sempre estiveram servindo interesses de grupos econômicos, que estão sustentando ardorosamente a política de Fernando Collor no Estado de Goiás. E do outro lado estamos nós, da Coligação Popular, fazendo uma oposição inteligente, dentro do que a constituição define. No congresso a nossa preocupação tem sido não permitir que a política de Collor prejudique ainda mais as condições de vida do trabalhador brasileiro. Temos cumprido nosso papel. Na Assembleia Constituinte votamos pelas causas populares, lutamos pelos direitos dos

trabalhadores e agora podemos também apresentar a nossa candidatura como a alternativa viável, porque não estamos numa campanha por aventura, mas porque sabemos que chegou o momento de virar. Outro aspecto de nossa candidatura é que ela assume caráter plebiscitário. Isto traduz que nós queremos que o povo, que não está satisfeito, que foi enganado pela mídia eletrônica, que transformou um fantoche em presidente da República, dê agora o troco. Nosso objetivo é fazer um governo voltado para pôr em prática questões já sustentadas no texto constitucional a terra para quem realmente produz e trabalha; a empresa com participação do trabalhador; licença-maternidade de 120 dias; verba pública para financiar o ensino público e gratuito. Queremos,

enfim, a vigência de todos os direitos já conquistados e de outros mais.

Classe — Quais as suas prioridades para o governo de Goiás?

Iram Saraiva — Eu vou priorizar a educação, a saúde e a segurança. Estamos vendo que os outros candidatos, que são retrógrados e voltados apenas para construções infundadas e premiando as empreiteiras, com o dinheiro com os seus velhos discursos, de asfalto, moradia, mas não no plano humano. Nós vamos fazer a moradia

para o povo. Vamos cadastrar aqueles que estão na periferia para que possamos comprar material de construção a preços médios e transferi-los para as pessoas carentes, para as famílias que necessitam. Sabemos que os outros dois candidatos continuarão aplicando dinheiro em benefício daqueles que agora estão financiando suas campanhas. A minha campanha é um investimento no homem, enquanto as outras candidaturas recebem financiamento de pessoas que especulam em bolsas de valores, para depois conseguirem em troca algo muito maior.

Classe — Em recente debate na televisão, o senhor fez uma denúncia de corrupção e evasão de impostos da Agricultura, Iris Resende, sobre o leasing da Casego. Em que consiste?

Iram Saraiva — Eu lamentei que não tivéssemos alcançado repercussão maior na imprensa, pois Iris Resende a tem sob controle. A revista "Veja" mostra inclusive que ele é um dos donos de uma empresa de comunicação, o que lhe dá condições de esvaziar um pouco a denúncia. Mas, como governador do Estado, eu estarei oferecendo elementos à Justiça para que possamos provar que não tem mais cabimento segurar o Fundo de Participação dos Estados a fim de que empreiteiras, como a Mendes Júnior, continuem lucrando com isso. O leasing da Casego foi um contrato leonino, desrespeitoso. Tenho confiança de que vamos ganhar na Justiça e reverter esse dinheiro em favor de obras de interesse do povo. A denúncia foi feita e o denunciado não apresentou nenhuma defesa, porque é indefensável. Foi realmente um processo de esbulho. Na época os valores eram da ordem de 70 dólares por tonelada e ele assinou o contrato a 134 dólares a tonelada. Com muita dificuldade, conseguimos os documentos. Antes só havia a notícia do fato, agora apareceram as provas, que apresentamos à sociedade. Eu espero que a Justiça aproveite essa denúncia e comece a encaminhar um processo contra o ex-ministro por malversação de dinheiro público. E se isto não acontecer, já há uma Comissão Parlamentar de Inquérito que vamos subsidiar com este calhamaço que mostra toda a veracidade da denúncia.

Classe — Iris Resende se gaba de ter sido um "super-ministro" da Agricultura, tendo obtido grandes safras. Isto é real?

Iram Saraiva — Isto é uma verdadeira comédia. Houve uma produção em larga escala de alguns tipos de grãos, principalmente soja, para exportação. Ele queria divisas, para atender as exigências do Fundo Monetário Internacional, o que de resto fazia parte da essência da política do governo José Sarney, do qual ele era ministro. Apesar da super-safra, a mesa do pobre continuou pobre, o alimento nunca chegou à mesa dos desfavorecidos, situação que se agrava ainda mais agora numa conjuntura recessiva.

Classe — Que análise se pode fazer sobre a unidade alcançada entre a maioria da forças de esquerda no Estado e sobre a ausência do PT na Coligação Popular?

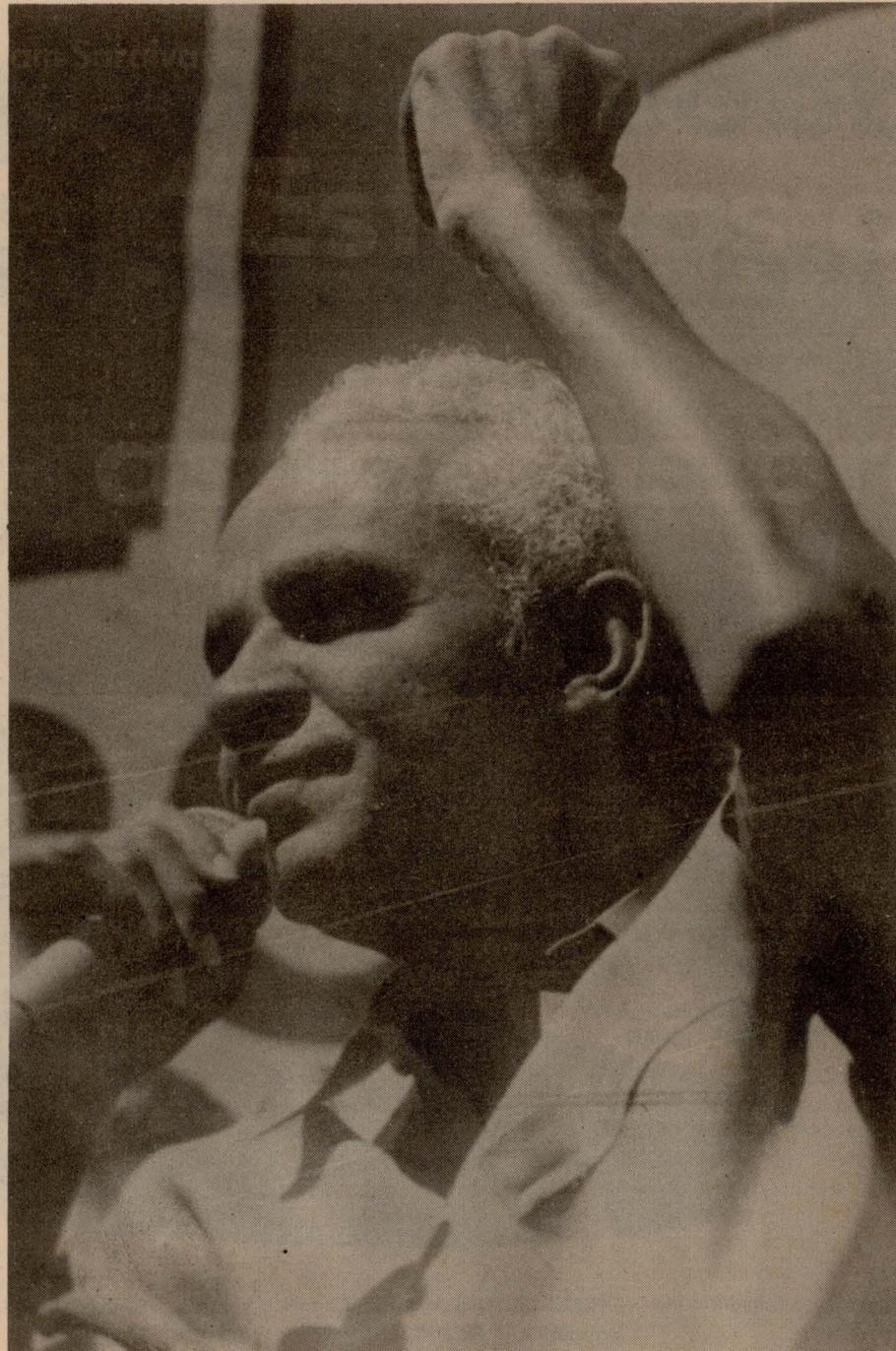


Iram Saraiva — Entendo que a não participação do PT na Coligação Popular no primeiro turno é um equívoco. Decorre de uma análise distorcida da realidade. Estão pregando que estaremos unidos no

segundo turno. Mas é preciso ganhar no primeiro. Aliás, há uma frase interessante que diz: "Eleição em dois turnos se ganha no primeiro". Então faltou este entendimento. A Coligação Popular criou estrutura, oferecemos condições de participação ao PT. Não aceitaram, paciência.

Classe — E o papel do PCdoB?

Iram Saraiva — O PCdoB está tendo uma participação ampla, aberta, inteligente, democrática. O PCdoB entendeu que não se pode fazer o jogo da direita, que estamos vivendo um momento de enfrentar as dificuldades não só no Parlamento, mas também nos governos estaduais. Acho que o papel do PCdoB foi um papel de lucidez, um papel correto. Estamos aglutinando o maior número de forças possível, forças progressistas, porque o inimigo



comum está do outro lado. Se chegassem ao segundo turno duas alternativas de direita, como as que estão colocadas em Goiás, eu perguntaria aos companheiros do PT: "E aí, como é que vamos ficar?"

Classe — Qual a importância de incorporar à Coligação Popular os setores progressistas remanescentes do PMDB que se opõem a Iris Resende?

Iram Saraiva — Eu considero importante a participação dos setores progressistas do PMDB, aos quais sempre estive ligado. Estou trabalhando para que eles se integrem à nossa campanha porque a Coligação Popular é o local exato para se lutar, vencer e fazer um bom governo.

Classe — Em que a Coligação Popular pode contribuir para a luta do povo goiano e do povo brasileiro em geral?

Iram Saraiva — A Coligação Popular tem um traço democrático. Ela tem um programa que luta pelo trabalhador, pela mulher, pelo estudante, pela industrialização do Estado. Estamos contra a privatização das estatais produtivas, que é uma

verdadeira irracionalidade. Se brincar, daqui a pouco, também a própria universidade será entregue para os empresários administrarem. Se a gente brincar, daqui a pouco a Petrobrás também será entregue. A Coligação Popular está preocupada com isso. Estamos preocupados também com os assentamentos no campo. Recentemente visitei um assentamento com 20 famílias em Morrinhos, no interior de Goiás, onde estão produzindo e obtendo seu sustento. É uma prova inequívoca de que um governador de Estado, querendo, pode favorecer um trabalho de reforma agrária.

Classe — Como o senhor avalia a relação entre o governo Collor e o Legislativo?

Iram Saraiva — É a relação mais exdrúxula do mundo. Ele tem maioria na medida em que consegue pagar por ela. É a mesma coisa do Sarney. Tem que dar empregos, distribuir cargos federais nos Estados entre os parlamentares. Quando isso não acontece, os parlamentares fisiológicos deixam de votar com ele. Isto não é um relacionamento normal entre dois poderes, e compra. Haveria relacionamento normal se o governo respeitasse as funções legislativas e não interferisse. Quando ele manda medidas provisórias, está agredindo o Congresso. Quase todas essas medidas, senão todas, são inconstitucionais. Isto gera

uma dificuldade muito grande para o funcionamento do Legislativo. Por essa razão, não temos tido condições de regulamentar a Constituição com maior frequência e presença de parlamentares, porque o próprio governo criou um vício. A medida provisória é um "decretão-lei". Isto está emperrando a atividade legislativa. Por isso o relacionamento entre o governo e o Congresso não tem sido bom. O governo se preocupa apenas em aliciar setores para obter maioria. Isto é antidemocrático.

Classe — Durante a votação de uma Medida Provisória, quando o senhor presidia uma sessão do Congresso Nacional, houve até agressões por parte do deputado José Lourenço, do PFL, partido que apóia o governo. Como foi esse episódio?

Iram Saraiva — O José Lourenço é um cabo de chicote do Collor. Esse pessoal está apavorado, porque num determinado momento o presidente da República precisa chamar parlamentares e pagá-los para que votem as suas medidas irresponsáveis. Chega um determinado ponto em que perdem o controle. Como nós dirigimos o Senado e o Congresso usando a Constituição e os regimentos, ele não teve como manobrar. Não havendo como manobrar, de vez em quando surge um tresloucado, que foi o caso do José Lourenço que nos agrediu. Mas ele não agrediu o senador Iram Saraiva, mas o Parlamento, as instituições e deve ser punido por isso. O Parlamento é um local para se discutirem idéias, não para se praticar violência. Collor na sua campanha eleitoral disse que não tinha ligações com nenhum grupo econômico ou político. A realidade vem mostrando exatamente o contrário. O gesto de violência do José Lourenço foi um gesto de quem estava perdendo alguma coisa, não de quem estava defendendo os interesses do povo e do país. Para mim foi indiferente, porque com pulso e auxiliado por companheiros que estavam ali para votar, tivemos tranquilidade, puxamos o microfone, continuamos a dirigir a sessão, decidimos a questão, e derrotamos o governo naquele episódio.

Classe — O que significa "desenvolvimento integrado" um dos lemas da campanha da Coligação Popular?

Iram Saraiva — Nosso objetivo é fazer uma gestão democrática, ouvindo os setores organizados da população. Na campanha eleitoral estamos percorrendo o Estado, ouvindo o povo, conhecendo mais. Estamos constatando o estado de pauperismo de nossa gente. Os 12 pontos de nossa plataforma estão sendo discutidos democraticamente com a população. E os partidos da Coligação Popular estão dando contribuições sobre os planos de governo, a fim de melhorá-los. O nosso programa de governo vem sendo elaborado na medida em que discutimos com os segmentos organizados da população. E essa discussão será permanente, prosseguirá. O povo terá amplo acesso ao governador. Defendemos a necessidade do desenvolvimento integrado porque não podemos separar as regiões e desenvolvê-las a ritmos desiguais. Temos que observar as potencialidades de cada uma delas e mandar recursos, determinar providências que façam o Estado crescer como um todo. Já disse que vamos estar ocupadíssimos com educação, saúde e segurança. Na educação vamos adotar o processo de educação integrada e haveremos de ter uma saúde preventiva e quando for o caso da curativa vamos trabalhar para que o cidadão não fique interminavelmente nas filas. Então, esta integração não só de regiões, mas também de programas, vai atender as necessidades básicas da população em todo o Estado.

Os Estados Unidos querem assegurar sua hegemonia

Renato Rabelo*



A recente crise no Golfo Pérsico vem demonstrando com nitidez a realidade do quadro de forças no mundo atual. A entoação fantasiosa de que a paz prevalecia em todos os quadrantes, logo ficou desafinada.

O pensamento burguês-imperialista, por meio de seus defensores antigos e dos deslumbrados que vieram engrossá-lo, como Gorbachev e companhia, procurando esconder as leis objetivas da luta social no plano mundial, afirmavam estar o mundo "pós guerra-fria" sem "opção" para o uso da ação bélica pelas potências, ou que a "guerra como continuação da política por outros meios" era frase de museu.

E agora, em face dos acontecimentos do Oriente Médio, buscando dar "lógica" a essa visão idealista e reacionária, seus defensores menos jeitosos abrem o jogo, afirmando que as "ameaças à paz vêm da metade mais pobre do mundo, dominada ainda pela ignorância e pelo obscurantismo religioso, ideológico, nacionalista". E mais ainda: "Estamos diante de uma nova bipolaridade, mais perigosa que a anterior, estamos divididos entre civilização e barbárie". Desesperados, clamam por urgência: "Se as forças da civilização não imobilizarem essas hordas ensandecidas, talvez mergulhemos numa nova noite de muitos séculos". Como diz a sabedoria popu-

lar, para a verdade, nada melhor que um dia após o outro.

A questão é Bush não Hussein

A vida social com toda a crueza vem revelar, apesar da encenação pomposa e custosa que procurava esconder ou inverter a realidade concreta, que de fato uma das principais polarizações do mundo de hoje está situada entre a "civilização" ignominiosa, asentada na dominação e exploração por parte das grandes potências imperialistas e a "barbárie", ou seja, o conjunto dos países e povos do mundo que lutam heroicamente por sua independência e progresso econômico e social. As contradições dos grandes ricos, imperialistas, com os demais países e nações se aprofundaram. Atingem nova fase, de mais brutal e sofisticada dominação. Assim, os acontecimentos no Sul do continente arábico estão nesse contexto de crescente ação imperialista, revelando novas formas de mobilização bélica contra os países dependentes. De todo alarido vindo do Golfo Pérsico, pela imprensa controlada pelas grandes potências, o verdadeiro nó da questão não está em Saddam Hussein, mas em Bush, como representante da atual política imperial norte-americana.

O presidente iraquiano, apesar dos

métodos condenáveis que utiliza e da demonstração de apetites expansionistas, é produto de uma situação injusta imposta pelos Estados Unidos, Inglaterra e outros imperialistas no Oriente Médio, que tem provocado justo anseio de unidade e independência do povo árabe. Diante do recente conflito o príncipe Hassan da Jordânia expressou isso ao dizer: "Os países ocidentais alimentam publicamente a crença de que as questões de petróleo devem ser decididas pelo Primeiro Mundo, quando somos nós que temos direito sobre elas".

Todo petróleo do Kweit é explorado pelos EUA

Os Estados Unidos sempre procuraram exercer pesado domínio imperialista e expansionista nesta importante região, onde se situam as maiores reservas mundiais de petróleo. Seu norte foi sempre dividir os árabes, impondo e sustentando governos lacaios e mantendo e ampliando sua principal base de sustentação, o Estado de Israel. A invasão e ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza por parte de Israel, apesar da condenação do Conselho de Segurança da ONU e de resoluções exigindo a retirada de Israel dos locais ocupados, nada aconteceu. O *status-quo* da dominação americana foi se ampliando.

Desde o começo do século que os imperialistas britânicos e franceses, atendendo seus interesses expansionistas, impuseram fronteiras artificiais em toda a Arábia. A partir da II Guerra Mundial os Estados Unidos e Inglaterra procuraram estabelecer pequenos emirados, prepostos seus, reuniões de pequenas tribos, "países sem povo e sem nação", no Sul da Arábia, visando o acesso e controle direto do ouro negro. Desse modo foi o caso do Kweit entre outros, que tornou-se "independente" em 1961 graças a uma expedição militar inglesa desmembrando-o do Iraque, porque este tinha na época decidido retirar as concessões às companhias petrolíferas estrangeiras. Todo o petróleo do Kweit é hoje explorado pelas companhias petrolíferas americanas e inglesas. Mesmo a parcela menor da exploração que cabia ao governo do Emir do Kweit era investida fora do Golfo, sendo a maior parte na Inglaterra e Estados Unidos, passando dos 100 bilhões de dólares. Tudo isso compõe o quadro da "civilização", levada a ferro e fogo pelas grandes potências capitalistas no Oriente Médio.

Os objetivos norte-americanos Neste momento, as forças armadas norte-americanas ocuparam a Arábia

Saudita e estão posicionadas para um ataque em grande escala por terra, mar e ar ao Iraque. Os Estados Unidos jogam intensamente no conflito como meio de manter e ampliar sua base de sustentação, não permitindo um desequilíbrio na região, desfavorável aos seus interesses. Por que reação tão agressiva e rápida por parte de Washington? Podemos compreender melhor se levarmos em conta o novo quadro da correlação de forças no mundo atual.

Em primeiro lugar, os Estados Unidos reagem dentro de uma lógica que visa ampliar sua presença e domínio no Golfo, antecipando-se aos novos pólos emergentes de poder, Alemanha, Japão e Comunidade Européia. Torna-se uma ação desesperada tendo em vista manter bases geopolíticas e assegurar sua hegemonia conquistada no pós-guerra. Em segundo lugar, a solução de força serve para demonstrar seu poderio militar às outras potências e "justificar" a sua permanência militar na Europa, como "proteção preventiva", realidade da qual a Comunidade Européia procura se distanciar cada vez mais. Conselheiros do presidente americano e generais do Pentágono não escondem a "prioridade absoluta" de Washington e não hesitam em afirmar estar no seio da OTAN, como condi-

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

ção da manutenção dos Estados Unidos não simplesmente como *presença* na Europa, mas como *potência europeia*. Por fim, deve-se levar em conta também que, na metade da década de 90, o Ocidente dependerá muito mais do petróleo do Golfo Pérsico, sendo para as principais potências área de controle estratégico.

As contradições inter-imperialistas

A vasta escalada militar americana no Golfo não tem recuo. Seus objetivos imediatos dificilmente inatingíveis são: a "expulsão do Iraque do Kweit", "desmantelamento da máquina de guerra iraquiana" e "destruição de Hussein e sua estrutura de comando". O Iraque possui forças armadas de um milhão de homens com estrutura e armamentos modernos e com experiência de guerra, tem certa base industrial de sustentação e atua em seu próprio terreno.

A ONU para os Estados Unidos, como agora, tem tido sempre um papel formal, usada muitas vezes para encobrir sua ação imperialista. Os Estados Unidos ainda procuram arrastar seus aliados na aventura guerreira e desenvolve todos os meios políticos e diplomáticos visando isolar o Iraque. Entretanto, diante de um novo quadro mundial em que despontam outros pólos de poder, com possibilidades mais vantajosas de disputar novos mercados e áreas de influência, crescem as contradições inter-imperialistas. Isso se agrava com a situação de declínio econômico e financeiro dos Estados Unidos, que passaram da condição de maiores credores a maiores devedores no mundo. Sua economia depende hoje de enormes somas do capital japonês e alemão. Seu déficit público aumenta em proporção geométrica, prevendo-se forte recessão econômica, que pode ser apressada e agravada com seu envolvimento no conflito.

As contradições que refletem o conflito de interesses inter-potências são de certa forma transportadas, agora, ao Golfo Pérsico.

Tendo à frente a França e a Alemanha, os países europeus, exceto a Grã-Bretanha, anunciaram que sua operação no Golfo será coordenada pela União Européia Ocidental, que congrega nove países, não conseguindo assim os Estados Unidos comprometer no nível que desejavam os seus aliados da OTAN.

A União Soviética, apesar de ainda contar com amplo poderio militar, é um império em desagregação, vivendo atualmente verdadeiro caos interno, sendo forçada a recuar em suas pretensões hegemônicas. Hoje, depende dos créditos e investimentos europeus e americanos. Porém, a URSS, tendo que agir como um império que encolheu e como uma economia em profunda crise, busca manobrar, porque não deixou de perseguir seu papel de potência europeia e mundial. A sua linha se choca com a dos Estados Unidos, numa região

chave, a Europa. Sustenta a tese da "Casa Comum Européia", que opõe Washington aos europeus. Em particular com a França, defende a estratégia de uma "Europa autônoma". Estratégia esta de interesse da Alemanha unificada, porque seria ela, potencialmente, a que reuniria hoje maiores condições de hegemonia em toda a Europa, incluindo sobre a URSS. Desse modo, o Kremlin não criticou abertamente os Estados Unidos, faz um jogo de cena diante do Iraque e juntamente com a França vem defendendo desde o início uma solução negociada ou política para a crise, tentando com isso não perder parte de sua influência junto aos países do Terceiro Mundo e não se distanciar dos europeus.

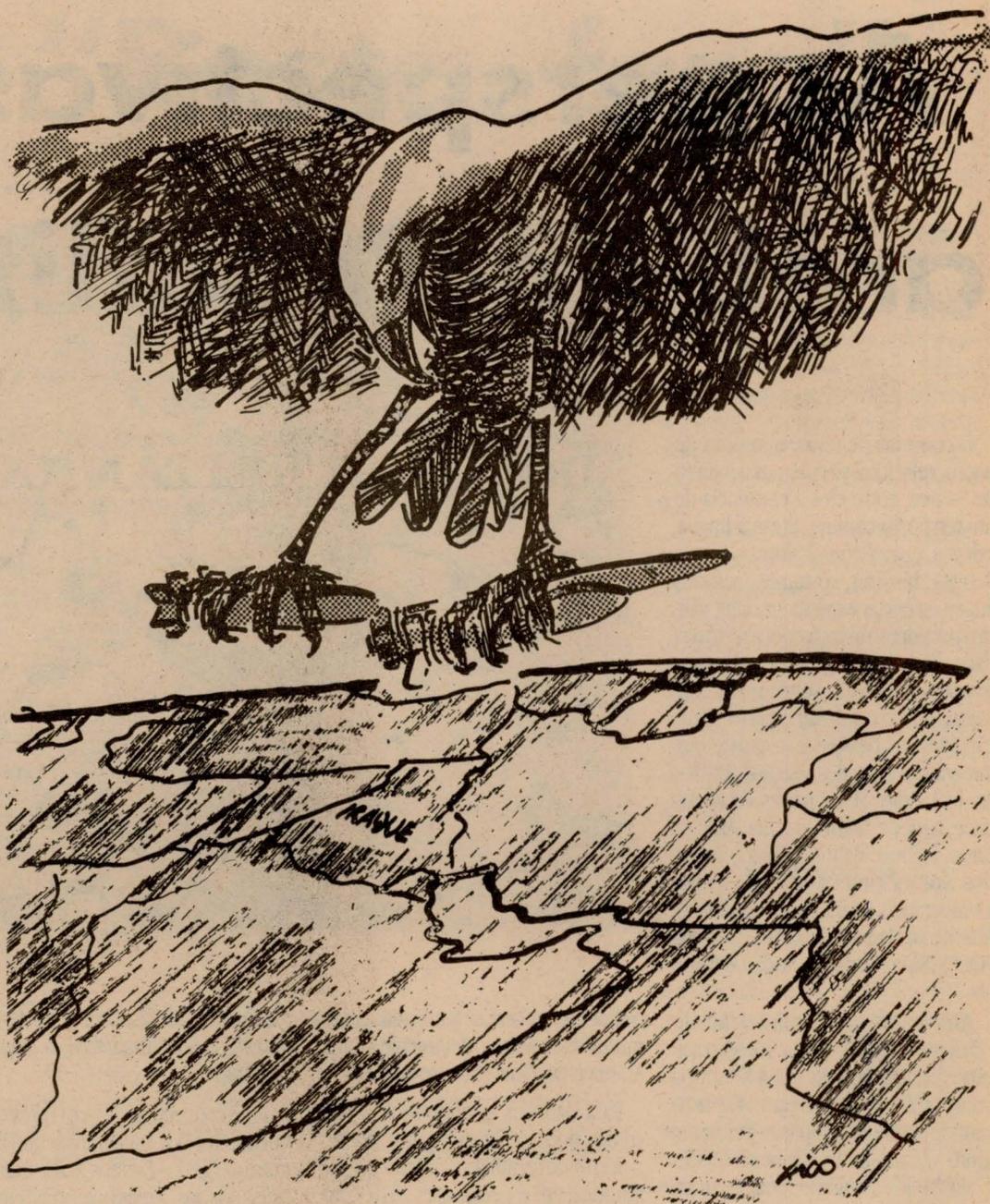
O Japão como grande potência econômica emergente e dependendo de 70% do petróleo do Golfo Pérsico, encontra-se numa posição discreta, chegando a imprensa japonesa a dizer que o mesmo não "descobriu o papel" a desempenhar no conflito. É de interesse do Japão, que já exerce hegemonia na Ásia, se expande na Europa e se torna cada vez mais agressivo na disputa de novos mercados e áreas de influência, manter certa equidistância dos Estados Unidos neste momento. Os americanos vão procurar jogar parte da conta com gastos militares em cima do Japão, agudizando suas contradições.

Os Estados Unidos querem a guerra

A crise no Oriente Médio intensifica a disputa inter-imperialista. Os novos pólos de poder (Alemanha, Japão e CEE) não estão interessados na expansão americana no Oriente Médio, porque isso significaria perda de controle de uma região vital e justificaria a presença estadunidense por mais tempo na Europa. Por isso, essas novas potências participam de forma limitada no bloqueio ao Iraque e jogam numa solução negociada, com a participação da URSS. Pressionam, assim, por um lado os Estados Unidos, na difícil busca de entendimento político e, de outro lado, articulam governantes árabes e o Iraque para uma saída negociada entre eles. Ao contrário, os Estados Unidos querem a guerra, jogam no aguçamento do conflito e se preparam para um ataque maciço e de decisão rápida. Apesar do enorme aparato de guerra, o êxito militar dos norte-americanos é duvidoso. Tal situação pode-se dobrar com aumento da tensão inter-imperialista e o precário sistema geopolítico da região pode ser sacudido, com quedas de governantes árabes.

A presença militar dos Estados Unidos na área já tem provocado protestos e mobilizações populares na Cisjordânia ocupada, Jordânia, Iemen, Líbia, Líbano, etc. A escalada de guerra agravará mais ainda a situação, podendo se transformar em um conflito bélico de grandes proporções. As forças democráticas e progressistas devem estar preparadas para essa situação.

*da direção nacional do PCdoB



Um conflito contra o 3º mundo

Não é difícil explicar a comovente e quase unânime "indignação" dos países imperialistas diante da anexação do Kweit pelo Iraque, promovida pelo presidente Saddam Hussein. As motivações são poderosas. O domínio daquele pequeno país do Golfo por uma monarquia absolutista reacionária, com sufrágio restrito aos parentes e amigos do rei (apenas 8% da população tinha o "democrático" direito ao voto e à participação das decisões políticas), garantia ao civilizado Ocidente o acesso a uma verdadeira mina de ouro, apropriada principalmente pelos monopólios dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Sem contar os lucros diretamente provenientes da exploração do petróleo, monopolizada ali como também na obscura Arábia Saudita por um consórcio anglo-americano, até mesmo a parcela dos rendimentos dedicada aos príncipes locais acabava fluindo para os cofres do Ocidente, por via dos investimentos diretos e indiretos.

Mesmo as estimativas mais conservadoras dão conta de que o estoque atual das aplicações kweitanas no exterior somam bem mais de 100 bilhões de dólares, dimensão equiparável à da dívida externa brasileira. É só pensar na ganância dos bancos ocidentais para receber os juros do Brasil para imaginar e entender a lógica que conforma a fúria dos governos imperialistas como fechamento da mina pelo Iraque.

Cálculos moderados e parciais, publicados pelo "Financial Times" dão conta de que os Estados Unidos são os principais receptores dos investimentos realizados pelos monarcas do Kweit, com 14,4 bilhões de dólares, sendo seguidos pela Alemanha Ocidental, US\$ 5,2 bilhões; Inglaterra, US\$ 4,5 bilhões; Japão, US\$ 3,9 bilhões; Espanha, US\$ 2 bilhões. As aplicações no conjunto de países árabes representam apenas algo em torno de 5 a 10% dos investimentos kweitanos no exterior. É por isto que, entre outras coi-

sas, Saddam Hussein levanta a bandeira de que os lucros provenientes do petróleo do Kweit, que ele estima (no total) em 220 bilhões de dólares, aplicados no Ocidente, deveriam ser investidos no mundo árabe e no Oriente Médio, a fim de melhorar a situação dos governos e dos povos da região. É uma reivindicação nacionalista mais que racional e justa, mas que agride frontalmente o decadente *status quo* estabelecido pelas potências imperialistas.

Neste sentido, a guerra em curso no Golfo Pérsico assume nitidamente o caráter de uma guerra movida pelo imperialismo contra os interesses do chamado Terceiro Mundo, uma agressão às reivindicações e à consciência nacional dos povos, que deve ser repelida com vigor. O que EUA e Inglaterra, na verdade, estão defendendo é o "direito" irrestrito à espoliação das riquezas do mundo, ainda que distorcem tal motivo encobrendo e desvirtuando as demagógicas e hipócritas.

As perspectivas da nação árabe no conflito do Golfo

Lejeune Mato Grosso*

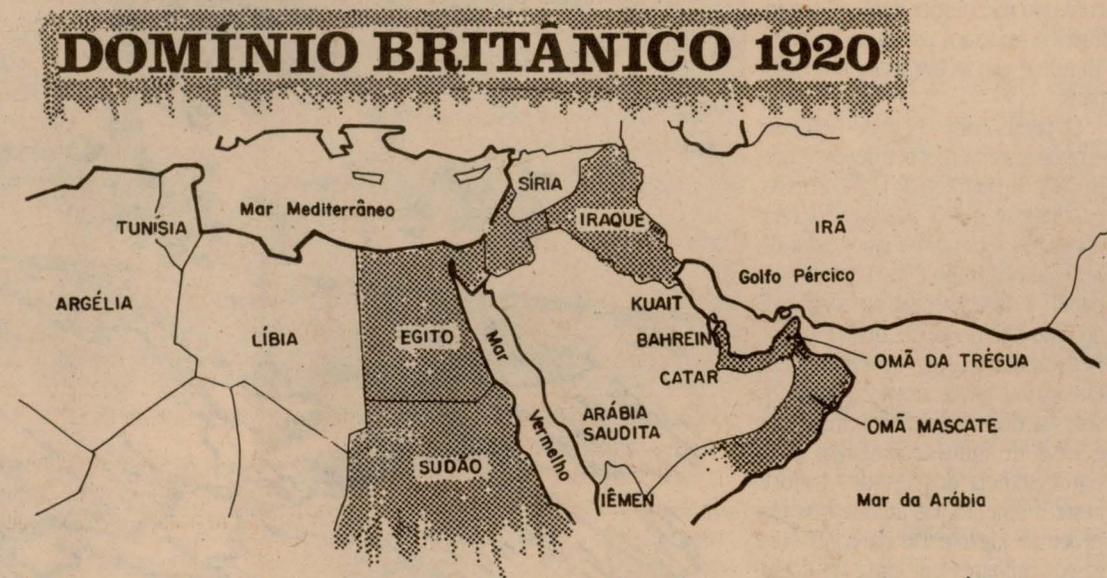
O conceito de povo, e mesmo de nação, relaciona-se com um conjunto de fatores, entre eles a existência de um território comum, mesma língua, valores e tradições culturais semelhantes, história, costumes, padrões éticos, estéticos e mesmo morais, válidos para determinada época histórica dada. Não é nosso propósito aprofundar a discussão sobre esses conceitos, mas consideramos povo e nação árabe as pessoas e os países que integram a Liga dos Estados Árabes. Ao todo, são 21 os países da atualidade, a saber: Arábia Saudita, Argélia, Catar, Djibuti, Bahrein, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Iêmen Democrático, Kweit, Jordânia, Líbano, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina (OLP), Síria, Somália, Sudão e Tunísia.

Ainda que a denominação de "Oriente Médio" tenha caracterização colonialista, pois toma a Europa como referência, digamos que o mundo árabe é composto pelo conjunto de países no Oriente Médio ("Makhrek", em árabe) e também no Norte da África. O conceito de "mundo árabe" para o Oriente Médio não é também preciso na medida em que nessa região existem outros povos e nacionalidades, fundamentalmente os povos persa (Irã) e turco (otomanos da Turquia). Encravado no meio de todos esses países, aí sim com populações predominantemente muçulmanas, está o Estado de Israel, criado pela ONU em 1947, por imposição das potências imperialistas da época, cuja população se diz povo judeu, descendentes de Abraham e Moisés.

Os países árabes hoje representam cerca de 193 milhões de pessoas (dados de 86). A região concentra a produção e a exportação de mais de 70% de todo o petróleo consumido no mundo todo, detendo o controle do mercado, principalmente dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos (com a exceção do Gabão, Indonésia, Venezuela e Equador, todos os outros países-membros da OPEP são árabes).

A artificialidade das fronteiras das nações árabes

A análise da geo-política regional do mundo árabe poderia retroceder a milhares de anos, buscando raízes nos estudos dos povos cananeus e tantos outros que habitavam milenarmente a região mesopotâmica, espe-



cialmente as terras banhadas pelos mares Vermelho, Mediterrâneo, da Arábia e do Golfo Pérsico-Arábico.

Para não nos estendermos, a discussão pode se situar a partir do período onde termina a primeira guerra mundial, em especial após 1916, com os acordos Sykes-Picot, a declaração Balfour de 1917 e a partilha do Oriente Médio entre as potências imperialistas vencedoras da guerra, entre elas a Inglaterra, a França e a Itália. A França se apossa da Argélia, da Tunísia, do Líbano e da Síria; a Inglaterra da Palestina, Egito, Sudão, Iraque (junto com o Kweit) e os pequenos países banhados pelas águas do Golfo e a Itália fica com a Líbia.

Essa partilha na verdade desconsidera completamente as lideranças árabes, em especial as nacionalistas, que são reprimidas. O objetivo fundamental dessa divisão é o controle da exploração de todas as jazidas petrolíferas da região, procurando, com essa dominação espoliativa, recuperar financeiramente as combalidas economias do pós-guerra.

A ideologia do pan-arabismo, criada e idealizada por Gamal Abdel Nasser, assumida com firmeza na atualidade pelo Partido Socialista Árabe Baas (existe em vários países do mundo árabe, com uma direção nacional pan-árabe e direções regionais nos países) entende com precisão a artificialidade das fronteiras de 21 países em uma mesma nação árabe. Isso levado às últimas conseqüências implica no entendimento que *os árabes constituem de fato um só povo e devem, portanto, conviver em um só*

país, uma só nação, sem as fronteiras demarcadas na atualidade, a maioria artificiais.

Esse conceito se reforça no fato de que muitos dos atuais países que integram a Liga dos Estados Árabes, terem sido "criados" pelas potências, em especial a Grã-Bretanha, para atender a seus interesses exclusivos. O Kweit é um exemplo disso. Num momento em que crescia o movimento nacionalista árabe, desde o rei Façal na década de 20, e estando o Kweit sob imensas reservas petrolíferas (quase 10% de toda a produção mundial), a Inglaterra decide manter essa região separada do Iraque (a qual estavam ligados há séculos) para atender aos seus interesses político-econômicos. Para isso, contou com o apoio e a simpatia da família *Al-Sabah*, já no poder desde 1756.

Há muitos outros exemplos. O primeiro ministro da Inglaterra, Sir *Winston Churchill*, certa vez disse que criou a Jordânia "numa tarde de domingo, com uma pincelada no mapa" (sic). O filósofo francês *Roger Garaudy* (ex-membro do PCF, atualmente convertido ao islamismo, mas que ainda se autodefine como marxista), em recente declaração ao *Corriere della Siera*, disse textualmente que o "Kweit foi criado em 1961 quando o general *Kassen* (do Iraque) decidiu retirar as concessões petrolíferas. Foi então que uma expedição militar inglesa deu vida ao fantoche (a família *Al-Sabah*), com o objetivo de manter os direitos dos patrões, ao ouro negro" (FSP, 26/08/90).

A defesa da unificação orgânica dos

países árabes só chegou à prática em 1958, mas durou apenas 3 anos. Isso ocorreu quando *Nasser* fundiu em um só país o Egito e a Síria. Os micro-"países" banhados pelo Mar Árabe e que hoje integram o Conselho de Cooperação do Golfo Pérsico (Omã, Catar, Bahrein, Emirados, Kweit) chegam a ter, alguns deles, populações com menos de 300 mil habitantes). Os Emirados Árabes Unidos, nada mais são do que uma federação de tribos árabes, unificadas para a constituição de um país.

Os blocos ideológicos

Via de regra, pode-se dizer que a democracia, como regime onde a alternância de poder é uma constante, ainda não chegou aos países da região do Oriente Médio. Com poucas exceções, prevalece ainda a existência de regimes ditatoriais, alguns deles com monarquias de caráter ainda feudal. Os países como a Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos, Jordânia (Reino Hachemita), Kweit, Marrocos, Omã e Bahrein são monarquias. Em especial, a Arábia Saudita, Omã e Marrocos são monarquias absolutas, ou seja, não possuem constituições formais e seguem apenas o Al-Corão (livro sagrado dos muçulmanos). São Estados teocráticos, onde não há a separação entre religião e poder, governo e máquina estatal. Na Arábia Saudita, por exemplo, os partidos políticos são todos clandestinos, em especial o Partido Comunista, o Partido Democrático, a Frente de Libertação da Península Árabe, a Organização Revolucionária Islâmica. O Rei Fahd

ibn Abdul Aziz, é o Custódio das duas Mesquitas (Meca e Medina, cidades sagradas do islamismo) e o mesmo só presta contas dos seus atos ao Conselho de Família e ao Colegiado de Ulemas (teólogos que interpretam a "shariah", Lei do Al-Corão). A quase totalidade dessas monarquias (com a exceção da Jordânia), na questão atual do conflito do Golfo, se alinham com os Estados Unidos e as potências imperialistas, escancarando as portas dos seus países para as tropas militares estrangeiras. Os Khalifas, os Emires, os Xerifes, os Xeriffes e os Monarcas quetais, fazem o jogo do imperialismo e do sionismo na região, advogando as causas da contra-revolução.

Há um outro campo de países, que já constituem República, mas que ainda estão longe da prática de democracias mais avançadas e populares. É o caso da Mauritânia, do Egito, da Síria, do Djibuti, Somália, Sudão, etc. As eleições para presidente nesses países praticamente não existem. A Síria mesmo, em suas masmorras, estão mais de 30 mil prisioneiros políticos, na sua grande maioria revolucionários, comunistas, militantes palestinos. Nesse bloco de países destacam-se pelas suas lideranças, pela importância econômica e pelo peso de suas populações, o Egito e a Síria, que no conflito do Golfo se postaram em alinhamento com os Estados Unidos, Inglaterra, França e URSS.

Finalmente, teremos um terceiro bloco de países, um pouco mais progressistas, com alguns deles já tendo feito revoluções internas, caminham para sistemas políticos mais democráticos. Alguns até se proclamaram socialistas, como o Iêmen Democrático, a Argélia e a Tunísia. A Líbia e o próprio Iraque não realizam eleições para presidente, mas assumem hoje uma postura de enfrentamento ao imperialismo, levando ao extremo as idéias e as concepções do nacionalismo pan-árabe.

Há que se fazer um destaque especial aos palestinos, integrantes do povo árabe, que hoje lutam para a construção do seu Estado democrático em solo palestino (hoje ocupado por Israel). A OLP, representante dos palestinos, possui facções internas que se proclamam revolucionárias, entre elas a FPLP, de Georges Habash e a Fatah, de Yasser Arafath. Essas

Os Estados Não Árabes da Região

duas organizações estão hoje em processo de unificação e se proclamam marxistas-leninistas. O grupo Al Saka, agrupa desde 67, os palestinos que seguem a linha do Partido Socialista Árabe-Sírio Baas. A Frente de Libertação Árabe, também baatista, sob a liderança de *Abder Rahin Ahmed*, segue orientação do Iraque. A organização Al-Fatah, majoritária da OLP, segue orientação do próprio *Yasser Arafat*. Agrupamentos menores também atuam entre o povo palestino, como o PC Palestino, criado em 83, de linha

soviética, ainda não admitido na estrutura da OLP.

No atual conflito do Golfo, temos de um lado os países que defendem uma solução árabe para o problema, contra a intervenção e o cerco militar americano e imperialista, entre esses, além do Iraque, a OLP, a Líbia, a Tunísia, a Argélia, a Jordânia, o Sudão, o Iêmen Democrático e a Mauritânia. Do outro lado, os outros 12 países, com posturas claramente de apoio ao imperialismo.

São basicamente três os Estados não árabes da região do Golfo, Oriente Médio e Norte da África: a Turquia, o Irã e Israel. Desses, dois deles, a Turquia e o Irã, são majoritariamente islâmicos e Israel é um país judeu.

Pela importância estratégica que esses Estados jogam na geopolítica regional, é fundamental que na análise da crise do Golfo façamos um estudo sobre a situação de cada um deles e das posições que seus governos têm assumido em relação ao conflito.

A Turquia é um país conservador, com um governo ditatorial exercido pelo genetal *Kenan Evren* desde 1980. O parlamento funciona precariamente desde 83, mas com as principais organizações progressistas e de esquerda amargando a dura clandestinidade. As prisões turcas estão abarrotadas de prisioneiros políticos, cujas práticas de torturas são constantemente denunciadas pela Anistia Internacional.

O alinhamento político-ideológico do governo se dá com os Estados Unidos. Isso se refletiu no apoio dado ao bloqueio econômico do Iraque, com o imediato fechamento do oleoduto que passa por seu território vindo de Bagdá, desembocando no Mar Mediterrâneo. Com uma população de mais de 50 milhões de habitantes (dados de 86) e forças armadas de 650 mil homens, esse país joga um papel importante no conflito. A sua ação só acaba não sendo mais agressiva e pró-imperialista em função do receio governamental com a possibilidade da eclosão de manifestações da população muçulmana contra os EUA.

Quanto ao posicionamento do Estado de Israel, ele é claro, na medida que desde a sua criação pela ONU, seu alinhamento político-ideológico e militar ocorre com os Estados Unidos. Não entraremos na discussão sobre a legitimidade da construção do

Estado de Israel em meio a um mundo completamente diferente, cercado por persas, árabes e turcos, praticamente todos muçulmanos. Mas é correto afirmar que o Estado de Israel joga um importante papel na região, como ponta de lança dos interesses imperialistas americanos no Oriente Médio.

Sua população é pequena (5 milhões de pessoas), com a grande maioria vinda de outros países árabes, incentivados pelas potências e pelo movimento sionista internacional. Suas forças armadas são modestas (contingente de 200 mil homens), mas armadas com modernos equipamentos, tanto na infantaria como para ataques aéreos. É o único país de toda a região que detém a tecnologia de fabricação da bomba atômica.

Na questão específica do conflito no Golfo, sua posição é a de apoio às atitudes americanas, mas com cautela em relação ao envio de tropas. Isso porque uma atitude bélica de Israel neste momento poderia estreitar as bases políticas de sustentação das posições pró-americanas entre os governos árabes mais conservadores. O governo de Israel sabe como ninguém que bastaria um só tiro ou um só árabe morto pelas balas sionistas para aumentar ainda mais a unidade dos povos árabes e acirrar o sentimento antiimperialista e contra o sionismo na região. Assim, qualquer atitude mais agressiva do ponto de vista militar será milimetricamente avaliada antes de ser adotada.

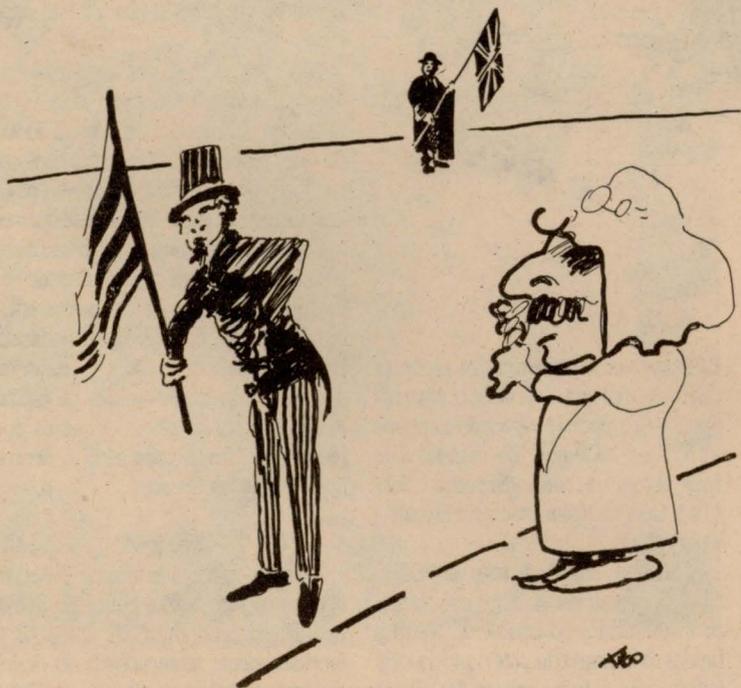
Finalmente, temos o Irã. Com uma população de 50 milhões de habitantes (86), o Irã é uma república com um governo teocrático, onde as leis do Al-Corão são as determinantes na sociedade. Suas forças armadas, que em número só perdem para o próprio Iraque (possui mais de 700 mil homens em armas), jogam um papel de destaque.

Durante 8 anos, entre 1980 e 1988, enfrentou o exército e a força aérea iraquiana num conflito territorial em função do Canal de Shat-al-Arab, que ambos os países reivindicam para si. Com a eclosão do atual conflito no Golfo, o Irã condenou a invasão do Kweit pelo Iraque, mas ao mesmo tempo não aceita o cerco imperialista na região, imposto pelos EUA. Há conflitos de posicionamentos entre as lideranças islâmicas xiitas no Irã. De um lado, o presidente *Saved Ali Khomeini*, com posições mais moderadas e de outro o presidente do parlamento iraniano, *Ali Rafsanjani*, sendo este último defensor de posições de maior agressividade contra o imperialismo. O certo é que as massas iranianas, em que pesem ainda ressentimentos contra o Iraque por causa da longa guerra de 8 anos, estão dando (como assim o fazem desde a revolução de 79) demonstrações anti-americanas.

O governo iraniano e a sua diplomacia sabem o papel que o país desempenha na região, mas sabem também que não poderão em hipótese nenhuma se alinhar com seus arqui-inimigos que são os Estados Unidos.

Saddam Hussein tem sido nesse sentido bastante habilidoso na condução de sua política externa. Tem feito concessões ao Irã, como a troca de mais de 70 mil prisioneiros de guerra e a aplicação do Tratado de Argel de 1976, onde parte do Canal de Shatt-al-Arab (pela linha de maior profundidade — talvengue), assegurando ao Irã o acesso independente ao Golfo para suas refinarias de Abadã.

Uma coisa parece certa até o momento: caso haja mesmo a eclosão de um conflito militar de proporções internacionais, o Irã não ficará neutro e tenderá ao alinhamento ao lado do povo árabe. (L.M.)



Governo canadense está a reboque dos E. Unidos

O governo canadense subordinou sua política externa aos interesses do imperilismo norte-americano ao enviar navios de guerra para o Golfo Pérsico. Tal conduta foi condenada pelo Partido Comunista do Canadá (m-l), que divulgou dia 24 de agosto uma nota expondo suas posições sobre a questão, da qual a *Classe* publica os seguintes trechos:

"Em 10 de agosto o primeiro-ministro do Canadá, Brian Mulroney, engajou o Canadá no bloqueio naval. Navios de guerra e centenas de soldados partem do Canadá para a região do Golfo Pérsico a fim de apoiar a política norte-americana que visa derrubar Saddam Hussein e legalizar as ações norte-americanas aos olhos da opinião pública canadense.

"O Partido Comunista do Canadá (m-l) conclama os trabalhadores e todas

as pessoas ansiosas pela paz a condenarem vigorosamente o governo de Brian Mulroney por ter engajado o Canadá na política guerreira e agressiva dos Estados Unidos e para exigir que o governo se retire imediatamente desse perigoso caminho que ameaça desonrar o Canadá e mobilizar o país numa guerra de agressão.

"O Partido Comunista do Canadá (m-l) afirma seu resolutivo apoio aos povos do Oriente Médio que lutam por uma solução justa para seus problemas, opondo-se à agressão externa e à reação interna.

"Condenamos o governo de Mulroney por ter mobilizado o Canadá em apoio à política guerreira e agressiva dos Estados Unidos no Oriente Médio! O Canadá deve se retirar do conflito do Oriente Médio!"

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Conflitos entre EUA e Japão

Umberto Martins

Os últimos dias do conflito no Golfo Pérsico, até o fechamento desta edição da *Classe*, foram marcados por intensas atividades no campo diplomático entre os países direta ou indiretamente envolvidos. Porém, embora não seja totalmente descartável a hipótese de uma solução negociada, o desencadeamento da guerra ainda é a perspectiva mais provável.

Os Estados Unidos conseguiram dobrar o Conselho de Segurança da ONU, que aprovou a transformação do embargo econômico em bloqueio, revestindo com uma aparência de legalidade a conduta agressiva do imperialismo anglo-americano nos mares da região. O presidente Hussein, por seu turno, decretou a transformação do Kweit na 19ª província do Iraque, ao mesmo tempo em que anunciava a disposição de negociar uma solução pacífica, e árabe, do problema.

Também cresceram consideravelmente as manifestações pró-Iraque em todo o mundo árabe e no Irã. No dia 29 de agosto o governo sírio, que se aliou aos Estados Unidos, reprimiu de forma violenta manifestações a favor de Saddam Hussein na fronteira entre os dois países, matando dezenas de pessoas. No Irã, grupos nacionalistas, anti-americanos, teriam contratado pelo menos 40 comboios com o objetivo de enviar alimentos e outras mercadorias ao Iraque, reduzindo o impacto do bloqueio.

O Japão na guerra

Alguns episódios de razoável importância, e que podem influir de forma poderosa e decisiva nos desdobramentos do conflito, mereceram um tratamento marginal da nossa grande imprensa, por sinal transformada em agência de propaganda dos interesses norte-americanos no Golfo Pérsico — especialmente na abordagem das notícias relacionadas à diplomacia japonesa.

No dia 23, uma discreta informação publicada na "Folha de São Paulo" revelava que o aumento do preço do petróleo na ocasião, quando ultrapassou a faixa dos 30 dólares por barril, tinha sido consequência do anúncio feito pela Arábia Saudita de que as exportações do produto para o Japão seriam reduzidas. Num contexto em que a própria Arábia estava aumentando sua produção para fazer frente à escassez na oferta provocada pelo bloqueio ao Iraque e Kweit, tal decisão não poderia ser interpretada senão como uma pressão norte-americana contra as posições adotadas pelo governo japonês no conflito.

Seguiram-se informações de uma pesquisa esclarecendo o pensamento dominante na opinião pública japonesa sobre a guerra, onde se constata que uma ampla maioria é a favor do não-envolvimento do país no Golfo Pérsico — e, enquanto apenas 3,3% consideram aceitável o envio de tropas, para ampliar o bloqueio, 19,4% acham que o país já fez demais ao aderir formalmente ao boicote e 8,2% expres-

saram a convicção de que o Japão simplesmente não deveria fazer nada.

Ao lado disto, sem muito alarde, o Japão cedeu ao apelo iraquiano de que as embaixadas estrangeiras no Kweit fossem fechadas — um reconhecimento implícito da anexação —, no que foi seguido, de forma ainda mais discreta, pela China, evidenciando uma posição "asiática" sobre a crise.

Contradições

Os sinais diplomáticos emitidos por Tóquio, contudo, são ainda contraditórios e não podem ser tomados por definitivos. O governo japonês anunciou a disposição de enviar recursos humanos e materiais (não bélicos) para auxiliar os países da região afetados pela guerra — e, em particular, a Jordânia, às voltas com dezenas de milhares de refugiados provenientes das áreas em conflito.

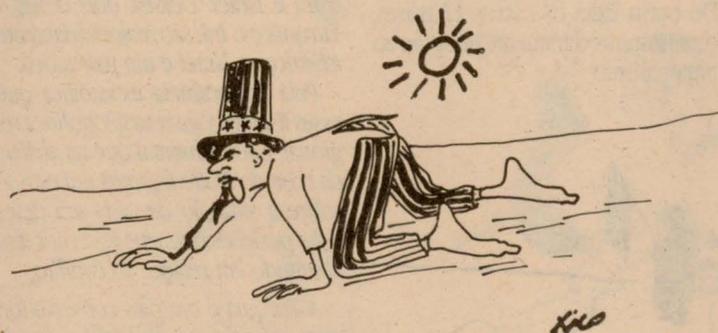
De qualquer forma, torna-se a cada dia mais evidente que a diplomacia japonesa (em que pesem os apelos imperialistas contra o nacionalismo árabe representado por Hussein) não segue cegamente as determinações norte-americanas, a ponto de irritar os líderes dos EUA (são freqüentes os artigos e reportagens criticando e pressionando o Japão pela posição de equidistância em relação à guerra no Golfo Pérsico).

A busca de uma posição independente diante do conflito, pelo Japão, encontra barreiras de variados tipos — inclusive a impotência militar do país —, mas restam poucas dúvidas de que o caminho seguido pelo governo tem este sentido. E isto constitui um sintoma importante, talvez de importância extrema, que pode ter desdobramentos variáveis conforme a evolução do conflito no Golfo Pérsico.

Interesses conflitantes

Pode parecer que, apesar da memória da carnificina atômica em Hiroshima e Nagasaki, os japoneses têm uma dívida de gratidão com os EUA, já que estes financiaram uma reconstrução condicionada do país, criando muitos laços econômicos comuns. Os atuais interesses das duas potências, no entanto, são mais conflitivos que amigáveis, fazem mais provável a luta que a unidade — e falam bem mais alto que a gratidão.

O momento em que na história ocorre a guerra no Golfo Pérsico carrega também uma outra guerra, de caráter econômico e financeiro, pela hegemonia do mundo — e, nela, os dois principais contendores são Estados Unidos e Japão, até agora com inegável vantagem para este último. Esta circunstância, que constitui o pa-



no de fundo da atual crise do imperialismo, ou pelo menos um de seus aspectos mais expressivos, certamente espalhará seus reflexos sobre o Golfo e desde já influencia as diplomacias das potências.

Decadência americana

Já há alguns anos discute-se, particularmente nos Estados Unidos, sobre a relativa decadência do imperialismo yanque, negada por muitos. E alguns analistas observam que preocupações neste sentido orientaram a conduta de Bush no Golfo Pérsico e, além disto, teriam provado definitivamente que os EUA são ainda o número um do mundo.

Na verdade, as polêmicas em torno do assunto podem ser consideradas, em muitos pontos, como superadas pelos fatos. As estatísticas não deixam dúvidas quanto à perda da supremacia econômica dos Estados Unidos no mundo, em favor do Japão. A desvantagem no campo industrial e tecnológico há muito tornou-se patente e, como não poderia deixar de ser, desdobrou-se na atual hegemonia financeira do Japão.

Transição de hegemonia

A decadência econômica americana tornou-se praticamente irresistível, ou inelutável, na década de 80. Depois de experimentar uma grande queda da competitividade industrial, e formar gigantescos déficits comerciais, em 1986 os Estados Unidos entregaram também a supremacia financeira sobre os rendosos negócios do mundo — tornaram-se os maiores devedores do planeta, enquanto o Japão erguia-se à condição de maior credor.

Os indicadores do declínio econômico norte-americano se multiplicam, enumerá-los e explicitá-los não é tarefa que caiba nos limites deste artigo. Não custa lembrar, porém, que atualmente os 10 maiores bancos do mundo, (por volume de depósitos) são japoneses, enquanto em

1980 apenas uma instituição nipônica constava de tal lista. Uma única companhia japonesa (a Nippon Telegraph & Telephone — NTT —, a maior do mundo) vale mais do que as norte-americanas IBM, AT&T, General Motors, General Electric e Exxon juntas.

Finalmente, um estudo feito pela Council of Competitiveness sobre os volumes de investimentos do Japão e dos Estados Unidos na indústria durante o ano de 1989 indicou que o Japão aplicou 36 bilhões de dólares a mais do que EUA naquele ano (US\$ 549 bilhões contra US\$ 513 bilhões), pela primeira vez superando, numa medida de dólares nominais (é bom que fique claro), as inversões dos monopólios americanos. Da mesma forma, os gastos japoneses em pesquisa e desenvolvimento não-bélico são hoje 50% superiores aos do imperialismo yanque, quando tomados como proporção do PNB.

Parasitismo

Pode-se apontar uma multiplicidade de causas para o fenômeno — assim como das razões que tornaram o Japão o principal beneficiário do desenvolvimento desigual dos países capitalistas na época do imperialismo —, inclusive os elevados investimentos na corrida armamentista. O básico, porém, foi o desenvolvimento de um crescente parasitismo da sociedade norte-americana, mal das economias rentistas que havia acometido a Inglaterra já no século passado, acabou conduzindo-a à decadência como notou Lênin, e já começa a corroer a competitividade japonesa.

Cabe dizer que o financiamento desse parasitismo implicou uma dependência externa sem paralelo na história da humanidade, superando em muito a que foi exposta no passado pela Inglaterra. Para manter certo nível de investimentos e de consumo nos Estados Unidos é imprescindível recorrer à generosa ajuda dos estrangeiros — seja aumentando a espoliação dos povos, seja através das exigências em relação ao endividamento

externo, seja, especialmente, recorrendo à generosidade do Japão e da Alemanha. "Os Estados Unidos chegaram a depender dos investidores japoneses para o financiamento direto de até 30% do déficit orçamentário do governo", revela Daniel Burshtein no livro "Yen, o Japão e seu novo império financeiro". Esta dependência acarretou, igualmente, uma desnacionalização acelerada da economia americana, sendo que em 1989 cerca de 250 mil norte-americanos trabalhavam para firmas japonesas.

Tudo isto são reflexos de grandiosos desequilíbrios da economia americana, agravados pela política econômica adotada pelos republicanos (em vez de enfrentar os desafios econômicos que enfrentou, Reagan preferiu pedir "trilhões de dólares aos japoneses e fez uma festa", como disse o senador Daniel Patrick Moynihan, de Nova York). E pela dimensão internacional de tal economia, o resultado é a crise atual, e suas várias faces, como a explosão da dívida externa, repatriamento de capital e aumento das remessas de lucros dos países dependentes para os EUA, ocorridos nos últimos 10 anos.

Transição

É preciso olhar a história e observar que, entre suas lições, está a de que a decadência econômica das potências é inevitavelmente acompanhada do deslocamento equivalente nos campos político, diplomático e militar. Mas este processo na história às vezes leva décadas — e, por isto, os poderes relativos nesses diversos campos nem sempre são equivalentes.

A Inglaterra, por exemplo, embora perdesse a supremacia econômica relativa para Estados Unidos e Alemanha ainda antes da Primeira Guerra Mundial, manteve a militar, e só teve sua decadência oficializada em 1944, nos acordos de Bretton Woods. A fraqueza militar explica a aparente fragilidade diplomática japonesa, mas é imprudente pensar naquele país com os olhos no cenário dos anos 50. Além disto, cumpre observar que a história parece ter pressa — e, com efeito, anda nos dias atuais com velocidade bem maior. Com certo exagero, os japoneses gabam-se de que "a Inglaterra levou cem anos para se tornar o país mais rico do mundo; os Estados Unidos precisaram de cinquenta. Ao Japão, bastaram apenas cinco."

A conduta da diplomacia japonesa no Golfo, de qualquer forma, merece ser acompanhada. Até agora reticente, e com lances aparentemente contraditórios, não é do agrado dos Estados Unidos e tem sido alvo de profundas críticas das lideranças yanques. Não é remota a possibilidade de que a transição entre hegemonias que objetivamente está em curso na história seja apressada pela guerra no Golfo — e que o resultado do conflito torne mais premente um novo desenho do mapa geopolítico mundial, fazendo com que a relação de força nos planos político, diplomático e econômico seja dada melhor ao poderio econômico relativo das potências.

CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Milhões de corações até aqui de mágoa

Rogério Lustosa*

"A campanha está morna". Esta é uma afirmação freqüente na atual batalha eleitoral. Mas enquanto uns procuram encontrar as raízes do fenômeno, outros tentam usar a constatação como pretexto para uma atividade rotineira e conformista. E a burguesia, por seu lado, trata de aproveitar para resolver a disputa apoiada no dinheiro e na mídia.

Aprendizado difícil

O desinteresse "pelos políticos" é fruto da confusão das massas trabalhadoras num momento particular do seu aprendizado. Particularmente depois do movimento pelas eleições diretas, em 1984, houve uma significativa elevação do nível de consciência do povo. A tal ponto que, no ano passado, pela primeira vez na nossa história, as forças populares conseguiram encontrar o caminho da unidade — vencendo inclusive resistências sectárias de certos grupos de "esquerda" — e praticamente empatar com as oligarquias nas eleições presidenciais.

Mas a certeza de vencer foi frustrada. Collor, apoiado no controle dos meios de comunicação, na força do dinheiro e em mil outros mecanismos de dominação, sufocou a vontade popular. E, logo a seguir, pelas medidas que tomou, mais uma vez desencantou o desca-misados iludidos com a demagogia "global" durante a campanha.

Revolta no ar

Os trabalhadores, depois de duas grandes esperanças malogradas, ainda não conseguiram tirar conseqüências e encontrar novas formas de luta. Para os milhões de corações "até aqui de mágoa" a política aparece temporariamente como inútil. E, por isto, os candidatos são considerados todos iguais. Um sentimento de desconfiança com o jogo burguês.

Ao mesmo tempo, cinco milhões de grevistas já se lançaram à luta nestes últimos meses. Trabalhadores sem terra igualmente mobilizam-se exigindo um pedaço de chão. Enfrentam uma absurda intransigência dos patrões e do governo. Voltam para casa, não com o sentimento de derrota mas com o sabor do ódio de classe na boca.

Quem confunde este quadro tão complexo com passividade das massas revela, na verdade, sua própria falta de perspectiva histórica e visão revolucionária.

Pequenas coisas, aparentemente secundárias, podem se transformar na gota d'água que permitirá um novo salto na compreensão dos trabalhadores e nas suas lutas.

Discutir política

A campanha eleitoral cumpre, portanto, imenso papel. É uma oportunidade de discutir política, fornecer informações e argumentos. Ajudar os eleitores a tirarem conclusões de sua experiência. E, de imediato, dar passos na organização da resistência popular e democrática à ofensiva collorida. Para isto, evidentemente, a primeira condição é a persistência dos revolucionários. A certeza na retomada do movimento de massas — não com base em qualquer ilusão mística mas em avaliações realistas da sociedade e dos sentimentos dos trabalhadores.

A mágoa e a desconfiança são sentimentos passageiros. A campanha morna pode se transformar em consciência e ação.

Quebrar a rotina para garantir vitórias

Ronald Freitas*

Estamos a cerca de 30 dias das eleições de Governador, Senador, representantes ao Congresso Nacional e Assembleias Estaduais, em todos os Estados da União. São eleições que embora se resolvam Estado por Estado, têm um profundo significado nacional, pois em última instância, neste pleito se decide a correlação de forças políticas que vigorará no Brasil para o próximo período, com base na qual, a sociedade terá melhores condições ou não, de enfrentar a onda neo-liberal, entreguista e concentradora de riquezas que a política do governo Collor nos impõe.

A disputa é acirrada. As forças do centro e de direita, se reaglutinam em todo o país e contam serem vitoriosas em importantes Estados onde, há quatro anos, haviam sido batidas pela luta democrática do povo.

As forças democráticas e populares se contrapõem a essa ofensiva e contam com condições objetivas favoráveis a um bom desempenho nas urnas, pois a continuidade da crise econômica e social que o país vive, a recessão brutal e o maior arrocho salarial da nossa história, predispoem os eleitores a buscar, através do voto, saídas para essa situação. Indicador disso é a disposição de luta e determinação que demonstram vários setores de trabalhadores assalariados ao irem a greves, longas e combativas, pela

recomposição de seus salários confiscados pelo governo Collor.

Nessa disputa ressalta a importância de conquistarmos posições políticas, que sirvam de trincheiras de luta, no desenrolar do processo político pós-eleitoral, quando de forma aguda e intensa a questão sobre os rumos que a nação deverá tomar, será o centro da luta política em nosso país. Assim, a eleição de uma expressiva bancada de deputados Federais e Estaduais, pelo PCdoB e demais partidos progressistas, é questão de importância primordial, e deve ser o centro de nossa atuação política nos próximos 30 dias.

Em todos os Estados disputaremos vagas de deputado Estadual, Federal e, em todas, as nossas candidaturas estão ativas e bem posicionadas politicamente, defendendo programas e plataformas políticas que incorporam as mais sentidas e avançadas aspirações populares, e são eleitoralmente viáveis, mas a disputa será muito dura para garantir a vitória.

Fator decisivo para transformar essa possibilidade em realidade é a militância. Aqui é necessário desencadearmos um amplo movimento nacional contra a rotina da nossa atividade de campanha. A 30 dias das eleições é necessário que a militância dê um balanço no seu envolvimento na batalha eleitoral e passe a dedicar

100% de sua atividade a fim de conquistar a vitória nas eleições.

É necessário combater uma certa lassidão, com a compreensão de que essas eleições são fundamentais para o avanço da luta nacional e social em nosso país. E diante da intensidade da disputa, exige-se uma militância arrojada, abnegada, criativa, que supere as nossas debilidades materiais e a enorme ofensiva propagandística da burguesia.

É necessário combater certo indiferentismo do eleitorado, com uma argumentação convincente de que a superação dos problemas do país exige do povo, dos trabalhadores assalariados, participação política consciente e multilateral, e que as eleições são um desses momentos de luta, onde é necessário eleger candidatos progressistas e conseqüentes.

É necessário combater a dispersão e o corporativismo colocando a luta eleitoral como centro da atividade política, e a ela subordinando todas as outras tarefas nas várias frentes: sindical, jovens, mulheres, negros, etc.

Temos um belo desafio político à nossa frente, eleger uma expressiva bancada de Deputados Federais e Estaduais. As condições estão dadas e o nosso desempenho nos próximos 30 dias dessa campanha será decisivo.

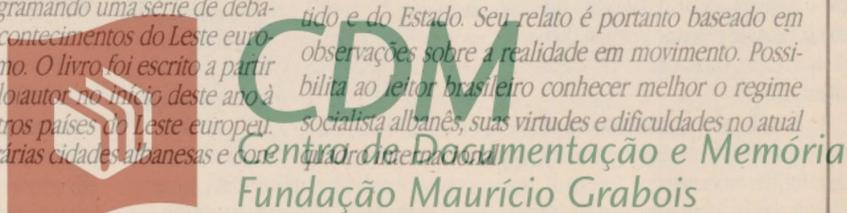
* da direção nacional do PCdoB.

O BASTIÃO ALBANÊS

Bernardo Joffily

O livro-reportagem sobre a Albânia dos anos 90 será lançado em setembro, pela Editora Alfa-Omega. O autor e a Editora estão programando uma série de debates sobre a Albânia, os acontecimentos do Leste europeu e a crise do socialismo. O livro foi escrito a partir de uma viagem feita pelo autor no início deste ano à Albânia, Iugoslávia e outros países do Leste europeu. Bernardo Joffily visitou várias cidades albanesas e con-

versou com centenas de pessoas — operários, camponeses, estudantes, intelectuais, artistas, dirigentes do Partido e do Estado. Seu relato é portanto baseado em observações sobre a realidade em movimento. Possibilita ao leitor brasileiro conhecer melhor o regime socialista albanês, suas virtudes e dificuldades no atual quadro de transição.



POLÊMICA:

Cinema: janela para os céus ou abertura para os homens?

José Carlos Ruy*

O SUCESSO DOS SEUS SONHOS



A ROSA PÚRPURA DO CAIRO

"A rosa púrpura do Cairo": história banal, enfeitada para parecer diferente das obras da cultura de massas e ser consumida sem traumas pelo público intelectual.

Há um debate filosófico fundamental por trás dos filmes mais expressivos lançados no país nos últimos meses. A arte é uma forma racional de conhecimento e de transformação do mundo, ou é um método para atingir o que está além dos sentidos e da razão, e valorizar a beleza como algo em si, afastado dos homens?

Bêbado, trôpego e com a barba por fazer, o poeta Charles Serking dirige-se a uma platéia de estudantes — aos quais supostamente palestrava — e enfatiza que o fundamental é ter estilo. Esta é uma cena do filme *Crônica de um amor louco* (1981), do italiano Marco Ferreri, baseado em contos do escritor Charles Bukowski, que retratam o submundo de Los Angeles.

O fundamental é ter estilo! Na boca de um escritor maldito e marginal, esta frase no começo dos anos 80 — soou como um programa, prenúncio de um estilo de vida onde a arrogância e a alienação *yuppies* seriam a tônica. A arte como estilo de vida, a estetização da existência, a busca frenética do prazer e a sacralização do consumo (de luxo, obviamente) como a meta suprema da existência humana.

O cinema foi um porta-voz privilegiado desse ponto de vista, ilustrado por filmes tão díspares como *92 semanas de amor*, de Adrian Lyne, ou *Sid and Nancy*, de Alex Cox (ambos de 1986). Foi no cinema, também, que ocorreu o questionamento dessa estética, fechando brilhantemente a década. Filmes recentes como *Sociedade dos Poetas Mortos*, de Peter Weir, *Sexo, mentiras e videotape*, de Steven Soderbergh, *Campo dos Sonhos*, de Phil Alden Robinson e o badalado *Asas do desejo*, de Wim Wenders colocam — entre outras — a temática da condição humana no mundo moderno.

Uma "psicanálise de massas", para captar a inquietação das pessoas e domesticá-la

"Arte do século", segundo Lênin — que via nele um poderoso instrumento para a educação popular — o cinema é também "psicanálise de massa" para o francês Félix Guatari: ele capta a inquietação das pessoas e a domestica, impedindo-a de ameaçar o sistema social dominante. Cinema como fator de elevação cultural do povo, de libertação, ou sinônimo de evasão, de alienação?

A obra de arte enquanto instrumento de conhecimento pode ser encarada sob duas formas fundamentais: reflexo de problemas que estão no homem e no mundo,

e que afetam a vida humana; ou forma de contato místico com uma realidade essencial situada além do mundo físico, inacessível aos sentidos e ao conhecimento racional.

A primeira forma, a arte como conhecimento objetivo, racional, do mundo e seus problemas, amplia, diversifica, cristaliza e generaliza a experiência humana. Seu tema são as múltiplas faces da vida do homem no mundo, a reflexão sobre elas e a possibilidade de transmiti-la para outros homens, distantes no espaço e no tempo. Sua reflexão, em geral otimista, encara o futuro como o campo e florescimento de suas teses, e o mundo como uma realidade plástica e moldável, sujeita aos desígnios humanos. Por isso, necessariamente, é também uma arte que toma o partido do progresso e da evolução das relações entre os homens, trabalhando pela superação de formas antiquadas de organização da vida.

Um estranho apego à beleza, que serve como pretexto para odiar os homens

A arte como forma de contato supra-sensível, com uma realidade intangível aos sentidos está, ao contrário, intimamente ligada à fuga do mundo real, à negação da ação para transformá-lo, à negação do conhecimento objetivo e sua utilidade. Valorizando o inconsciente, o irracional, as sensações, troca a atividade intelectual consciente pela intuição, e o conhecimento derivado do uso da razão e da investigação dos processos reais é abandonado em proveito da introspecção, da experiência interior, da iluminação mística.

Intimamente ligada à impotência social e política, a estetização da vida aparece nos momentos em que a sociedade parece romper-se de alto a baixo, ameaçando os privilégios da elite. Liga-se assim às várias formas de autoritarismo e conspirações antidemocráticas que abundam na história humana. O historiador Carl Schorske, escrevendo sobre a Viena do final do século XIX, mostrou como a burguesia austríaca passou a encarar a arte "como uma válvula de escape, um refúgio fora do desagradável mundo da realidade política cada vez mais ameaçadora". A consequência foi a estetização da vida, a defesa da arte pela arte e do belo como um programa existencial, e a valorização do misticismo e da intuição. "A vida da arte se tornou um sucedâneo da vida de ação", diz ele.

A francesa Simone de Beauvoir relata coisa parecida em seu livro *O Pensamento de Direita Hoje*, publicado no Brasil em

1967. Ela cita o desabafo de Drieu la Rochelle, um intelectual elitista falecido em 1945: "Não sei amar. O amor à beleza é um pretexto para odiar os homens". Essas palavras, diz Beauvoir, confirmam o que Sartre já havia denunciado na peça *Saint Genet*: "o esteticismo não procede, de modo algum, de um amor incondicional ao belo; nasce do ressentimento". Concluindo, a escritora diz que a visão estética da vida é uma arma que muitos usam para justificar a ordem estabelecida e, simultaneamente, desprezar aqueles que esta ordem oprime e massacra.

O esteticismo narcisista e alienado teve grande expressão nos anos 80, impondo-

"Viver o presente", como se ele existisse em si mesmo, sem passado e sem futuro

se através da cultura pessimista cujo lema é viver o presente, o aqui-e-agora — a cultura descartável, sem idéias, sem ligação crítica com o passado nem responsabilidade pelo futuro que, à pretexto de

uma suposta democratização, iguala indistintamente todas as formas de manifestação do espírito humano. *Tudo é cultura*, diz seu lema. Assim, um filme publicitário passa a ter o mesmo valor que uma obra de Michelângelo.

Se Freud tem razão ao dizer que "o poeta nos permite desfrutar nossas próprias fantasias, sem censura nem pudor", o papel da arte vai além do meramente educativo. Não se limita à difusão de teses e estilos de vida: ao atender exigências psíquicas individuais, a cultura alimenta as fantasias que ajudam a estruturar a personalidade, as formas de sentir e de pensar de cada um de nós.

Em nosso tempo, a arte baseada em imagens em movimento (o cinema, a telenovela, a televisão, o videoclip) dominam a cultura de massas. Nas modernas sociedades capitalistas, o imperativo de se viver o presente traduz-se numa incapacidade profunda de se pensar o passado e o futuro como partes do mesmo processo que flui no presente, no aqui-e-agora. A destruição da perspectiva histórica dá lugar à incapacidade de compreensão do presente como parte de um processo duras raízes estão na experiência humana vivida conjunta-

mente, compartilhada coletivamente. A realidade é então transformada em imagens dilaceradas e o tempo é fragmentado numa série de presentes perpétuos, uma contínua "mudança que apaga aquelas tradições que as formações sociais anteriores, de uma maneira ou de outra, tiveram de preservar", diz Frederic Jameson, outro crítico norte-americano da cultura contemporânea.

Fotonovela para as moças operárias, "Casablanca" para os intelectuais

Essa realidade se traduz, na arte, em pessimismo, desagregação, dissipação. *Sid and Nancy* conta a trágica história do criador do conjunto punk Sex Pistols e sua namorada. *The Wall*, leva o inconformismo adolescente ao paroxismo na obra do grupo Pink Floyd — filmes como estes mostram o lado trágico, doloroso, dessa realidade.

A impotência perante a história revela-se também na nostalgia — uma forma de recriação acrílica, indolor, de um passado encarado sem conexão com o presente. O escritor Sérgio Paulo Rouanet lembra, por exemplo, como a cinefilia recupera e confere estatuto de grande arte a filmes como *Casablanca*, uma banal história de amor e guerra produzida em 1942, ou *A rosa púrpura do Cairo*, de Woody Allen. A indústria cultural moderna, diz ele, atende às "fantasias materiais de riqueza, fantasias eróticas de amor sentimental ou adúlteros elegantes" etc. Tanto a elite como o povo não estão isentos destas fantasias. Contudo, o intelectual, o membro da elite, não consome o mesmo tipo de produção artística que o povo — mas também não é servido pela alta cultura contemporânea, que "não oferece um campo muito fértil para o imaginário". Assim, filmes como *Casablanca* ou *A rosa púrpura do Cairo* — dois exemplos entre muitos — socorrem essa expectativa do consumo elitista. Ao recorrer a "uma cultura de massas fóssil", o intelectual de classe média "transforma-a em cultura erudita. Enfeitada a obra com uma aura apócrifa", tornando-a aceitável para um público culto. "Para as moças operárias, o horóscopo e a fotonovela; para o intelectual, *Casablanca*. As aparências são salvas, e as hierarquias sociais também", diz Rouanet.

No final dos anos 80, essa tematização oca do passado parecia esvaír-se. A história, a reflexão sobre as relações pessoais, pareciam vir a tona e a tona, e a história dos sonhos Ray Kinsella acerta as contas com

os fantasmas de seu passado — o pai, as figuras míticas do esporte e da política — e, ao mesmo tempo, revaloriza o sonho utópico de uma vida melhor: contra a lógica *ruppie* do sucesso material e financeiro individual como caminho para a felicidade. Ray Kinsella aponta a larga estrada freqüentada pelas multidões. Porém, limitado pelo programa liberal subjacente à sua crítica, mistura valores patrióticos americanos tradicionais com o espírito da contracultura dos anos 60 e não consegue ser mais do que uma pobre metáfora descontente com o presente.

Sociedade dos poetas mortos ressenha-se dessa mesma limitação. A ressonância de poetas como o latino Horácio e o americano Walt Whitman, e de pensadores como os americanos Henry Thoreau e Thomas Jefferson, fazem de John Keating — o poeta-professor que encantou multidões — uma espécie de precursor dos hippies (o filme se passa nos anos 50) e avô dos modernos *ruppies*. "Viva o dia de hoje", diz o poema *Carpe Diem*, de Horácio, amiúde citado no filme. "Viva o dia de hoje. Capture-o — não confie no incerto amanhã".

"Poetas Mortos" critica saber alienado, mas só oferece saída individual

Keating faz seus alunos descobrirem na poesia a "essência da vida" e a forma de registrar seu próprio verso neste longo poema que é a história humana. Isto é, prega a estetização da vida, ao mesmo tempo em que critica o saber alienado: o conhecimento pelo conhecimento não basta, é preciso a descoberta de algo em torno do que organizar a vida. A ideologia liberal se trai aqui: é dentro de cada um de nós, nas profundezas solitárias do nosso coração, que essa descoberta ocorre, diz ele. A saída é individual, e não coletiva — coletiva é apenas a revolta estéril, passiva e meramente defensiva, onde o grupo protesta contra o fechamento desse caminho de florescimento individual. A poesia, aqui, transforma-se no recurso para formar bons médicos, advogados, executivos — que sejam ao mesmo tempo homens sensíveis e críticos. Como os hippies dos anos 60, cuja crítica social traduziu-se em *viagens individuais* através da mente que os levaram à margem da vida coletiva, a um arremedo de sociedade alternativa cujo fôlego foi mais curto do que a década que os viu nascer, e cuja bandeira — o pleno desenvolvimento individual, o *cada-um-na-sua* — floresceu na geração seguinte, nos suntuosos escritórios de Wall Street: os *yuppies*, conservadores, integrados socialmente narcísicos dedicados a viver intensamente suas vidas, sem riscos desnecessários, sem limites éticos ou morais. John, o protagonista de *Nove e meia semanas de amor* bem poderia ser filho de um dos alunos de John Keating...

A exposição mais acabada e brilhante das teses que predominaram nos anos 80 no cinema aparece em *Asas do Desejo*, que se beneficia da rica tradição filosófica alemã e a ilustra de maneira poética. Particularmente o pensamento de Martin Heidegger — servidor do nazismo, um dos fundadores do existencialismo e pensador que deu novos fundamentos ao idealismo contemporâneo.



"Sociedade dos Poetas Mortos": a poesia como recurso para formar médicos, advogados e executivos que sejam ao mesmo tempo homens "sensíveis".

Asas do desejo bebe nas fontes desse pensamento que transforma a filosofia numa atividade radicalmente subjetiva e prega a união mística com o sagrado, o divino, os deuses. Só os poetas, os artistas, os loucos, os místicos, as crianças, os que renunciam ao uso da razão, são capazes da "abertura" que leva ao conhecimento verdadeiro, autêntico, transcendental.

Os anjos de Wim Wenders habitam nessa esfera situada além dos sentidos humanos — uma realidade sem tempo nem história, cinzenta e tediosa, onde não existem sensações, descobertas, riscos. Fora do tempo, os anjos vivem um presente perpétuo: portadores de um conhecimento total, absoluto, são incapazes de interferir no curso da vida humana, cuja imensa e variada manifestação acompanham. Apenas as crianças, os artistas, os anciãos, *sentem* sua presença diáfana e incommunicável. A esfera dos anjos é a esfera da espiritualidade e do conhecimento — da teoria, poder-se-ia dizer.

Os humanos, por sua vez, estão presos à esfera da transitoriedade da vida, que é compensada pela possibilidade de vivê-la intensamente, vida cuja riqueza e colorido resultam do permanente confronto das vontades individuais do risco, do esforço necessário para se garantir a sobrevivência. Mas é também a esfera da alienação, da irrisão, da perda do sentido da vida, da solidão e sentimento de abandono.

Em "Asas do Desejo", a tentativa de isolar a teoria da prática

Da mesma forma que os poéticos anjos de Wim Wenders, a prosaica epopéia de dois

casais foge do beco sem saída do pessimismo em *Sexo, mentiras e videotape*. Criticando sutilmente a doença consumista da psicanálise, também vê no encontro, no diálogo aberto e franco, a saída do atoleiro existencial que aflige tanta gente em nosso tempo. A temática do *anjo*, da aparição repentina de alguém que destrutura a vida anterior, se repete aqui. Só que Graham, o *anjo* de *Sexo, mentiras e videotape*, está na linhagem do *anjo*, que Terence Stamp encarnou em *Teorema*, de Pasolini (1969): um *anjo terrível*, não-conformista, profundamente humano e humanizador, ao contrário dos anjos de Wim Wenders, que se humanizam.

Um "anjo" humano e humanizado, em "Sexo, mentiras e video tape"

O tema de *Sexo, mentiras e video-tape* é a intrincada rede emocional que envolve quatro pessoas. Emoção que foi tão louvada, transformada em eixo estrutural de certos pensamentos, que fez do cinema uma autêntica psicanálise de massas. A estética burguesa do nosso tempo — tempo de predomínio das multinacionais e da retórica cultural que cria o consenso necessário para a organização da sociedade de acordo com os interesses do imperialismo e seus aliados — insiste na emoção como traço essencial da arte e do pensamento. Não há novidade aqui, porém. Desde tempos imemoriais os homens discutem o papel da emoção e sua relação com a razão na criação de obras do pensamento. Bertolt Brecht, o maior dramaturgo marxista, ressaltou a importância da unidade razão-emoção, e recusou em sua arte toda

emoção que levasse à ignorância ou que fosse produto da ignorância, explica o teatrólogo brasileiro Augusto Boal.

Ernest Fischer, pensador marxista austríaco, acrescenta: "o poeta é o descobridor da experiência: através dele, outros aprendem a reconhecê-la como experiência também deles e, por meio da expressão que ela afinal encontrou, chegam a assimilá-la". Definindo a arte como "o meio de *tornar-se* um com o todo da realidade, como o caminho do indivíduo para a plenitude", Fischer enfatizou também a união entre razão, emoção e memória. "Para conseguir ser um artista, é necessário dominar, controlar e transformar a experiência em memória, a memória em expressão, a matéria em forma. A emoção, para um artista, não é tudo; ele precisa também saber tratá-la, transmiti-la, precisa conhecer todas as regras, técnicas, recursos, formas e convenções com que a natureza — esta provocadora — pode ser dominada e sujeita à concentração da arte. A paixão que *consome* o dileitante *serve* ao verdadeiro artista; o artista não é possuído pela besta-fera, mas doma-a".

A paixão consome o dileitante, mas serve ao verdadeiro artista

Um pensamento semelhante ao de Steven Soderbergh, diretor de *Sexo, mentiras e videotape*: "A gente precisa ultrapassar três fases na expressão artística, seja ela qual for. Na primeira, você imita seus ídolos; na segunda, você começa a pesquisar e a refletir sobre seus sentimentos e idéias, e para de imitar os outros; na terceira, você usa suas emoções e

sentimentos, sua experiência, e cria uma ficção que expressa o que você é", diz ele.

Van Gogh, um mestre, via arte como forma de diálogo entre os homens

A arte — e o cinema — percorre caminhos equívocos em nosso tempo, que levam à introspecção, à intuição, ao misticismo, ao indivíduo voltado sobre si próprio. A saída para nossos problemas está na nossa subjetividade, dizem. Alguns artistas, porém, não se conformam com isso. Propõem o rompimento do individualismo, compreendendo que ele não é a expressão da individualidade, mas sufoca-a. Procuram o pleno desenvolvimento da individualidade no mundo, no contato com outros homens. "A arte é o homem somado à natureza", escreveu certa vez Van Gogh. "É a ação de romper uma passagem num muro de ferro invisível que parece encontrar-se entre o que se *sente* e o que é *possível*", escreveu em outra ocasião. Uma passagem para a comunicação com os outros homens. Longe de janela aberta para uma realidade transcendental — como querem os místicos e irracionaisistas de todos os matizes — a arte propicia uma ligação profunda entre todos os homens, generaliza e partilha suas experiências, registra sua vida e o esforço de resolver os problemas que ela coloca. Ao fazê-lo, eleva a compreensão das relações humanas de todas as espécies e articula sua comunicação com os semelhantes. Contra os que querem a arte como meio de comunicação com o divino e um suposto supra-sensorial, a arte aparece aqui como janela para o mundo, como a mais valiosa forma de comunicação entre os homens.

A UBES enfrenta a política de Collor

Alexandre Machado*

As vésperas de seu 29º congresso, a entidade nacional dos estudantes secularistas planeja um conjunto de lutas contra os ataques à educação desferidos pelo governo, e confia na participação mais ampla das bases como um dos métodos essenciais para levar suas reivindicações à vitória.

Vai ser o congresso mais amplo da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas — UBES — e o que permitirá maior participação das bases. Será, ao mesmo tempo, o marco de um novo surto de mobilizações secundaristas, visando combater nas ruas os pontos essenciais da política do governo Collor para a educação. Na última semana, enquanto participava de uma série infindável de encontros e reuniões, a escolar Leila Márcia, vice-presidente Sudeste da UBES, sustentava estas duas teses essenciais como base para seu prognóstico à respeito da grande assembleia anual de estudantes de segundo grau, que ocorrerá de 6 a 9 de setembro em Vitória (ES).

“O congresso terá de enfrentar como nunca a política oficial para a educação”, repetia Leila Márcia, que é filiada à União da Juventude Socialista — UJS. “Desta vez”, completava ela, “está em curso processo sem precedentes de sucateamento do ensino público, e de concessão de direitos ilimitados aos donos das escolas particulares”.

As suas afirmações a estudante acrescentava dados concretos. “Nas escolas secundárias federais houve, logo no início do governo, um corte de 30% no volume total de verbas. Sequer foi respeitado o princípio constitucional que obriga aplicar no ensino 18% da receita tributária da União”.

Um processo sem precedentes de sucateamento do ensino público

As conseqüências foram dramáticas, especialmente nas escolas técnicas federais. Até ônibus que serviam para transportar os estudantes para aulas práticas foram recolhidos para serem leiloados, denuncia Leila. Ela adianta que se vingar a proposta da UJS a UBES deverá lançar durante o 29º congresso um movimento em defesa da educação pública com o slogan: “Escola em quantidade, qualidade para a escola”. O congresso deverá detalhar as fases da campanha e os objetivos a serem alcançados já na primeira etapa da luta. Deverá ainda definir um elenco de reivin-



Juventude na rua com entusiasmo.

dicações relativas à democratização dos colégios, à participação da comunidade em sua administração, e aos conteúdos programáticos do ensino.

Um ato marcará, a 7 de setembro, o início da luta contra o entreguismo

O congresso irá se posicionar também sobre a nova política estabelecida pelo governo Collor para os aumentos de mensalidades nos estabelecimentos de ensino particular — chamada “livre negociação”. Leila considera que a medida levará a uma evasão sem precedentes nas escolas, e a uma elitização mais profunda do ensino, se for de fato posta em prática. “Em muitos colégios quase não existe organização dos estudantes, professores e pais, e basta que ela comece a se esboçar para que se desencadeie uma repressão sem limites sobre a comunidade”, diz a vice-presidente da UBES. Ela prevê o lançamento, pelo congresso da UBES, de uma campanha contra o ensino pago, sob o mote “Educação não rima com lucro”. O movimento será desenvolvido em conjunto com a União Nacional dos Estudantes — UNE. Leila Márcia considera, contudo, que o grande desta-

que do congresso será o debate das campanhas políticas em que a UBES, pretende se engajar. E entre todas tem importância especial a denúncia da entrega da economia nacional ao capital estrangeiro. No dia 7 de setembro o congresso será interrompido para a realização de um ato público, em defesa da verdadeira independência nacional. Já manifestaram sua adesão, além dos secundaristas, entidades como a CUT e sindicatos em luta, principalmente as categorias atacadas de forma direta pela política do governo: servidores públicos e funcionários das estatais. “A política de privatização da economia nacional”, considera Leila, “necessita de uma resposta de toda a sociedade brasileira. Inclusive porque um de seus métodos é a recessão, que promete se agravar, provocando, mais desemprego, principalmente entre a juventude”.

Um congresso melhor organizado, precedido de plenárias estaduais

A diretora da UBES faz questão de chamar a atenção também para as mudanças ocorridas no estatuto da Entidade, que segundo ela tornarão o 29º congresso o mais

representativo já realizado. “Desta vez”, diz ela, “e graças a decisões adotadas soberanamente no congresso anterior, o Congresso Nacional da UBES está sendo precedido por nada menos de 24 congressos estaduais, onde se escolhem os delegados para a plenária nacional.

Nas escolas particulares, qualquer forma de luta desencadeia a repressão

As vantagens são evidentes. Nas assembleias estaduais, compostas por um número menor de delegados, torna-se possível a participação ativa, nos debates, de uma ampla parcela dos presentes. “O objetivo”, explica Leila, “foi reformular a estrutura de congresso vigente até o ano passado, onde a esmagadora maioria dos delegados atuava apenas na hora de erguer o seu crachá.

Uma outra vantagem é que torna-se possível organizar a assembleia nacional com um número mais reduzido de integrantes, que reúnem-se com o objetivo expresso de representar as discussões ocorridas anteriormente nos Estados. “Precisamos acabar com a prática que transformava nossos congressos nacionais em autênticos comi-

cios, com muito entusiasmo e agitação, mas com um nível extremamente superficial de debates”, considera Leila Márcia.

Incomodadas com a mudança, contudo algumas tendências políticas como a “Convergência Socialista” têm partido para ações que revelam desespero. Fingindo desconhecer que a mudança nos estatutos da UBES foi uma decisão tomada após amplo debate no congresso anterior, elas propõem simplesmente que as assembleias estaduais não elejam representantes para a plenária final deste ano. “Certamente”, considera Leila, estes grupos políticos ainda não se deram conta que o movimento precisa entrar numa nova fase, onde é necessário debater profundamente cada proposta e onde as posições pouco elaboradas tendem a cair no vazio, pois não auxiliam a luta”.

Nas 24 plenárias por Estado, 6500 delegados, e pauta cumprida a risca

Por ser uma experiência inédita, a realização do congresso precedida de plenárias estaduais está sujeita a aperfeiçoamentos, que serão adotados este ano. Um balanço inicial divulgado pela vice-presidente da UBES, contudo, indicava na semana passada que os objetivos iniciais visados pela mudança dos estatutos foram alcançados. Nos 24 congressos regionais realizados até momento, participaram aproximadamente 6.500 delegados, um recorde histórico. Ao contrário do que ocorria há alguns anos, a pauta foi integralmente cumprida, na esmagadora maioria dos casos. Tudo isso permite prever, na opinião de Leila Márcia, um congresso nacional com debate político muito mais profundo que nos anos anteriores, e, logo em seguida, o início de amplas ações contra os planos do governo Collor.

* Diretor de imprensa da UBES e colaborador da Classe

ERRATA

Por um erro de redação a matéria “As baionetas contra os sem-terra”, publicada na edição nº 48 da Classe, apareceu com assinatura de Vanessa Locatelli. A autora, na verdade, é Adriana Morrell, nossa correspondente em Porto Alegre. Vanessa Locatelli é na verdade a autora da matéria “Memórias da Ronda”, publicada na edição nº 47 da Classe.

Aos que vão votar

A seção de "cartas" rompe neste número o procedimento tradicional de publicar cinco matérias, em média, por edição. A exceção é justificada pela necessidade de publicar, na íntegra, um apelo pungente de uma dona-de-casa de S. Paulo aos trabalhadores, chamando-os a votar na esquerda e impor uma forte derrota aos planos antipopulares do governo Collor.

Companheiros,

Dirijo-me a vocês para questionar se realmente minha luta é sua e se os meus anseios vão de encontro com os seus: liberdade e direitos iguais pra todos os brasileiros.

Creio que temos os mesmos sonhos e desejos. Não queremos esmolas, favores, mesquinhas ou piedade. Não precisamos disso, pois, de todos os seres, nós, da classe operária, é que somos dignos de ter uma vida decente. Estamos cansados de trabalhar vinte e quatro horas por dia e não ter o direito sequer de comer bem, vestir bem, calçar e morar dignamente.

Lazer e estudos então nem se fala! Trabalhamos como escravos de uma minoria de parasitas que a cada dia engordam mais e mais suas fortunas.

Quando não concordamos com alguma coisa e vamos reclamar, viram as costas e nos tratam com inferioridade, e quando aceitam atender algum pedido nosso, o fazem para se promover e ficam esperando que caiamos a seus pés, agradecendo como se fôssemos bajuladores.

Estamos cansados de passar por essas humilhações, de sermos tratados como burros de carga, como uma raça inferior. É preciso resistir e lutar!

Quando falo da luta, muitos me dizem: — Eu não tenho tempo. Não adianta, depois que eles conseguem o poder eles viram tudo farinha do mesmo saco: político só é bom na hora que quer seu voto, depois esquecem o povo

A vida está ruim. Mas será que não temos culpa por elegermos sempre burgueses?

1 — Alguém já parou pra pensar porque isso acontece? Será que não temos culpa porque sempre elegemos as pessoas erradas? Um exemplo disso foram as eleições passadas. Tínhamos no segundo turno um marajá (Collor), que nunca soube o que

é enfrentar às quatro horas da manhã um ônibus com gente pendurada nas duas portas, um homem que nunca soube o que é sair para o trabalho e, a maioria das vezes, deixar os filhos sem o café da manhã e ter que pular pela porta de trás por não ter dinheiro para pagar a condução; um homem que nunca chegou em casa à noite e comeu arroz seco e teve os filhos pedindo, em coro, os presentes de Natal. As vezes a gente fica tão arreitado que ao invés de presente acabamos dando pancada. Collor nunca esperou um miserável salário para pagar o aluguel, água e luz, pagar as prestações do fogão que compramos em vinte e quatro vezes e já está velho mesmo sem termos terminado de pagar, comprar os materiais de escola e o uniforme das crianças, pois a diretoria está fazendo pressão: ou vem uniformizado ou não entra na escola!

Os ricos oferecem banquetes; nós não podemos festejar o aniversário de um filho

O Marajá das Alagoas nunca teve que fazer cara feia aos parentes para eles não demorem muito com a visita que nos fazem uma vez por ano, pois o frango que foi comprado para o almoço tem que sobrar para o jantar e, quem sabe, uma asinha para a marmitta!

Os ricos têm banquetes para oferecer, não só para o parentes, como para centenas de amiguinhos desocupados. As esposas só têm que dar uma ordem para os empregados e telefonar aos amigos convidando para comemorar até o aniversário do cachorrinho. Sim, porque tudo é mo-

tivo de comemorações, enquanto nós... vocês sabem muito bem o exercício que fazemos para comemorar o aniversário de um filho! Ainda perguntamos a eles se querem ganhar o bolo ou um presentinho, porque as duas coisas nem pensar.

Complicado é ver o governo construir cadeias, quando precisamos de hospitais

2 — E do outro lado um homem que já passou por tudo isso, Luiz Inácio da Silva, o LULA.

Gente, há alguma dúvida qual desses dois homens poderia governar um país com pessoas que vivem assim? Enquanto um é formado às custas do nosso sacrifício, o outro é formado na mais importante faculdade que se chama vida. E é de profissionais dessa faculdade que os pobres precisam.

Temos este ano aqui em São Paulo, para deputado estadual do PCdoB o Sr. Jamil Murad, para deputado federal Aldo Rebelo e do PT, para governador Plínio de Arruda Sampaio e para senador Eduardo Matarazzo Suplicy, e do outro lado, a direita pronta para enganar mais uma vez o povo. Assim, eu me recuso a ouvir que políticos são todos iguais. Porque esses eu conheço um a um e sei que são competentes. Vamos dar um voto de confiança para gente com cheiro de gente, gente que já passou, e muitos continuam passando, por coisas que nós passamos. Não vamos permitir que a burguesia, que os inimigos do povo enganem de novo com aquele papo que fulano é analfabeto, que cicrano é comunista e vai transformar o Brasil numa san-

gria e vai acontecer o que aconteceu na Praça da Paz Celestial na China, que beltrano não tem competência, que é tudo muito complicado.

3 — Complicado é ter a barriga vazia, é sentir-se mal porque o sapato está furado, é ter o nome no SPC por falta de pagamento das prestações e ser humilhado diante de burgueses que olham para nós de cima para baixo, quando tentamos nos libertar do cativo em que vivemos.

Complicado é ver o governo construindo mais e mais cadeias, quando precisamos desesperadamente de hospitais. E vai ter que construir muito mais, porque do jeito que as coisas estão vamos precisar ter muito caráter e muita força de vontade para não ocupar essas celas. Não querendo com isso dizer que apóio a marginalidade, mas também não concordo com a corrupção que está em todo o canto.

Gostaria de saber como é que essa burguesia, que elegemos todo ano, pode nos ajudar? Como eles podem entender o que é um filho pedir um brinquedo ou, até mesmo, um doce e não podemos dar, sendo que os deles nunca pediram porque sempre tiveram.

4 — Como vão aumentar o salário, se nunca souberam o que é viver sem dinheiro? Construir casas populares sendo que sempre moram em mansões? Asfaltar ruas se pisam em tapetes vermelhos? Ajudar o trabalhador se sempre foram patrões? Pensar no menor carente se os burgueses sempre foram rodeados de babás?

Honestamente, vocês imaginam o que é ser rico? Estou falando ser burguês mesmo; muito menos eles imaginam o que é ser pobre!

E, como para eles nós nascemos para

servi-los, está tudo muito bem. Esse povinho reclama de barriga cheia... só se for de vento!

Por isso, é que estou aqui sugerindo para todos que sofrem com essas diferenças sociais. Unam-se, se fortaleçam. Votar na direita é continuar isso que está aí e se unir à esquerda é dar o primeiro passo para dar a volta por cima.

Como vão aumentar os salários, se nunca souberam o que é viver sem dinheiro?

Não me iludo em relação ao fato de que para o nosso povo — que já é tão carente e humilhado — difícil é começar qualquer batalha, porém não é impossível. Impossível é eu sentir orgulho de ter duas filhas brasileiras, ter colocado elas nesse país que, por mais que eu me esforce, elas não vão ter um futuro muito diferente do meu, que foi trabalhar uma vida inteira e não ter chegado a lugar nenhum.

Espero que um dia alguém possa ouvir minhas filhas dizerem que se a mãe delas estivesse viva, teria um grande prazer em ver um Brasil mudado, um país socialista.

Espero, ainda em vida, ver meus netos bem vestidos, com a barriga cheia e que eles não tenham nenhuma idéia do que foi o velho Brasil, e que minhas filhas possam chamar seus vizinhos pra um churrasco e uma cervejinha e dizerem que sua mãe não perdia muito! (Elisabeth — S. Paulo, SP.)

Assine "Princípios"

Revista teórica que trimestralmente polemiza com as principais questões teóricas da atualidade, tais como: o marxismo está em crise? o socialismo morreu? a democracia é um valor universal? o neoliberalismo é a saída para a crise brasileira? o capitalismo é a solução para os países do Leste europeu?

Assine hoje mesmo e esqueça a inflação por um ano — 4 edições — por apenas 1.200,00.

Nome: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Bairro _____ Cidade _____

Mande cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda
Rua dos Bororós, 51 - 1º — CEP: 01320 - São Paulo SP

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA" UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome
Endereço
CEP Cidade Estado
Profissão

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO

Assinatura trimestral: Cr\$ 300,00

Assinatura semestral: Cr\$ 600,00

Preencha hoje mesmo este cupom e envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas.
Editor: José Reinaldo Carvalho
Redação: Antonio Martins, Irasson Cordeiro Lopes e Umberto Martins
Diagramação e Arte: José Luis Munuera Reyes
Centro de Documentação: Joana D'arc de Sousa e Rosane Montiel
Administração: Sandra Mateus
Secretária: Márcia Medeiros
Assinaturas: Cláudia Medeiros
Fotografia: Agência Foton
Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista CEP 01318 — São Paulo/SP
Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133
Fax: (011) 36-4104
Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ — Av. Antônio G. Tocantins, 47, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Luiz Anthony, 762, CEP 69000, fone: (092) 232-3881, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARA — Rua São Paulo, 1.037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — Rua Parnaíba, 355, CEP 74000 fone: (062)

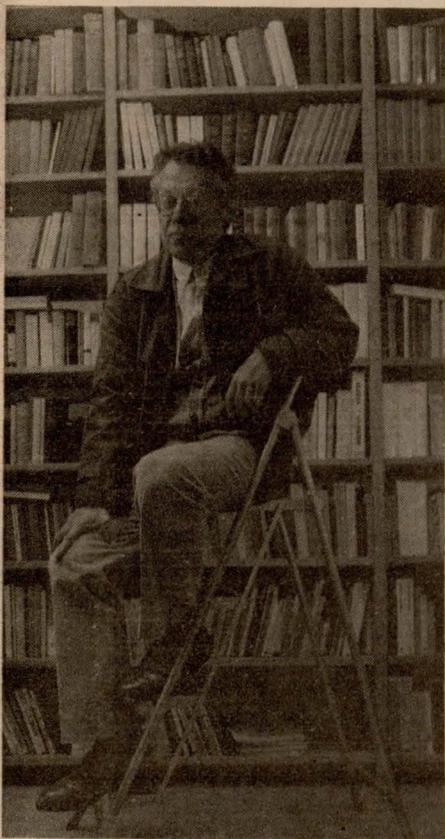
223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Desantanhina, 194 CEP 65000, fone: (098) 229-5200, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548, fundos. CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2.500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARÁ — Rua 3 de maio, 1834, CEP 66800, FONE: (091) 229-5200, Belém; PARAÍBA — Rua Almeida Barreto, 273, CEP 58020, fone: (083) 222-4413, João Pessoa; PARANÁ — Rua Marechal Deodoro, 1.161, Centro, fone: (041) 263-2049, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUI — Rua Desemb. Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP

20010, fone: (021) 240-5286, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuza, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — R. Tenreiro Aranha, 2.122, CEP 78.900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Alvaro Maia, 165, B. Aparecida, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Rua Júlio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis; SERGIPE — Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju. A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. Composição, montagem, fotolito: Paz Fotocomposição e Fotolito Ltda. — R. Frederico Steidel, 257, Sta. Cecília, CEP 01225 São Paulo/SP fones: (011) 36-7531 e 36-7532. 222-0969/221-7590 Impressão: Gráfica Jorues — fone: (011) 815-4999.

Machado de Assis

"Um mestre na periferia do capitalismo"

"Um mestre na periferia do capitalismo/Machado de Assis", é o título de um livro do crítico literário Roberto Schwarz, recentemente lançado pela Livraria Duas Cidades, sobre a segunda e melhor fase do romance machadiano — e



Schwarz procura decifrar o caráter de "época" da obra machadiana

que complementa uma outra obra do mesmo autor, "Ao Vencedor as Batatas", publicada em 1977.

No livro, Schwarz investiga as relações entre as obras da segunda fase de Machado de Assis, e especialmente "Memórias Póstumas de Brás Cubas" (de 1880) — que marca a mudança de estilo e maturidade do romancista —, e a época em que viveu, caracterizada pelas contradições entre o regime escravista e a necessidade de uma "nova" inserção do país na ordem estabelecida no mundo pelo capital, mantendo a dependência e subordinação às potências estrangeiras.

Tal tensão, segundo Roberto Schwarz, não poderia deixar de se refletir sobre a produção artística e literária da época. E, conseqüentemente, sobre a obra de Machado de Assis. Em "Memórias Póstumas", ele acaba traduzindo a apreensão e as vacilações do pensamento das elites dominantes diante do novo tempo que se impunha — daí o título "Um mestre na periferia do capitalismo".

O próprio romancista, lembra o crítico, reconhece esta relação com a época. "Numa fórmula célebre, que lhe serviria de programa de trabalho, Machado afirmava que o escritor pode ser 'homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço'. O crítico buscava assegurar aos brasileiros o direito à universalidade das matérias, por oposição ao ponto de vista 'que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local'. Pode-se dizer também que reivindicava o melhor do legado romântico — o sentimento de historicidade — contra a aliança em voga de pitoresco e patriotismo, que naquela altura já se revelava uma prisão para a inteligência. Isto posto, o brasileiro que Machado tinha em mente e iria realizar na sua obra da segunda fase, um brasileiro 'interior, diverso e melhor do que se fora apenas superficial', não é fácil de trocar em miúdos.

Evidentemente, o caráter nacional não retira, antes funde-se, com a reconhecida universalidade da obra machadiana e, principalmente, de "Memórias Póstumas". É "sem prejuízo do raio de ação ilimitado, e, neste sentido, universal", que "a volubilidade do narrador e a série dos abusos implicados retêm a feição específica, ou para falar com Antonio Cândido, configuram a 'redução estrutural' de um movimento que a circunstância histórica impunha — ou facultava, conforme o ponto e vista — à camada dominante brasileira".

A forma adotada por Machado em "Memórias", avalia Schwarz, "reproduz implicações estruturais do quadro 'histórico da época, os dilemas de uma transição de caráter conservador, em que se 'alteravam o quadro político de cúpula e redefiniam as relações estrangeiras', mas mantinha-se praticamente intocado 'o complexo sócio-econômico gerado pela exploração colonial (...)'. A Classe reproduz trechos do capítulo 7 do livro "Memórias Póstumas", um dos mais belos, poéticos e universais da obra.

"O delírio"

(...) Inclinei os olhos a uma das vertentes, e contemplei, durante um tempo largo, ao longe, através de um nevoeiro, uma coisa única. Imagina tu, leitor, um redução dos séculos, e um desfilar de todos eles, as raças, todas as paixões, o tumulto dos impérios, a guerra dos apetites e ódios, a destruição recíproca dos seres e das coisas. Tal era o espetáculo, acerbo e curioso espetáculo. A história do homem e da terra tinha assim uma intensidade que lhe não podiam dar nem a imaginação nem a ciência, porque a ciência é mais lenta e a imaginação mais vaga, em quanto o que eu ali via era a condensação viva de todos os tempos. Para descrevê-la seria preciso fixar o relâmpago. Os séculos desfilaram num turbilhão, e, não obstante, porque os olhos do delírio são outros, eu via tudo o que passava diante de mim — flagelos e delícias —, desde essa coisa que se chama glória até essa outra que se chama miséria, e via o amor multiplicando a miséria, e via a miséria agravando a debilidade. Ai vinham a cobiça que devora, a cólera que inflama, a inveja que baba, e a enxada e a pena, úmidas de suor, e a ambição, a fome, a vaidade, a melancolia, a riqueza, o amor, e todos agitavam o homem, como um chocalho, até destruí-lo como um farrapo. Eram as formas várias de um mal, que ora mordida a viscera, ora mordida o pensamento, e passeava eternamente as suas vestes de arlequim, em derredor da espécie humana. A dor cedia alguma vez, mas cedia à indiferença, que era um sono sem sonhos, ou ao prazer, que era uma dor bastarda. Então o homem, flagelado e rebelde, corria diante da fatalidade das coisas, atrás de uma figura nebulosa e esquiva, feita de retalhos, um retalho de impalpável, outro de improvável, outro de invisível, cosidos todos a ponto precário, com a agulha da imaginação; e essa figura — nada menos que a quimera da felicidade —, ou lhe fugia perpetuamente, ou deixava-se apanhar pela fralda, e o homem a cingia ao peito, e então ela ria, como um escárnio, e sumia-se, como uma ilusão.

Ao contemplar tanta calamidade, não pude reter um grito de angústia, que Natureza ou Pandora escutou sem protestar nem rir; e não sei por que lei de transtorno cerebral, fui eu que me pus a rir — de um riso descompassado e idiota.

— Tens razão — disse eu —, a coisa é divertida e vale a pena — talvez monótona, mas vale a pena. Quando Jó amaldiçoava o dia em que fora concebido, é porque lhe davam gamas de ver cá de cima o espetáculo. Vamos lá, Pandora, abre o ventre e digere-me; a coisa é divertida, mas digere-me.

A resposta foi compelir-me fortemente a olhar para baixo, e a ver os séculos que continuavam a passar, velozes e turbulentos, as gerações que se superpunham às gerações, umas tristes, como os Hebreus, e outras alegres, como os devassos de Comodô,



e todas elas pontuais na sepultura. Quis fugir, mas uma força misteriosa me retinha os pés; então disse comigo — "Bem, os séculos vão passando, chegará o meu, e passará também, até o último, que me dirá a decifração da eternidade." E fixei os olhos, e continuei a ver as idades, que vinham chegando e passando, já então tranqüilo e resoluto, não sei até se alegre. Talvez alegre. Cada século trazia sua porção de sombras e de luz, de apatia e de combate, de verdade, de erro, e o seu cortejo de sistemas, de idéias novas, de novas ilusões; e cada um deles rebentavam as verduras de uma primavera, e amareleciam depois, para remogar mais tarde. Ao passo que a vida tinha assim uma regularidade de calendário, fazia-se a história e a civilização, e o homem, nu e desarmado, armava-se e vestia-se, construía o tugúrio e o palácio, a rude aldeia e Tebas de cem portas, criava a ciência que perscruta, e a arte que enleva, fazia-se orador, mecânico, filósofo, corria a face do globo, descia ao ventre da terra, subia à esfera doce da vida e à melancolia do desamparo. Meu olhar, enfadado e distraído, viu enfim chegar o século presente e atrás dele os futuros. Aquele vinha ágil, destro, vibrante, cheio de si, um pouco difuso, audaz, sabedor, mas ao cabo tão miserável como os primeiros, e assim passou e assim passaram os outros, com a mesma rapidez e igual monotonia. Redobrei de atenção; fixei a vista; ia enfim ver o último — último! mas então já a rapidez da marcha era tal, que escapava a toda compreensão; ao pé dela o relâmpago seria um século. Talvez por isso entraram objetos a trocarem-se; uns cresceram, outros minguaram, outros perderam-se no ambiente; um nevoeiro cobriu tudo — menos o hipopótamo que ali me trouxera, e que aliás começou a diminuir, a diminuir, até ficar do tamanho de um gato. Era efetivamente um gato. Eparei-o bem perto, meu gato Sully; que brincava à porta da alcaiva, com uma bola de papel...

PROSA & VERSO